



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 151

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 22 DE NOVEMBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 299ª. SESSÃO, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nomes indicados para funções cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº. 473/86 (nº. 679/86, na origem), referente à escolha do Sr. Paulo Monteiro Lima, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

— Nº. 474/86 (nº. 681/86, na origem), referente à escolha do Sr. Murillo Gurgel Valente, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega.

— Nº. 475/86 (nº. 682/86, na origem), referente à escolha do Sr. Carlos Antônio Bettencourt Bueno, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Recebimento da Mensagem nº. 472/86 (nº. 678/86, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para que o Governo do Estado de São Paulo possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

1.2.3 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº. 241/86, de autoria do Sr. Senador Jamil Haddad, que disciplina o emprego de algemas e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº. 242/86, de autoria do Sr. Senador Afonso Sancho, que prorroga o prazo de vigência da Lei nº. 7.416, de 10 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº. 7.500, de 25 de junho de 1986, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.

1.2.4 — Discursos do Expediente

Senador *JAMIL HADDAD* — Protesto contra medidas econômicas de ajuste do Plano Cruzado, publicadas nos jornais de hoje.

Senador *HELIO GUEIROS* — Ajuste do Plano Cruzado para correção de distorções, tendo em vista o pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

Senador *ARNO DAMIANI* — Reorganização do transporte rodoviário de carga, com a criação, a nível nacional, de uma rede central de informações de frete, vinculada ao Ministério dos Transportes.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº. 35/86, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº. 80/84, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho,

com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº. 242/85, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao Serviço Público, em outro órgão, para efeito de concessão de Licença Especial (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº. 138/80 — Complementar, que isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas. **Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº. 508/86.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

Senador *HELVÍDIO NUNES* — Falecimento do Sr. Francisco Vicente de Moura.

Senador *NIVALDO MACHADO* — Apelo ao Ministro dos Transportes no sentido de acelerar as obras de pavimentação dos trechos Ibimirim — Petrolândia, na BR-110 e trevo do hotel do Peba — Inajá — PE.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÃO

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS
Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS
Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA
Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA
Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00
Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 299ª. Sessão, em 21 de novembro de 1986

4ª. Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª. Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Helvídio Nunes — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Jamil Haddad — Alfredo Campos — Amaral Furlan — José Fragelli — Affonso Camargo — Arno Damiani — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nomes indicados para funções cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM

Nº. 473, de 1986

(nº. 679/86, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Paulo Monteiro Lima, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá, nos termos dos arts. 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

Os méritos do Embaixador Paulo Monteiro Lima, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de novembro de 1986. — José Sarney.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae:

Embaixador PAULO MONTEIRO LIMA.
Rio de Janeiro/RJ, 13 de novembro de 1930.
Filho de Edison Barros de Lima e Allahide Monteiro Lima.
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.
Bacharel em Direito, FDUF/RJ.
Cônsul de Terceira Classe, 9 de dezembro de 1954.
Segundo-Secretário, antiguidade, 24 de outubro de 1961.
Primeiro-Secretário, merecimento, 18 de janeiro de 1967.
Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 19 de abril de 1975.
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 21 de dezembro de 1983.
Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1964/66.
Assistente do Chefe do Departamento Geral de Administração, 1966/70.
Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1974/77.
Agregado, 1982/83.
Chefe do Departamento do Pessoal, 1984/86.
São Francisco, Vice-Cônsul, 1957/59.
São Francisco, Encarregado, 1959.
Liverpool, Vice-Cônsul, 1959/61.
Liverpool, Encarregado, 1959 e 1960.
Milão, Vice-Cônsul, 1961.
Milão, Cônsul-Adjunto, 1961/63.
Milão, Encarregado, 1963.
Roma, Primeiro-Secretário, 1967/70.
Assunção, Primeiro-Secretário, 1970/72.
Sófia, Legação, Primeiro-Secretário, 1972/73.
Sófia, Encarregado de Negócios, 1972.
Sófia, Legação, Conselheiro, 1973/74.
Bruxelas, Ministro-Conselheiro, 1977/82.
Bruxelas, Encarregado de Negócios, 1978 e 1979.
IV Conferência Regional da FAO, Santiago, 1956 (membro).
Comissão de Elaboração das Instruções para a Delegação do Brasil à XI Sessão da Assembléia-Geral da ONU, 1956 (membro).

Grupo de Trabalho de Exame dos Processos de Readaptação dos Funcionários do MRE, 1963 (membro).

Comissão Executiva da I Reunião de Coordenação da Propaganda e Expansão Comercial no Continente Americano, 1963 (membro).

I Reunião da CECLA, Alta Gracia, 1964 (membro).
XXII Sessão Anual das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1965 (membro).

II Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, ONU, Genebra, 1965 (delegado suplente).
II CIE, Rio de Janeiro, 1965 (membro).

IV Reunião Anual Ordinária do CIES, Buenos Aires, 1966 (membro).

Reunião de Embaixadores do Brasil na Europa Ocidental, Roma, 1966 (assessor).

Grupos de Trabalho de Preparação do Pavilhão do Brasil, Bienal de Arte de Veneza, 1967 e 1968 (membro).

XV Reunião de Ministros das Relações Exteriores como Órgão de Consulta do TIAR, Quito, 1974 (membro).

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia, Brasília, 1974 (delegado).

Reunião Ministerial para a constituição do SELA, Panamá, 1975 (membro).

V e VI Períodos Ordinários de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington e Santiago, 1975 e 1976 (delegado).

II Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1976 (delegado).

VII Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Saint Georges, Granada, 1977 (delegado).

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito, Cavaleiro, Itália.

Ordem da Coroa, Grande Oficial, Bélgica.

O Embaixador Paulo Monteiro Lima se encontra nesta data no exercício de suas funções de Chefe do Departamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1986. — Américo Dyott Fontenelle, — Chefe, substituto, da Divisão de Legislação, Cadastro e Lotação.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGEM

Nº 474, de 1986

(nº 681/86, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o Artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Murillo Gurgel Valente, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, nos termos dos artigos 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

Os méritos do Embaixador Murillo Gurgel Valente, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de novembro de 1986. — José Sarney.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae:

Embaixador MURILLO GURGEL VALENTE.

Rio de Janeiro/RJ, 3 de novembro de 1927.

Filho de Mozart Gurgel Valente e Maria José Gurgel Valente.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.
Curso Superior de Guerra, ESG.
Ciclo de Extensão sobre Energia, ESG.
Estágio na ONU.
Bacharel em Direito, FD/RJ.

Oficial de Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 1950/60.

Chefe do Setor de Recepção e Representação do Gabinete do Ministro da Justiça, 1959/60.

Cônsul de Terceira Classe, 19 de janeiro de 1950.
Cônsul de Segunda Classe, antiguidade, 14 de outubro de 1955.

Primeiro-Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Conselheiro, título, 13 de fevereiro de 1967.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 31 de março de 1969.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 7 de maio de 1978.

Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1968/69.

Ottawa, Terceiro-Secretário, 1952/54.

Glasgow, Vice-Cônsul, 1954/55.

Glasgow, Encarregado, 1954.

Glasgow, Cônsul, 1955/56.

Santiago, Segundo-Secretário, 1956/58.

Madrid, Segundo-Secretário, 1960/61.

Madrid, Chefe, substituto, do SEPRO, 1961.

Madrid, primeiro-Secretário, 1961/63.

Madrid, Chefe do SEPRO, 1962.

Tóquio, Primeiro-Secretário, 1963/64.

Tóquio, Encarregado de Negócios, 1963 e 1964.

Tóquio, Chefe do SEPRO, 1964.

Taipei, Encarregado de Negócios, 1965 e 1966.

Bangkok, Encarregado de Negócios, 1965.

Genebra, Delegação Permanente, Ministro-Conselheiro, 1969/71.

Los Angeles, Cônsul-Geral, 1971/73.

Jedat, Embaixador, 1973/79.

Coveit, Embaixador, cumulativamente, 1973/75.

Bahrein, Embaixador, cumulativamente, 1975/79.

Abu Dhabi, Embaixador, cumulativamente, 1975/79.

Catar, Embaixador, cumulativamente, 1975/79.

Mascate, Embaixador, cumulativamente, 1975/79.

Cingapura, Embaixador, 1980/86.

IV Período de Sessões do Comitê Econômico, CEPAL, Santiago, 1958 (representante).

Seção Brasileira à Reunião da Comissão Mista Brasil-Chile, Santiago, 1958 (membro).

VIII Período de Sessões e II Período de Sessões do Comitê de Comércio, CEPAL, Panamá, 1959 (membro).

Solenidades de Inauguração da I Feira Ibero-Americana, Sevilha, 1961 (representante).

Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Espanha, Madrid, 1962 (membro).

Missão para Negociação do Acordo com o Japão sobre Escalonamento da Dívida Externa, 1964 (membro).

Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da China, 1966 (membro).

XVI Assembléia da OACI, Buenos Aires, 1968 (delegado).

Reunião para negociação do Ajuste de Transportes Marítimos com a Polônia, 1968 (subchefe).

Reunião para Regulamentação do Convênio sobre Transporte por Água, da ALALC, Buenos Aires, 1968 (delegado).

Negociações para o Ajuste sobre Transportes Marítimos, Buenos Aires, 1968 (subchefe).

Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional, 1968/69 (representante do MRE).

Conversações sobre Problemas Marítimos com a Itália, 1969 (subchefe).

Conselho Nacional de Telecomunicações, 1969 (representante do MRE).

Conversações sobre Problemas Marítimos com os EUA e Japão, 1969 (delegado).

IV Sessão do Comitê de Transportes Marítimos da Conferência da ONU, para o Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1970 (delegado).

II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Legislação Marítima Internacional, UNCTAD, Genebra, 1970 (chefe).

Conselho do GATT, 1970 e 1971 (representante).

Reunião da IMCO sobre Transporte Intermodal, Londres, 1971 (chefe).

V Sessão do Comitê de Transportes Marítimos, UNCTAD, Genebra, 1971 (chefe).

III Reunião do Grupo de Trabalho sobre Legislação Marítima Internacional, UNCTAD, Genebra, 1971 (chefe).

Reunião do Comitê sobre Restrições à Importação por razões de Balanço de Pagamentos, GATT, 1971 (delegado).

Missão Especial do Governo Brasileiro às exéquias de Sua Majestade Faïçal Ibn Abdel Aziz Ibn Abdel Rahman Al-Faïçal Al Saud, 1975 (membro).

Prêmio Rio Branco e Medalha de Vermeil, CPCD, IRBr.

O Embaixador Murillo Gurgel Valente se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de 1986. — Paulo Monteiro Lima, Chefe do Departamento do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

MENSAGEM

Nº 475, de 1986

(Nº 682/86, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o Artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Carlos Antônio Bettencourt Bueno, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão, nos termos dos artigos 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

Os méritos do Embaixador Carlos Antônio Bettencourt Bueno, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de novembro de 1986. — José Sarney

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae:

Embaixador CARLOS ANTÔNIO BETTENCOURT BUENO.

Montevideu/Uruguai (brasileiro, de acordo com o Artigo 69 inciso III, da Constituição de 1891), 10 de março de 1934.

Filho de Lucillo Antônio da Cunha Bueno e Irene Bettencourt Bueno.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Curso Superior de Guerra, ESG.

Secretário Particular do Prefeito do Distrito Federal, 1962.

Chefe Adjunto da Divisão de Doutrina e Coordenação da Escola Superior de Guerra, 1972.

Professore de Prática Diplomática II, IRBr, 1974 e 1975.

Terceiro-Secretário, 27 de fevereiro de 1958.

Segundo-Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Primeiro-Secretário, merecimento, 31 de março de 1967.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 1º de maio de 1975.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1973/75.

Chefe, substituto, do Departamento da África, Ásia e Oceania 1973/74.

Genebra, Delegação Permanente, Terceiro-Secretário, 1960/61.

Genebra, Delegação Permanente, Segundo-Secretário, 1961/62.

Nova Iorque, ONU, Segundo-Secretário, 1963/67.

Buenos Aires, Segundo-Secretário, 1967.

Bueno Aires, Primeiro-Secretário 1967/69.

Varsóvia, Primeiro-Secretário, 1969/71.

Vársovia, Encarregado de Negócios, 1969, 1970 e 1971.

Nova Iorque, ONU, Ministro Conselheiro, 1976/83.

Nova Iorque, ONU, Encarregado de Negócios, 1978, 1979 e 1980.

Panamá, Embaixador, 1983/86.

Comitiva do Ministro de Estado, visita à Argentina, 1959.

Reunião da Subcomissão de Navegação da Comissão Técnica Mista para o aproveitamento da energia Hidroelétrica de Salto Grande, Bueno Aires e Montevideu 1959 (representante).

Comitiva do Ministro de Estado, visita ao Paraguai, 1960.

Reunião Especial da Organização Internacional do Trabalho sobre Aviação Civil, Genebra, 1960 (assessor).

XII, XIV e XV Sessões do Conselho do Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias, Genebra, 1960/61 (assessor).

IV Sessão do Programa do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, Genebra, 1960 (assessor).

À disposição da Comitiva do Presidente dos Estados Unidos da América durante sua visita ao Brasil, 1960.

XVII e XVIII Sessões do Comitê Executivo do CIME, Genebra, 1961 (assessor).

XVIII Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1961 (assessor).

X Sessão do Conselho Diretor do Fundo Especial, Nova Iorque, 1963 (assessor).

XVI, XVII, XVIII, XIX e XX Sessões da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1962/63/64/65/66 (assessor).

Conselho de Segurança da ONU, Nova Iorque, 1963/64 (assessor).

Comitê Especial do Conselho de Segurança da ONU, incumbido de estudar a aplicação de sanções da África do Sul, Nova Iorque, 1964 (delegado).

Comissão de Desarmamento da ONU, Nova Iorque, 1965 (delegado substituto).

Comitê Coordenador da COPREDAL, México, 1966/67 (delegado).

III Período de Sessões da COPREDAL, México, 1966 (delegado).

Reunião do Subcomitê Jurídico sobre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico, ONU, Nova Iorque, 1966 (delegado).

IV Período de Sessões da COPREDAL, México, 1967 (delegado).

IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão, Tóquio, 1973 (delegado).

À disposição do Vice-Primeiro Ministro do Japão, Takeo Fukuda, em visita ao Brasil, 1975.

XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV; XXXV, XXXVI e XXXVII Sessões da Assembléia Geral da ONU, 1976/77/78/79/80/81/82 (delegado).

Representante Permanente Alternado do Brasil, ONU, Nova Iorque 1977/83.

I Assembléia Geral Extraordinária da ONU para o Desarmamento, 1978 (delegado).

III Sessão do Grupo de Trabalho do CIES da ONU, encarregado da elaboração de código de conduta para as Empresas Transnacionais, Nova Iorque, 1978 (chefe).

V Sessão do Grupo de Trabalho da Comissão de Empresas Transnacionais do CIES da ONU encarregado da elaboração de um projeto de código de conduta internacional para Empresas Transnacionais, 1978 (chefe).

VI e VII Sessões do Grupo de Trabalho da Comissão de Empresas Transnacionais do CIES da ONU, Nova Iorque, 1979 (chefe).

Sessão de Emergência da Assembléia Geral da ONU para a Palestina, 1980 (chefe).

Relator do Comitê da ONU para o Uso Pacífico do Espaço Exterior, 1980/81/82/83.

II Conferência das Nações Unidas sobre exploração e os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Viena, 1982 (delegado).

Presidente do Comitê Preparatório para a II Conferência da ONU sobre a Exploração e os Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

Relator-Geral da II Conferência da ONU sobre a Exploração e os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Viena, 1982.

Presidente de turno do Grupo Latino-Americano da ONU, 1983.

Conferência de Constituição do Comitê de Ação para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (CADESCA), Panamá, 1983 (chefe).

Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Libertador General San Martín, Oficial, Argentina.

Ordem do Mérito Nacional, Oficial, Itália.

Ordem do Sol Nascente, Comendador, Japão.

Ordem de Mayo, Grã-Cruz, Argentina.

O Embaixador Carlos Antônio Bettencourt Bueno se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1986. — Paulo Monteiro Lima, Chefe do Departamento do Pessoal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência recebeu a Mensagem n.º 472, de 1986 (N.º 678/86, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2.º da Resolução n.º 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que o Governo do Estado de São Paulo possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 241, de 1986

Disciplina o emprego de algemas e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O porte e o emprego de algemas é privativo das autoridades policiais e de seus agentes.

Parágrafo único. A utilização de algemas, quando necessária, não deve atentar contra a dignidade ou a incolumidade física do preso ou do custodiado.

Art. 2.º Os agentes da autoridade, sempre que empregarem algemas para a prisão, custódia, condução ou simples contenção, deverão indicar aos seus superiores o motivo da utilização.

Art. 3.º Pode ser submetido mediante algemas quem:

I — resista ou desobedeça à ordem de prisão;

II — tente fugir;

III — ponha em risco a própria integridade física ou moral ou as de outrem;

IV — tenha contra si forte suspeita de que pretenda evadir-se.

Art. 4.º O uso de algemas não será permitido nas seguintes pessoas:

I — ministro de Estado;

II — governador e interventor de Estado, do Distrito Federal ou Território, bem como respectivos Secretários;

III — membro do Congresso Nacional, dos Conselhos da União e das Assembléias Legislativas dos Estados;

IV — cidadão inscrito no Livro do Mérito das ordens civis ou militares, reconhecidas em lei;

V — magistrado, promotor de justiça e delegado de polícia;

VI — cidadão que já tiver exercido, efetivamente, a função de jurado, exceto quando excluído da lista, em razão de incapacidade para desempenho daquela função;

VII — oficial das Forças Armadas, Policiais Militares e Corpos de Bombeiros, ainda que reformado;

VIII — oficial da Marinha Mercante Nacional, que já tiver exercido, efetivamente, função de comando;

IX — ministro do Tribunal de Contas;

X — ministro de confissão religiosa;

XI — diplomado por faculdade ou instituto superior de ensino nacional.

Parágrafo único. Não será admitido, igualmente, o emprego de algemas, salvo na hipótese do inciso III do artigo anterior, em preso processual, durante o interrogatório.

Art. 5.º A legislação local e os regulamentos poderão especificar e completar a presente lei.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Contei, na maior parte da elaboração deste projeto, com a preciosa colaboração do eminente professor paulista Sérgio de Moraes Pitombo.

O respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário consiste em garantia de direito individual, inserta no art. 153, § 14, da Constituição da República. Por certo, a nova Carta Magna manterá o princípio.

Não se há, pois, de tolerar que na prisão, custódia, condução e no transporte de presos, a qualquer pretexto, se lhes vá contra a dignidade ou a incolumidade física, por meio de algemas.

Pior é, ainda, se a violência não nasce do abuso de poder, mas de sua usurpação, quando com elas se constriam de modo ilegal; ou das algemas se faz uso para exercício arbitrário das próprias razões (arts. 146 e 345 do Código Penal).

Dá por que a Lei de Execução Penal determinou que a aplicação de algemas fosse disciplinada por decreto federal (art. 199 da Lei n.º 7.210/84). Nada impede, contudo, que a tal ornação se chegue por via de lei ordinária.

Assim e desde logo, o projeto obstaculiza o exercício, de todo indevido, da faculdade de algemar, estabelecendo que o porte e o uso de algemas é privativo das autoridades policiais, civis ou militares, bem como de seus agentes. Esses, tanto que as utilizem, devem aos superiores justificarem-se, para fim de não vulgarizar o que emerge excepcional, transmutando em rito o ato de algemar.

Trata-se, também, de oferecer concretude à norma constitucional, deixando evidente que o emprego resulta da necessidade e desde não atente contra os direitos fundamentais do preso e do custodiado.

Os casos em que as algemas podem ser colocadas surgem bem conhecidos: na resistência e na desobediência à ordem de prisão; na tentativa de fuga; na proteção do próprio custodiado e de terceiros; e na fundada suspeita de possível evasão.

As hipóteses em que não se lhe permite o emprego são as mesmas que, na lei processual comum, dão ensejo à prisão especial (art. 295 do Código de Processo Penal). Aliás, as pessoas ali referidas já hoje não devem ser submetidas mediante algemas, conforme a legislação

processual militar vigorante (arts. 234, § 1.º, e 242, do Código de Processo Penal Militar).

Ao rol legal, entretanto, a proposição acrescentou o promotor público, visto como integrante da Justiça Penal.

Pareceu-me conveniente, por igual, a inclusão do acusado preso, no instante do interrogatório. Sustentam os estudiosos do direito que essa é uma peça de defesa. Assim, as algemas, se desnecessárias, e usadas apenas simbolicamente, só podem coartar o réu, prejudicando a exerciência hábil da contrariedade penal.

Por fim admitiu o projeto que as unidades federativas detalhem o disciplinamento do uso de algemas. Há peculiaridades regionais que precisam ser acatadas. Daí, a possibilidade de uma legislação complementar.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1986. — Senador **Jamil Haddad**

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 242, de 1986

Prorroga o prazo de vigência da Lei n.º 7.416, de 10 de dezembro de 1985, alterada pela Lei n.º 7.500, de 25 de junho de 1986, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI — na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 25 de fevereiro de 1988 o prazo da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados concedida pela Lei n.º 7.416, de 10 de dezembro de 1985, alterada pela Lei n.º 7.500, de 25 de junho de 1986.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Em junho de 1986 foi sancionada e promulgada a Lei n.º 7.500, que prorrogou, de 25 de junho de 1986 para 25 de fevereiro de 1987, a vigência da Lei n.º 7.416, de 1985.

Tal prorrogação decorreu da necessidade de tornar efetivo o gozo da isenção de IPI na aquisição de automóveis de passageiros, por parte dos motoristas de praça, como demonstrado a seguir.

A citada Lei n.º 7.416 teve o objetivo de repor o prazo de seis (6) meses para uso da isenção concedida pelo Decreto n.º 91.367, visto que este diploma legal não pode ser aplicado de imediato, ficando suspenso o favor nele previsto, até que viesse a lume a Lei n.º 7.416.

A Lei n.º 7.500, de 1985, foi editada por razão semelhante: o favor fiscal concedido aos motoristas pela Lei n.º 7.416 fora também retardado, tendo em vista que os concessionários trabalham à base de cotas e, por consequência, não tinham capacidade de atender a avalanche de pedidos de carros que se acumularam com a não aplicação, na oportunidade devida, do Decreto n.º 91.367, já mencionado.

Além das razões indicadas, o atraso no atendimento dos pedidos de motoristas de praça passou a ser devido à exigência de ágios no mercado automobilístico, o que, naturalmente, veio a preterir ou retardar a venda para os interessados de menor poder aquisitivo, e entre estes se situam os beneficiários da isenção em causa (que se fundava exatamente na notória precariedade de recursos dos motoristas de praça, os quais, a toda evidência, não poderiam concordar com o ágio exigido).

Ocorre, ainda, que a partir da edição da Lei n.º 7.500, mais se acentuou a falta de carros e mais se generalizou a exigência de ágio para a aquisição de carros novos.

Em decorrência, ainda não se alcançou completamente o objetivo das duas citadas leis, havendo grande quantidade de motoristas à espera do veículo com isenção fiscal, nos termos da legislação aprovada por esta Casa, com a finalidade de permitir a renovação das frotas de táxis, que prestam serviço de alta relevância no transporte urbano.

Assim, pelas mesmas razões que ditaram a edição das Leis n.ºs 7.416 e 7.500, faz-se necessário conceder mais tempo para que os motoristas possam exercer os

direitos de isenção de IPI que lhes foram reconhecidos e para tanto torna-se necessário prorrogar mais uma vez o prazo para gozo do favor fiscal.

Este o objetivo do presente projeto de lei, para o qual solicito a compreensão e apoio dos meus ilustres pares.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1986. — Afonso Sancho.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 7.416, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1985

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI — os automóveis de passageiros classificados no Código 02-01-03, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — TIPI, quando adquiridos por:

I — motoristas profissionais que, na data da publicação desta Lei, exerçam, comprovadamente, em veículos de sua propriedade, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular da autorização do poder concedente, e desde que destinem o automóvel à utilização nessa atividade, na categoria de aluguel(táxi);

II — pessoas jurídicas ou equiparadas e as cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), e desde que se destinem tais veículos automotores à utilização nessa atividade.

§ 1.º Ressalvados os casos excepcionais em que ocorra destruição completa do veículo, o benefício previsto neste artigo somente poderá ser utilizado uma única vez.

§ 2.º A isenção dependerá de prévia verificação, por parte da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de que o adquirente preenche os requisitos estabelecidos neste artigo.

Art. 2.º Fica assegurada a manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI é relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem, efetivamente utilizados na industrialização dos produtos a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º O imposto incidirá, normalmente, sobre quaisquer acessórios opcionais, que não sejam equipamentos originais do modelo de veículo adquirido.

Art. 4.º A alienação do veículo, adquirido com isenção, antes de 3 (três) anos de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos no art. 1.º desta Lei, implicará o pagamento, pelo alienante, do tributo dispensado, monetariamente corrigido.

§ 1.º A inobservância do disposto neste artigo acarretará, além da exigência do pagamento do tributo, corrigido monetariamente, a cobrança de multa e juros moratórios previstos na legislação própria, para a hipótese de fraude na falta de pagamento do imposto devido.

§ 2.º O previsto neste artigo não será exigido em casos de sinistro, em que ocorra a destruição total do veículo.

Art. 5.º Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação e até 25 de junho de 1986.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 10 de dezembro de 1985; 164.º da Independência e 97.º da República.

LEI N.º 7.500, DE 25 DE JUNHO DE 1985

Altera o art. 5.º da Lei n.º 7.416, de 10 de dezembro de 1985, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Lei n.º 7.416, de 10 de dezembro de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:

- I — (VETADO).
- II — (VETADO).

“Art. 5.º Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação e até 25 de fevereiro de 1987.”

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 25 de junho de 1986; 165.º da Independência e 98.º da República. — JOSÉ SARNEY — Dilson Domingos Funaro.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Um sentimento de repulsa e de revolta me traz à tribuna neste momento: acabam de ser sepultados os “fiscais do Sarney”.

Todos sabem que, quando do lançamento do Plano Cruzado, apoiamos o congelamento dos preços. Todos sabem que, naquele momento, declarava eu que o controle na ponta era muito fácil e os “fiscais do Sarney” ajudaram. Mas dizia, também, que o controle nas fontes de produção caberia ao Governo. Após algum tempo, e quando do lançamento do Plano Cruzado, a população ouviu que todos os preços dos combustíveis e das tarifas de serviços públicos estariam congelados por um ano. Oito meses após, quando ainda não temos a proclamação do resultado das urnas, edita-se um novo pacote — pacote este que pura e simplesmente aumenta em 60% o preço da gasolina e do álcool; pacote este que aumenta violentamente os preços dos remédios. Declara S. Ex.º o Sr. Ministro da Fazenda que havia a necessidade de aumentar o preço da gasolina e do álcool para diminuir o consumo; faço eu a seguinte pergunta: aumenta-se o preço do remédio para diminuir o consumo da população e aumentar a mortalidade?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é extremamente contrariado e fato do engodo, da mistificação empregada pelo Governo para ganhar as eleições ora findas. Se o aumento da gasolina e do álcool foi da ordem de 60%, o maior da história desse País, de uma vez só, não havia dúvida nenhuma de que haveria necessidade de reajustar esses preços; mas esperaram o início da apuração, quando os resultados mostraram a vitória esmagadora do PMDB no País, para, então, posteriormente, de imediato, antes da proclamação dos resultados, editar este pacote.

No entanto, Sr. Presidente, tenho em minhas mãos dados publicados no *Jornal do Brasil*, do dia 18-10-86, que declara o seguinte:

“De 1980 até agora, o Brasil já remeteu efetivamente, para o exterior, como renda líquida, cerca de 64 bilhões de dólares dos quais 56 bilhões de juros. A constatação é de um documento de circulação restrita elaborado por economistas do Banco Central, em São Paulo.”

Sobre a dívida externa, Sr. Presidente, nada se fala. Mandamos para o exterior, de 1980 até o presente momento, como juros da dívida e pagamento de royalties, mais do que metade do valor da dívida externa.

Temos que ter a coragem cívica e seremos apoiados pelo povo brasileiro — de propor uma moratória, durante 10 anos, no pagamento dessa dívida, porque não é mais possível que tenhamos um superávit na balança comercial de cerca de 12 bilhões de dólares anuais e esses dólares ficarem no exterior, apenas pagando juros de uma dívida contraída, sem que o povo saiba em que foi aplicada. E, no entanto, 40 milhões de brasileiros não participam da riqueza nacional.

Sr. Presidente, hoje recebi vários telefonemas da Cidade do Rio de Janeiro, do meu Estado, da cidade que tive a honra de ser prefeito, dando conhecimento da revolta popular contra a edição desse pacote, pelo modo como foi feito; o povo está se sentindo apunhalado; a classe média que elegera a maioria dos governadores neste Brasil, está se sentindo apunhalada, enxovalhada, como se tivesse sido instrumento apenas para um processo eleitoral.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a capacidade da população em suportar determinados fatos tem um limite. Estou sabendo também que, em Porto Alegre, a população está nas ruas reclamando da edição deste ato. Não sou contra o aumento de 100% do preço do cigarro; todos sabem nesta Casa, que sou fumante; o cigarro é um vício e o vício deve ser bem cobrado. Agora, não posso imaginar no aumento brutal do preço dos remédios.

É inconcebível que, neste momento em que se edita o Plano Cruzado, em que se diz que os preços estão congelados, os remédios ascendam a limites impossíveis de serem atendidos pela população de baixa renda e pela classe média deste País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos me conhecem, sabem que sou um homem tranquilo, homem vivido na política, já que ingressei na mesma em 1960; poucas vezes tenho ficado fora da minha tranquilidade, mas hoje é um desses dias em que me encontro extremamente revoltado. Ainda não se encerrou a cerimônia do casamento e, no entanto, o que nós estamos vendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que começou a tuedemel negativa para a população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço um apelo nesta tribuna para que o PMDB, que, como todos sabem, é um partido-frente, um partido-ônibus, um partido que congrega várias tendências, se some à população brasileira neste momento, no sentido de dar um basta a estas medidas econômicas, tomadas como no tempo do autoritarismo por decretos-leis. E, sabemos nós, com o aumento do preço da gasolina e do álcool, incidindo sobre ela o empréstimo compulsório irregular, porque foi uma taxaço, foi um imposto que não poderia ter sido cobrado este ano — e o nobre Senador Helvídio Nunes, com seus conhecimentos jurídicos já levantou essa tese e eu corroborei com a mesma — só poderia ser cobrado no próximo exercício. E, agora, sobre esse empréstimo compulsório, que está sendo cobrado dos combustíveis, irá incidir o aumento de mais 60%. No entanto, sobre uma tomada de posição quanto ao não pagamento da dívida externa, para que haja condições internas neste País, de levar esses 40 milhões de brasileiros a outra situação social, ninguém fala; são negociações e mais negociações, ameaças de retaliação por parte do Presidente dos Estados Unidos dando prazo até 31 de dezembro do corrente ano para que seja revogada a Lei de Reserva de Mercado da nossa informática. E já começaram essas retaliações porque, nesses dois últimos meses, quando a média do superávit da nossa balança econômica era de cerca de um bilhão e pouco de dólares, baixou para 400, 500 milhões de dólares.

Sr. Presidente, lutei e luto nesta Casa também para a implantação do setor da química fina, para evitar que este pool, que este lobby das indústrias farmacêuticas faça dentro do nosso País o que quer, na hora em que deseja e com o conluio e aceitação das autoridades deste País, infelizmente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda não estão proclamados os governadores, os deputados, os senadores eleitos no pleito.

Quando a população estava com certa euforia, achando que iria se iniciar um movimento para uma Constituição mais democrática, uma Constituição visando reformas sociais já tão defasadas neste País e quando, no Rio de Janeiro, o Governador eleito dizia e creditava a sua vitória ao Plano Cruzado, hoje no Rio de Janeiro já se declara que o Plano Cruzado tem outro nome — o nome dele é Moreira e isto ocorreu e vai ocorrer, na realidade, com todos os Governadores eleitos pelo PMDB neste País. Serão contestados pela população e faço um apelo porque sei que existem homens de bem, eleitos Governadores pelo PMDB e sei que existem Senadores e Deputados progressistas do PMDB que terão assento no Congresso, para que se somem, já que eleitos foram pela população — se somem num esforço para dar um basta a essa força, a essa tutela, a essa ditadura da política econômico-financeira, imposta de cima para baixo neste País.

Sr. Presidente, espero, com mais dados, já que faço este discurso, hoje ainda com dados insuficientes, espero com mais dados, voltar a esta tribuna e continuar a fazer uma análise do Plano Cruzado em profundidade.

Uma coisa tenho certeza, Sr. Presidente, os preços todos foram majorados. O ágio foi cobrado abundantemente. O ágio, hoje, faz parte da vida desta Nação.

E, no entanto, os salários estão congelados. Congelar salário é muito fácil, basta assinar um decreto. E, no entanto, agora, tenta-se mudar o índice de correção para não chegar aos 20%, o que chamam de "gatilho". Esse "gatilho" foi acionado, ontem, dirigido em cima da população brasileira que se sente ferida, traumatizada com esta posição assumida pelo Governo

O nobre Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães ao sair do encontro com o Presidente José Sarney anteontem declarou que se colocava contra a retirada do subsídio do trigo para evitar o aumento do pão, do macarrão, dos alimentos derivados do uso do trigo. Por exclusão, já que S. Ex.ª declarou que era contra esse detalhe, S. Ex.ª deve ter concordado com todos os itens editados ontem pelas autoridades monetárias deste País.

Sr. Presidente, considero o Presidente Ulysses Guimarães um homem de bem, um homem que a Nação deve nos momentos históricos muito pela sua bravura e pelas suas atitudes firmes que não deixe o Presidente Ulysses Guimarães do seu Partido que saiu engrandecido em termos eleitorais desse processo, comece a descer a rampa muito cedo, já tivemos exemplos no ano passado com o PDS que foi considerado o maior Partido do Ocidente e hoje cabe numa Kombi.

Sr. Presidente, Srs. Senadores espero que o Presidente Ulysses Guimarães merecedor de todo o respeito nosso e da população brasileira, possa na realidade repensar ou fazer uma declaração pública aos brasileiros, que não concordou com essas medidas, caso contrário, a cisão do PMDB será imediata porque tenho ouvido elementos de ontem para hoje, elementos progressistas do PMDB que não aceitam em hipótese alguma esse Plano Cruzado I, II, e III parece até uma novela que nós vemos diariamente na televisão.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu queria deixar consignadas nos Anais da Casa, neste momento. E voltarei ao assunto com mais dados, com mais subsídios e tenho certeza que encontrarei, nesta Casa, cobertura e apoio de elementos de todos os partidos, porque todos nós aqui somos representantes do povo e como seus delegados temos que representar a sua vontade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ouvi com muita atenção o discurso do eminente Líder do PSB, Senador Jamil Haddad, fazendo críticas sobre as recentes medidas tomadas pelo Governo Federal, adicionais ao chamado Plano Cruzado. S. Ex.ª, quando fez suas críticas, declarou que ele se admirava da promulgação dessas medidas precipitadamente, porque agora houve uma eleição, o casamento acabou de acontecer, ainda está em lua-de-mel e o Governo já vai fazendo logo essa série de medidas que pode se transformar em lua-de-fel. Interessante que S. Ex.ª usa também a mesma precipitação. Ele ainda nem chegou a ler todas as medidas. Ainda não saiu do Diário Oficial a íntegra dos Decretos-leis elaborados pelos técnicos do Governo e S. Ex.ª já vem dizendo que isso é purgante para ninguém agüentar; que o Rio de Janeiro já está em polvorosa; que ele ouviu lá um cidadão passando pela rua e ele reclamou e outros cidadãos também reclamaram. De modo que, ele julga que o Brasil inteiro está em polvorosa, quando nem o Diário Oficial publicou, na íntegra, esses Decretos-leis do Governo. De modo que se o Governo usou de uma inoportunidade para baixar os seus Decretos-leis, o eminente Senador Jamil Haddad, também, está sendo inoportuno, porque não tomou nem conhecimento de todas as medidas decretadas e já vai logo dizendo que "ela não presta, que o Brasil inteiro está em polvorosa".

"A verdade é que o apressado come cru". Então, não custa nada, nobre Senador Jamil Haddad, primeiro, o Brasil, tranqüilamente, serenamente, tomar conhecimento da extensão das medidas decretadas, fazer uma avaliação mesmo preliminar, para depois emitir um julgamento. Agora, antes das medidas serem sequer publicadas, antes de ser nem ao menos começadas a executar, já vai logo se proclamando que as leis não prestam,

que é um purgante, que não há quem agüente. Acho que há um pouco de precipitação nisso tudo.

Quero dizer ao nobre Senador Jamil Haddad, e por seu intermédio, a toda a Nação, que o brasileiro não é ingênuo a ponto de pensar que ele tendo uma inflação de 15% ao mês, ela vai passar para 1% ao mês, sem importar em algum ônus, em algum sacrifício. Era só o que faltava. Um brasileiro de boa fé pensar que se vai passar de uma inflação de 15% ao mês para uma inflação de 1% ao mês e não vai acarretar ônus, nem sacrifício para qualquer pessoa.

É claro que em tudo se paga um preço na vida! A vida não nos dá nada de graça, há sempre um ônus, sempre um sacrifício. Agora, precisa-se saber se esse sacrifício e esse ônus compensam o tratamento que está sendo dado. Acredito que o Brasil inteiro, embora esteja apoiando o Plano Cruzado, sabe que há necessidade de algumas reformulações nesse plano. O que não pode ser é o Governo estar assistindo a vazamentos, a problemas, a complicações dentro do Plano Cruzado e ficar estático, sem tomar nenhuma atitude, sem se incomodar e deixar a coisa correr ao deus dará. Isto seria uma levandade, uma irresponsabilidade do Governo e é isso que agora com essas correções se pretende fazer, ajustar o plano para suprir, corrigir distorções, erros e equívocos que possam ter havido. Deixar que a coisa aconteça e o Brasil volte a ter aquela inflação de 15% ao mês, porque essas correções atuais podem eventualmente implicar em algum sacrifício, acho que essa é uma posição inteiramente irresponsável e insustentável, e acredito que o Governo jamais procederá dessa maneira.

O Sr. Jamil Haddad — Permite-me um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Tem o aparte V. Ex.ª

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador Hélio Gueiros, sabe V. Ex.ª que apesar de, em determinados momentos, termos tido, neste Plenário, atritos próprios do regime democrático pleno, V. Ex.ª sabe da estima que lhe dedico — e aproveito até este momento para me congratular com a sua eleição como Governador do Estado do Pará. Mas, eu não estou em absoluto apressado. Tenho um hábito, desde jovem, em razão de ser médico, de acordar muito cedo para ir à minha faina hospitalar. E dentro deste hábito eu me acostumei a ler jornais. De maneira que V. Ex.ª disse-me que estou precipitado. Eu não estou precipitado, porém estou sim dando dados publicados em jornais, e como não sou precipitado, falei só em poucos itens, porque quero ver os outros para fazer um pronunciamento mais profundo, e V. Ex.ª sabe disso. Mas quando se dá um aumento de 60% para a gasolina e o álcool, é uma prova incontestável de que teria havido anteriormente necessidade de se fazer um aumento de preço dos combustíveis, aumento este que, apesar de ter sido declarado quando da implantação por um decreto do Senhor Presidente da República, de que o preço dos combustíveis estaria congelado por um ano, estes aumentos não foram feitos contudo antes do dia 15 de novembro. E, justamente, no dia 20 de novembro, ontem, aumentava-se em 60% o preço do álcool e da gasolina. Há algo de errado nisso. Como disse a V. Ex.ª, li nos jornais que o Ministro Dilson Funaro declarou que havia necessidade de aumentar o custo dos combustíveis em 60% para diminuir o consumo. No entanto, dentro da mesma tese do Ministro, quanto ao aumento escorçante no preço dos remédios, deve ser também, por analogia, para diminuir o consumo dos remédios e aumentar o índice de mortalidade neste País. Quero saber que V. Ex.ª, nobre Senador, a quem mantenho amizade e respeito, se existem dentro destas medidas tomadas pelo Governo Federal, neste pacote, algo que diminua os lucros das multinacionais. Nada tenho visto a este respeito. Quando se aumenta o preço do automóvel em 80%, pode-se declarar: "Está bem, porque a população mais pobre não faz uso do carro". Mas não prejudicará em nada as montadoras, porque elas já têm encomendas de milhares de carros para o exterior, exportação subsidiada, e nós pagamos em cruzados esses subsídios. E não existe nada em absoluto que venha atingir as multinacionais farmacêuticas, as multinacionais montadoras, enfim os lobbies das multinacionais neste País. De modo que, não sou apressado porque o apressado come cru e quente. Acabei de almoçar; almocei uma comida tépida,

não queimei a minha boca e só fiz declarações que saíram publicadas nos jornais. Se os jornais estão publicando notícias mentirosas, então, V. Ex.ª amanhã terá todo o direito de me recriminar pela minha precipitação. Muito grato a V. Ex.ª

O SR. HÉLIO GUEIROS — Nobre Senador Jamil Haddad, muito grato pelo seu aparte. Quero reiterar também minha estima, admiração e louvor pela sua vigilância, pelo seu zelo no plenário deste Senado, nas Comissões Técnicas e nas Comissões Mistas. Apenas de vez em quando nós divergimos, como agora estou divergindo de V. Ex.ª. E vou mostrar: V. Ex.ª cita uma meia verdade, que é tão perigosa quanto uma inverdade. V. Ex.ª fala no aumento da gasolina e do álcool, mas não diz que não se aumentou o óleo Diesel nem o gás de cozinha. Aí é que está o problema: quem usa gasolina, quem usa álcool é quem tem carro particular. Também o veículo que foi aumentado foi o veículo de passeio. Então, são ônus e sacrifícios que vão atingir a uma elite, a classes privilegiadas e não ao povo. Quem vai gastar mais com gasolina e com álcool é quem tem automóvel de passeio; quem vai pagar mais por um automóvel de passeio é quem tem condições de pagar mais por um automóvel de passeio. Mas o ônibus, o transporte coletivo, o caminhão, estes usam óleo Diesel e o preço deste está intocado, o Governo não tocou. Houve uma exceção para táxi, e aí também o táxi não é para gente pobre, só em casos excepcionais; o próprio táxi não é para todo mundo, é para uma minoria. Esses aí vão pagar um pouco mais porque há uma previsão de um aumento das tarifas para o álcool, mas verifica-se aí uma cautela do Governo quando poupou o óleo Diesel que atinge a todo mundo, quando poupou o gás de cozinha que atinge todo mundo, mas não usou dessa mesma poupança, desse mesmo zelo, desse mesmo carinho, para quem usa gasolina ou para quem usa álcool para automóvel. Acho que isso é critério menos injusto do que qualquer outro que V. Ex.ª possa ter de indiscriminadamente, aumentar para todos. Então, vê V. Ex.ª que o Governo foi cauteloso.

Gostaria de que V. Ex.ª aguardasse a revelação de todas as medidas tomadas pelo Governo, e não se baseasse apenas em notícias de jornais que não vou dizer que sejam inverazes, que sejam incorretas, mas o jornal gosta sempre de salientar a parte negativa. V. Ex.ª sabe muito bem que 98% da população brasileira é séria, correta, honesta, não é muito criminosa. Mas o que sai no jornal? É o crime, é o bandido, é o celerado, isso é o que os jornais destacam: 98% da população ordeira, sóbria, calma, tranqüila não ganha manchete de jornal, porém, o bandido, o celerado, o canalha, esse ganha jornal. Há sempre uma tentação de se destacar o que não presta, o que é antipático, o que é inconveniente e se deixa de salientar também aquilo que merece ser destacado. Este não é um mal brasileiro, não.

Quero dizer a V. Ex.ª que houve um cidadão nos Estados Unidos que resolveu editar um jornal onde só saía notícia boa. O menino fez um curso muito bonito, ele teria notícia no jornal. O Governo fez alguma coisa boa, saía notícia no jornal. Uma entidade praticou atos filantrópicos? Saía no jornal. Então, tudo de bom que se fazia nos Estados Unidos era noticiado, e o que saía de ruim não era noticiado. Sabe V. Ex.ª o que aconteceu? O jornal fechou! É uma tentação de só haver saliência, realce para as coisas ruins, para as coisas antipáticas. É da natureza humana. Não é exclusividade do povo brasileiro. De modo que, embora, todos os jornais mereçam o meu maior apreço e simpatia pela fidelidade com que noticiam os fatos no Brasil, a verdade é que sempre há uma tendência de se destacar justamente aquilo antipático, aquilo que não presta, e não aquilo que presta, aquilo que é simpático. Até por que ninguém vai imaginar que o Governo da República, o Governo do Estado, o Governo de Município, vá baixar ato unicamente para prejudicar, para irritar a população brasileira. V. Ex.ª há de reconhecer que o Governo pode errar, pode se equivocar, mas ninguém vai admitir que qualquer governante vá baixar um ato somente para complicar, para irritar a vida dos outros; seria uma tara inaceitável que se atribuiria aos homens públicos no Brasil.

Fala V. Ex.ª em dívida externa. Quero dizer a V. Ex.ª que não foi o PMDB quem inventou esta dívida externa. Não foi o PMDB quem inventou esta dívida

externa, repito. Essa dívida externa foi herdada pelo PMDB, um pouco do PMDB, porque só a partir de 15 de novembro, e a partir, portanto, de 1º de fevereiro, e 15 de março, é que o Brasil vai ter a cara do PMDB. Só a partir de 15 de março e 1º de fevereiro. Até agora é uma caricatura, é uma mistura, é um pedacinho daqui, um pedacinho dali, é um pedacinho d'acolá. A cara do PMDB só vai ser conhecida, em todo o Brasil, a partir da posse dos novos congressistas constituintes a 1º de fevereiro, e dos novos governantes — que eu espero que sejam 22 em todo o Brasil — no próximo dia 15 de março. Assim, vai se poder cobrar do PMDB a resposta para as suas pregações, o cumprimento das suas promessas. Porque então nós seremos maioria aqui nesta Casa, onde não temos nem 1/3, e seremos maioria na Câmara dos Deputados onde, também, não temos a metade. A partir de 1º de fevereiro o povo brasileiro vai ter condições de cobrar do PMDB as suas promessas, mas até que isso aconteça nós temos que estar convivendo com todas essas coisas herdadas, inclusive essa dívida externa, nobre Senador Jamil Haddad, que não foi feita por nós; nós herdamos, estamos assumindo a paternidade dessa dívida que não é nossa mas que tivemos que assumir, porque não podíamos repudiá-la liminarmente.

Como nós vamos ter a abertura de uma Constituinte daqui a mais três meses, V. Ex.ª não acha que esse é o momento oportuno de se resolver o problema da dívida externa? Acho que o momento oportuno é agora, a partir de 1.º de fevereiro a Assembléia Nacional Constituinte vai resolver o que se deve fazer com a dívida externa. Eu, particularmente, não dou atenção à dívida externa, acho que é uma coisa que o Brasil devia esquecer. O mal do Brasil é dar muita atenção a essa dívida externa e por causa dela se sacrifica a população. Então, se dependesse de mim, eu abjuraria não totalmente a dívida, mas eu deixaria para um segundo plano o problema do pagamento da dívida externa brasileira. Acho que um dos grandes males do Brasil é essa preferência ao cumprimento de obrigações por causa dessa dívida externa. Vou dar um exemplo no meu Estado, que assumirei em 15 de março. O meu Estado exportou, no ano passado, 400 milhões de dólares para o exterior. Sabe quanto nós recebemos de ICM, que é o do Estado? Nem um cruzeiro, nem um cruzado, nem um centavo. Se nos pagassem o ICM, que nos é devido, teríamos 40 milhões de dólares por ano, e 40 milhões de dólares por ano foi até agora o que o Estado do Pará conseguiu de empréstimos externos para fazer alguma coisa. Verifica V. Ex.ª, portanto, que bastaria que a União não dispensasse o que não é dela, porque o ICM não é dela, é do Estado, mas por causa dessa política vesga, caolha de se beneficiar a exportação, ela, a União, que não é dona do ICM, isenta de ICM todas as exportações do meu Estado, e, por causa, disso perdemos anualmente, no Estado do Pará, 40 milhões de dólares. Se não se desse essa atenção exagerada à dívida externa, e não se tivesse essa política vesga favorável à exportação, o Pará teria recursos suficientes para realizar o seu programa de governo. Então, digo a V. Ex.ª que nesse ponto V. Ex.ª conta com a minha inteira solidariedade; vamos deixar o problema da dívida externa para segundo plano. Ela existe, vamos honrar, mas não vamos matar o povo brasileiro para pagar essa dívida externa, até por que, nobre Senador Jamil Haddad, considero um prejuízo mensal, para o Brasil, esse superávit de um bilhão de dólares por mês. Se há um superávit de um bilhão de dólares por mês, o que acontece? O Governo é obrigado a emitir cruzados correspondentes a esse um bilhão de dólares, porque recebeu-se x para importação, pagou-se x de exportação, mas se exportou um bilhão de dólares a mais. O que acontece? Como o exportador recebe na boca do banco o seu crédito em cruzados, o Brasil, todo o mês, há mais de um ano, é obrigado a emitir o correspondente, em cruzados, a um bilhão de dólares. De modo que V. Ex.ª tem o meu apoio e a minha solidariedade, para não se dar esse realce, esse destaque, tão importante à dívida externa.

Estou, também, de pleno acordo que se deve impor mais ônus, mais sacrifício aos lucros das empresas multinacionais, ou estrangeiras, seja lá o que for. Deve-se impor muito mais ônus a essas empresas que vêm ganhar dinheiro no Brasil. Acho que o Brasil tem todas as condições para fazer valer esse seu direito.

Quero dizer a V. Ex.ª que a China é um país comunista, ortodoxamente comunista, mas lá existe Volkswagen, lá existe Nestlé, existe tudo quanto é de multinacional, mas o chinês não se queixa delas. Por quê? Soube negociar com elas. Para cada multinacional existe uma negociação particular e o governo chinês luta, briga, se esforça e a multinacional termina por render-se às condições do governo chinês, pois não é átoa que se vai desprezar um mercado consumidor de 1 bilhão e 80 milhões de pessoas. O Brasil, embora não tenha uma população tão grande, tem uma população bem razoável, que atinge 130 milhões de habitantes, sendo um mercado consumidor muito atraente para qualquer multinacional do mundo. De modo que se nós também tivéssemos condições de impor condições a essas multinacionais, terminaríamos por vencer a batalha, como a China tem vencido.

O Sr. Nivaldo Machado — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Com prazer.

O Sr. Nivaldo Machado — Senador Hélio Gueiros, entrei neste plenário quando V. Ex.ª já ampliava o seu discurso por alguns minutos. Infelizmente não tive oportunidade de tomar conhecimento da parte inicial, o que, de modo claro, me habilitaria à intervenção que ora faço com o apoio de V. Ex.ª, que me honra em conceder o aparte. Em primeiro lugar, no que toca ao problema de política econômica neste País, houve o vezo, ainda não erradicado, de se querer dar solução a um problema de ordem econômica, vale dizer, de criação de exportação de riquezas, com solução de ordem financeira, isto é, arrecadar o máximo, retirar o máximo das classes que produzem, e não só dessas produzem, mas até de quem produz pouco deveria pagar proporcionalmente através do imposto de incidência direta ao Imposto de Renda, mas porque paga o imposto sobre o consumo, que é o imposto antigo de vendas e consignações, hoje, é claro com outro nome, e V. Ex.ª conhece esse fato. De maneira que de início há uma preliminar de minha parte a acentuar: jamais acreditei que uma política de ordem econômica baseada na contenção de consumo fosse a indicada para resolver os problemas do País.

Então, os problemas do País são de ordem econômica, vale dizer: criação e expansão de riquezas. Conter consumo é a antítese daquilo que se deseja quando se quer desenvolver. Se nós queremos desenvolver o País, e esta é a nossa meta, é a meta do Presidente José Sarney e do seu Governo, que tem o apoio do seu Partido e do meu, aí, entre as medidas hoje publicadas, sem examiná-las e por isso sem a possibilidade real de fazer uma análise maior, eu partiria do seguinte princípio: a premissa estabelecida de que é preciso conter o consumo, essa acho errada. Conter o consumo, como? Diminuindo o poder aquisitivo da massa trabalhadora? Isso nunca, porque seria errado. No que toca ao restante das medidas que foram de um certo modo seletivas, porque V. Ex.ª diz bem; elas não alcançam o homem pelo poder aquisitivo preservado. E sabemos que o Plano Cruzado, que foi o maior cabo eleitoral hoje, nessas eleições ele preservou o poder de compra do assalariado, daquele que ganhava só o necessário para o nível de sobrevivência para comer, para se alimentar. Eu ainda andava um pouco de táxi, Senador Hélio Gueiros. Porque eu que ando de táxi em Recife, converso com os motoristas e pergunto se o movimento melhorou. Ele diz: melhorou. Por que melhorou? Porque o homem que não andava de táxi está andando agora. Por que estão andando? Porque o seu poder de compra foi preservado; ele compra a sua alimentação, sobra um pouco para esse mínimo que se deve dar também ao pobre para fazer um passeio ou então ter essa recreação. Bom, essa parte aqui sem entrar no exame, porque V. Ex.ª sabe, homem do Governo, responsabilidade aqui não pode ser negada. Nenhum partido pode se isentar. Por isso é que quando V. Ex.ª diz que não se pode cobrar ao PMDB nenhuma medida que se possa considerar contrária ao interesse do povo, porque o PMDB não está governando, — eu diria a V. Ex.ª o contrário: o PMDB tem 15 Ministros no Governo e diversos órgãos da maior responsabilidade. Então, se tem 15 Ministros tem 3/4 do Governo e tem a maior responsabilidade pelo que ocorrer de bom que é faturado eleitoralmente e de ruim, que pode ser um

obstáculo ao avanço eleitoral do Partido. Mas, sem maior preocupação de fazer restrições ao nobre companheiro de representação popular, cuja eleição foi para mim do maior agrado no Estado do Pará, porque sei que o Estado vai ter um homem ao leme, vai ter um homem capaz, com espírito pragmático, além de sua capacidade intelectual V. Ex.ª tem um espírito pragmático de fazer, porque dever de um executivo é que ele realize.

V. Ex.ª tem pela maneira como vem agindo no Senado, não só esse nível capaz de colocá-lo como um dos melhores Senadores desta República, V. Ex.ª leva um objetivo, realizar, fazer e isso eu sei que será feito no Governo do Pará durante a sua, já agora considerada por mim, eficiente gestão naquele Estado. Diria que o nosso programa de exportação e peço até licença pelo ampliado do aparte, creio que a exportação é necessária, principalmente porque o País que não conquistou praticamente mercado, porque ocupou o mercado interno pelo princípio da substituição de importação. Então, o Brasil comprava no exterior uma parte do que consumia, passou a produzir e dispensou. Então, o seu desenvolvimento se deu a base da substituição de importação. Na hora em que o mercado brasileiro estaria, está saturado porque não se ganha o necessário, as classes menos favorecidas não ganham o necessário para consumir, daí eu ser contra a contenção do consumo, aí se partiu para uma política de exportação agressiva, a tal ponto que tirou dos Estados a renda que o Estado precisava ter. O Governo Federal querendo aumentar a exportação, é justo que isto ocorra, mas jamais a custa do Estado que já possuía as suas possibilidades de arrecadação diminuídas e por isso essa corte de governadores e agora os do PMDB batendo à porta do Presidente da República, pedindo até aos mais ricos, como São Paulo, recursos para administrar. Ora, se der ao Estado através de uma reforma tributária justa e que garanta o princípio da Federação por um Estado forte, então não há necessidade de ninguém bater à porta do Palácio, da Presidência da República e se quer dar a São Paulo. Eu pergunto: E o Pará? mais do que qualquer outro Governador, como os dos Estados pobres, tem o direito de ir ao Governo da República solicitar que lhes sejam fornecidos esses recursos; mesmo porque o Governo Federal, dentro de uma tributação que está, exatamente, arrecadando para si, para o Tesouro aquilo que deveria caber aos Estados — que Sua Excelência promovia as exportações, que o faça e isto é bom e é uma maneira, inclusive, de pagar a nossa dívida, honrando os compromissos, sem que sejam muito pesado e sacrificado para o povo, mas que também não o faça à custa dos Estados e dos Municípios. Neste ponto estamos de pleno acordo. Queria apenas fazer essa restrição, porque a mim me pareceu, no que toca, por exemplo, ao problema da responsabilidade, somos todos responsáveis.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sou agradecido ao nobre Senador Nivaldo Machado pelo seu brilhante aparte. Quero dizer a V. Ex.ª, nobre Senador Nivaldo Machado, que se eu não me achasse de alguma maneira, co-responsável pela situação, eu ficaria caladinho aqui no meu lugar e passava até por bonito para a assistência, para o plenário, e não teria erguido a minha voz para mostrar as razões pelas quais o Governo está fazendo essa reformulação do Plano Cruzado. Mas se eu estou falando é porque eu me sinto co-responsável pela situação. Apenas acho que se deve ter um pouco de paciência, um pouco de confiança na ação do Governo, porque todo mundo sabe que há necessidade de se reformular o Plano Cruzado porque ele apresentava vazamentos aqui e ali. O que não acho é que se deva criticar o Governo porque mexeu com o Plano Cruzado. Sua Excelência mexeu na tentativa de salvar o Plano Cruzado porque, ou o Plano Cruzado salva o Brasil ou será muito difícil nós sairmos de um caos se nós voltarmos a ele. De modo que, eu me sinto co-responsável e é por isto que estou falando aqui.

O Sr. Nivaldo Machado — Só para complementar o fio do meu pensamento é que, na verdade, toda a opinião pública, todo mundo sentia que o Plano Cruzado devia sofrer correções para corrigir distorções, sob pena de voltarmos à mesma situação calamitosa daquela da inflação, contida em boa hora a 28 de feve-

reio. Daí eu creio que a opinião pública é unânime, os políticos também, a classe média vai pagar um tributo maior do que a classe pobre, esta, evidentemente, por questão de justiça social, não devia pagar tributo nenhum, passou muito tempo pagando sem ter o que comer, sem ter condições de viver em condições compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Mas nisso não há absolutamente ninguém, nem o mais ferrenho adversário do Governo que possa negar isto. O Governo fez em boa hora, e não podia deixar para amanhã, tendo a hora oportuna, embora isso tivesse coincidido exatamente com os dias, após a realização das eleições. Creio que, se o congelamento de preços não é o processo através do qual o Governo vai chegar à solução do problema econômico, porque ele está contido num contexto maior do que é a própria reformulação da política econômica do Governo. Mas essas medidas que o Governo tomou, algumas evidentemente que talvez tivessem produzido — é o caso, por exemplo, da produção agrícola que deveria ter sido aumentada há muito tempo, para evitar essa situação que ninguém resolveria — é claro, um problema dessa ordem, modificando com a lei, a lei da oferta e da procura, quem irá modificá-la? Essa daí é uma lei da economia e o Governo apenas tem que agir de acordo com ela.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Vejo, portanto, com agrado que V. Ex.^a tenha o pensamento coincidente com o meu.

Quero fazer uma referência à observação do nobre Senador Jamil Haddad criticou o Governo, porque vai retificar o cálculo dos índices para a inflação. Não sou técnico no assunto, mas sempre me repudiou a explicação para o cálculo da inflação há uns dois meses atrás. Eu moro no Pará, região quente, tórrida, e a desculpa para se aumentar o índice da inflação é que houve um aumento no vestuário de frio no Sul do País. Dois itens forçaram a inflação há dois meses: aumento do vestuário de frio e o aumento do preço do carro de segunda mão. Pode ser que técnicos me convençam do acerto disso, mas não sei o que carro usado e vestuário de frio tem a ver com a inflação na Amazônia, para o povo pobre que mora no rio, nos paranás, nos lagos, nos igarapés. Na Amazônia faz calor, e calor com muito carapanã. Por que o povo do interior vai pagar uma pena maior se o carro usado no Rio em São Paulo aumentou de preço? Então, esses cálculos, nobre Senador Jamil Haddad, são convenções, arranjos que tem de ser modificados para a realidade. O cálculo da inflação deveria ser sobre o arroz, feijão, açúcar, batata, carne, peixe, remédio, transporte, moradia, não sobre carro usado e vestuário de frio. Quem tem conta no banco vai pagar mais 2,3% porque o vestuário aumentou em São Paulo. Isto é uma coisa totalmente incoerente não consigo entender. Sempre vejo com agrado toda informação de que o Governo vai retificar um pouco para calcular a inflação mediante preços comuns a todos, rico, pobre, remediado, e não com base em classe privilegiada.

Por fim, nobre Senador José Fragelli, confiando na sua benevolência e generosidade, quero referir-me ao último tópico do discurso do Senador Jamil Haddad. S. Ex.^a disse que conversou com alguns amigos e correligionários do PMDB e profetizou que o PMDB, por causa dessas medidas, vai implodir, vai entrar em crise. Desde que estou no PMDB ouço essa profecia: "O PMDB, da próxima vez, vai implodir". Qualquer eleição que haja no Brasil há a profecia de que o PMDB vai-se sair mal, vai entrar em crise, vai se dividir, vai implodir. Os tempos estão passando e o que verificamos há três dias, nobre Senador Jamil Haddad, é que, ao contrário de implodir, pela primeira vez, ao longo desses vinte e tantos anos, o PMDB venceu maciçamente uma eleição no Brasil. É a primeira vez que o Brasil dá vitória ao PMDB. Foi por isso que afirmo que a partir deste instante pode-se cobrar e exigir do PMDB suas promessas.

A grande verdade é que essa implosão tão desejada, cantada e anunciada não aconteceu até hoje e posso tranquilizar o nobre Senador Jamil Haddad que ela não vai acontecer. Haverá divergências porque divergências há em qualquer democracia, em qualquer família, em qualquer entidade. Mas, o objetivo comum do PMDB é tirar o Brasil de uma vez por todas dessa

situação de dependência em que vive, ante os mercados mais avançados, ante a tecnologia e, acima e primeiro de tudo, tirar uma grande parte da nossa população do estado de miséria absoluta.

Estou certo de que para isso o PMDB não estará sozinho, mas todos os demais Partidos, inclusive o bravo PSB do Senador Jamil Haddad, estará cerrando fileiras conosco pelo bem e felicidade do Brasil e dos brasileiros. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Arno Damiani.

O SR. ARNO DAMIANI (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O transporte rodoviário é responsável por 70% da movimentação de cargas no Brasil, o que bem evidencia a sua importância para a economia nacional. Os agentes responsáveis por esse transporte são os caminhoneiros, que percorrem o nosso País em todas as direções, seja transportando os frutos da terra para os centros consumidores, seja transportando os produtos industriais da cidade para o campo.

Esse percurso não se faz sem riscos e imprevistos, que, em geral, oneram os custos do transporte e dos produtos. A falta de organização e de informações acarreta desencontros e prejuízos para a maioria dos caminhoneiros autônomos e das empresas particulares que atuam nesse mercado. Esses profissionais perdem tempo precioso, tentando contratar o transporte de carga para a viagem de retorno, sem qualquer orientação que facilite o seu contato com as empresas geradoras desses serviços. Estas, por sua vez, contratam outros profissionais, que, igualmente, partem com seus veículos carregados e voltam ociosos. Esse processo, além de aumentar os custos do transporte de produtos agrícolas e industriais, ocasiona perda incalculável de combustível, considerando-se o grande número de veículos que trafegam sem carga, nas viagens de retorno.

O usuário do sistema de transporte escolhe a modalidade de transporte a utilizar, tendo em vista não apenas as peculiaridades da mercadoria, seu valor, quantidade e perecibilidade, mas também certos fatores, tais como tempo de duração da viagem, valor do frete e segurança. No Brasil, como vimos, a preferência recai no transporte rodoviário. Mas a liderança desse tipo de transporte deve-se, principalmente, à grande expansão das rodovias em nosso País, a partir da década de 50, incentivada, certamente, pelos preços baixos do petróleo na ocasião.

Dada a função essencial que essa modalidade de transporte exerce na economia, dada sua influência direta na política de preços, é mister que se reorganize, urgentemente, esse setor, de modo a torná-lo mais transparente e expedito em todo o País. Trata-se de um mercado de trabalho competitivo, mas que carece de um sistema de informações precisas, essencial para conferir-lhe mais dinamismo e economicidade. Esse sistema existe nos países desenvolvidos, onde as despesas de escoamento e comercialização pouco influem nos custos de produção, por serem módicas, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde essas despesas são muito elevadas, quatro vezes mais elevadas, por exemplo, do que as verificadas no Estados Unidos. Além disso, naqueles países, esse sistema de informações é bastante aprimorado e abrange não apenas o transporte rodoviário, mas também os transportes ferroviários, marítimos, fluviais e aéreos, envolvendo-os num entrosamento perfeito, a nível nacional e internacional.

Também, no Brasil, se fez sentir a necessidade de um sistema de informações que promovesse o contato entre os caminhoneiros e os remetentes de carga, facilitando-lhes o trabalho, poupando-lhes tempo e dinheiro. Assim surgiram as Centrais de Informação de Fretes (CIF), inicialmente no Paraná, que hoje possui uma rede de centrais nos principais centros econômicos do Estado, localizadas em pontos estratégicos das rodovias. Tal foi o sucesso da iniciativa, que logo se estendeu a várias outras Unidades da Federação.

No meu Estado — Santa Catarina —, desde 1981, está sendo instalada uma rede de Centrais de Informação de Fretes. Hoje, contamos com 9 centrais, localizadas nos seguintes Municípios: Grande Florianópolis, Tubarão, Itajaí, Xanxerê, Mafra, Joinville, Lajes, Indaial e São Miguel d'Oeste. Estão subordinadas ao Departamento de Transportes e Terminais (DETER) —

uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras — e prestam serviços, gratuitamente, aos transportadores e fornecedores de carga. São os seguintes os objetivos das CIF:

- “Otimização da frota do transporte rodoviário de cargas;
- dar condição e justa remuneração sem encarecer os bens transportados;
- economizar combustível, evitando que os transportadores trafeguem vazios ou sobrecarregados;
- propiciar valores de fretes mais justos, através da garantia de cargas, aos transportadores;
- agilizar o escoamento dos produtos;
- aumentar a produtividade do setor de transporte de cargas;
- dar maior transparência ao transporte de cargas.” (in “Manual de Implantação de Central de Informação de Fretes”, do DETER — SC).

Pedimos vênias para relacionar também as principais vantagens do sistema:

- “Retirada dos veículos pesados do tráfego urbano; redução das viagens de retorno com caminhões vazios, subcarregados ou sobrecarregados;
- redução na demora do transporte de carga por dificuldade na sua obtenção;
- minimização dos danos causados aos pavimentos devido ao tráfego de caminhões sobrecarregados;
- evitar gastos de combustível e tempo com a procura de carga;
- evitar oneração do custo dos bens transportados, pela incerteza na obtenção de cargas de retorno;
- minimização dos custos operacionais dos transportadores.”

Os Estados do Rio Grande do Sul e Bahia criaram suas Centrais de Informações de Fretes nos moldes das existentes no Paraná e no meu Estado, de modo que suas atividades se exercem integralmente. Assim, os acordos firmados por essas Centrais asseguram, ainda, o seguinte procedimento entre elas:

- “A carteira de identificação dos transportadores emitida em cada Estado é aceita pelos demais;
- as ligações telefônicas feitas a cobrar pelos transportadores cadastrados em qualquer um dos Estados são aceitas em todos os outros;

Processa-se, sempre que necessário, o intercâmbio de informações relativas às bolsas de carga, entre quaisquer CIF de qualquer um dos Estados em questão.”

Já os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais mantêm programas de Centrais de Informação de Fretes, mas adotam critérios diferentes, visto que não buscam o entrosamento delas com as congêneres dos demais Estados, atitude essa inteiramente contrária à filosofia de trabalho que norteia esse sistema. No entanto, seria conveniente estudar as regras que ditam essa atitude, para podermos comparar ambos os sistemas e analisar os acertos e possíveis falhas de cada um. Sabemos que, em São Paulo, o programa em operação denomina-se Disque-Transporte e conta com a co-participação da Volkswagen Caminhões. Consiste, basicamente, em fornecer informações aos caminhoneiros sobre as cargas disponíveis. E essa iniciativa tem obtido êxito junto à comunidade de transportes.

No meu Estado, particularmente, as CIF são muito bem organizadas. Mensal e anualmente, elaboram-se Boletins Informativos, que contêm dados estatísticos preciosos para avaliação do sistema. Esses dados referem-se a cadastramento de transportadores e fornecedores de carga, tonelage disponível e transportada, número e tipos de cargas encaminhadas, distância percorrida para obtenção de carga, número de transportadores não atendidos e respectivas causas, valores de fretes, economia de combustível, número de telefones e de telex transmitidos e recebidos, etc.

Até setembro do corrente ano, estavam cadastrados nas CIF do meu Estado, 13.300 transportadores e 2.492 fornecedores de carga. E, apenas no terceiro trimestre deste ano, foram transportadas, através do sistema, 60.531 toneladas de carga. Calcula-se que essa estrutura

de apoio ao caminhoneiro tenha propiciado a economia de 87.003 litros de óleo diesel nesse trimestre e, por conseguinte, de Cz\$ 269.000,00.

Não obstante o sucesso da grande maioria das CIF em funcionamento, muitos Estados não tomaram a iniciativa de implantá-las nos seus principais pólos econômicos. E o trabalho das Centrais existentes é bastante dificultado, quando se trata de transporte de carga para um Estado que não dispõe desse sistema. Nesse caso, dificilmente o transportador consegue carga de retorno.

Cumpra observar que, para que o sistema funcione bem, é imprescindível que se estenda a todo o território nacional e que haja entrosamento e coordenação entre as CIF, a nível nacional; que se tenha o cuidado de aprimorá-lo constantemente, quer eliminando as falhas existentes, quer introduzindo melhorias, como, por exemplo, o uso do computador para armazenar informações; e que se estabeleçam normas gerais para disciplinar suas atividades.

Considerando todas essas dificuldades, os técnicos que atuam nesse sistema, no meu Estado, preconizam a instalação de uma rede nacional de Centrais de Informação de Fretes, vinculada ao Ministério dos Transportes, capaz de assegurar a integração do transporte de carga no País, assim como sua maior rapidez, segurança e economia. Aliás, somos informados de que técnicos do Ministério dos Transportes estão encarregados de preparar um projeto com o objetivo de criar o Programa Nacional de Centrais de Informação de Fretes, provavelmente em decorrência de disposições do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (pag. 177), que reconhece expressamente:

“As Centrais de Informação de Fretes carecem de rede integrada nacionalmente e de definição das atribuições do Poder Público e da iniciativa privada na operação e gerenciamento do sistema.”

Parece-nos, todavia, que esse trabalho do Ministério dos Transportes se tem limitado à observação e ao acompanhamento das atividades das Centrais de Informação de Fretes existentes, à espera de que se definam as atribuições “da iniciativa privada na operação e gerenciamento do sistema”. Encarecemos, porém, a necessidade de se definirem também as atribuições do Poder Público nesse sentido.

Por isso, considerando os legítimos interesses de uma grande parcela de trabalhadores brasileiros, dirigimos veemente apelo ao Sr. José Reinaldo Tavares, Ministro dos Transportes, para que determine a urgente realização de estudos visando a definir claramente “as atribuições do Poder Público e da iniciativa privada na operação e gerenciamento do sistema”, a fim de viabilizar a instalação de Fretes, nacionalmente integrada, conforme prevê o atual Plano Nacional de Desenvolvimento. Naturalmente, os assessores encarregados desse trabalho terão de auscultar as bases, verificar as possibilidades de participação da empresa privada nesse empreendimento, além de ouvir os técnicos responsáveis pelo funcionamento das Centrais existentes, visto que eles possuem experiência no mister e, pois, suas ponderações e recomendações devem ser levadas em conta.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está finda a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, em fase de votação, constituída do Projeto de Resolução n.º 35/86; Projetos de Lei do Senado n.ºs 80/84 e 242/85, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária, bem como o Projeto de Lei do Senado n.º 138380-Complementar, por depender da votação de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As últimas horas de anteontem, no povoado Lagoa dos Marcelinos, do município de Picos, onde nasceu, constituiu família e serviu ao seu povo, faleceu Francisco Vicente de Moura, largamente conhecido por Chicozinho.

Quería-o como a um irmão. Pela sua lealdade, firmeza de caráter, desapego aos bens materiais e dedicação aos seus semelhantes, especialmente aos mais desassistidos de fortuna.

Ele próprio era pobre. Os bens que possuía não passavam de uma pequena casa residencial na cidade, que lhe servia de rancho, de pousada, e de casa de morada e de glebas destinadas à lavoura situadas na Lagoa dos Marcelinos.

Quanta riqueza, porém, guardava no interior! O coração maior do que os seus bens de raiz, alma plena de bondade, de dedicação aos amigos, dos mais puros sentimentos de fraternidade.

Tentaram-no inúmeras vezes. Com ofertas de empregos, de prestígio, de dinheiro. Contava-me tudo, inclusive as palavras amenas que empregava no repelir as propostas afrontosas.

Era humilde, sim, mas sabia dosar a humildade com altivez, sobretudo quando tratava com políticos inescrupulosos e administradores desastrados.

Chicozinho pouco frequentou a escola. Talvez alguns meses. Espírito arguto, entretanto, tinha uma noção exata do mundo em que vivia, ao tempo em que fazia juízos corretos da conduta moral e cívica dos homens com os quais tratava.

Manso, com a êntonação de voz dos que sabem vencer, a sua presença inspirava confiança, a sua seriedade exigia respeito.

A par das atividades ligadas à agropecuária, Chicozinho também desenvolveu intensa atividade política na sua região. Chegou, nos últimos anos de sua preciosa existência, a ser um dos principais chefes políticos do interior picoense, com votações consagradoras.

Na última eleição municipal, sem recursos e na oposição aos endinheirados, ficou na primeira suplência da Câmara Municipal, com perto de mil votos. Votos que ninguém comprava, votos que eram uma sincera homenagem do povo à sinceridade de seu grande e insubstituível chefe e amigo. Convocado várias vezes, o seu comportamento no Legislativo de Picos foi a continuação de sua inalterável conduta de cidadão.

Três meses atrás Francisco Vicente de Moura parecia exibir saúde — física e mental. Golpeou-o, porém, a moléstia terrível que zombou dos recursos médicos e que, em poucos dias, minou a sua saúde. Doente, desenganado, à beira da morte, ainda assim fez questão de participar da última eleição.

Foi conduzido ao local de votação sentado em uma cadeira comum. Conduzido por amigos para votar nos seus amigos. Suprema prova de amizade.

Hoje, mais do que sentir, choro o falecimento do Chicozinho. E a dona Maria, a esposa solícita e dedicada, aos familiares e a todos os seus parentes e amigos envio, da tribuna do Senado Federal, o meu abraço de solidariedade, na certeza de que juntos sabermos guardar na lembrança e no coração a memória do inesquecível amigo.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.

O SR. NIVALDO MACHADO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Estado de Pernambuco, não obstante conter-se em reduzido espaço geográfico — apenas 98.281 km² — apresenta diversificações as mais acentuadas em sua fisiografia, e, em decorrência, nos tipos de atividades econômicas predominantes em cada região.

Assim é que, entre canaviais do Litoral e Mata e os algodoais do Alto Sertão, medeiam zonas de criação e de agricultura a mais diversificada, onde se encontram desde os parreirais e arrozais ao intensivo plantio da cebola.

Na realidade, grande tem sido o estímulo dos órgãos governamentais às iniciativas destinadas ao aproveitamento racional dessas áreas agricultáveis, dentro de critérios de um máximo de produtividade. Não se pode

olvidar, todavia, que, por vezes, os excedentes agrícolas que poderiam suprir carências de abastecimento em outras regiões, perdem-se em armazéns improvisados ou até mesmo nos campos, onde são produzidos por não contarem aqueles centros produtores com meios adequados de escoamento da produção: as estradas asfaltadas.

É o que ocorre, por exemplo, nas microrregiões em que se inserem os municípios de Petrolândia, Ibimirim e Inajá.

Daí o nosso presente apelo ao Exmo. Sr. Ministro José Reinaldo Tavares no sentido de que sejam aceleradas as obras de pavimentação dos trechos Ibimirim-Petrolândia, na BR-110, e Trevo do Hotel do Pebanajá.

São apenas 134 quilômetros de asfalto, 110 o primeiro, e 24 o segundo trecho, cuja asfaltagem, longe de representar um ônus, caracteriza-se como um investimento da mais alta rentabilidade, pois o retorno imediato e os benefícios em matéria de desenvolvimento logo se revelariam de modo concreto e inelutável.

É esse o apelo que gostaríamos de formular, certos de que, uma vez atendidos os reclamos da laboriosa classe de produtores, só a Nação brasileira tem a lucrar. Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nada mais havendo que tratar, a Presidência designa para a sessão ordinária de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 35, de 1986 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 409, de 1986), que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 410 e 411, de 1986, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 80, DE 1984

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 195, I, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho, tendo

PARECER, sob n.º 889, de 1986, da Comissão: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— **PARECER ORAL**, favorável, proferido em Plenário, da Comissão de Legislação Social.

3

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 242, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao Serviço Público, em outro órgão, para efeito de concessão de Licença Especial, tendo

PARECER, sob n.º 442, de 1986, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

4

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 138, de 1980 — Complementar, de autoria do Senador José Sarney, que isenta de Impostos Federais, Estaduais e Municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas, tendo

PARECER, sob n.º 232, de 1984, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Aderbal Jurema.

(Dependendo da votação do Requerimento n.º 508, de 1986, de autoria do Senador Nivaldo Machado, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 8 minutos.)

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

11.ª REUNIÃO, ESPECIAL, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1986

Às dez horas do dia vinte e três de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na sala de reunião da Comissão de Finanças, Ala Senador Nilo Coelho, presente os Senhores Senadores Lourival Baptista, Presidente em exercício e Nivaldo Machado, compareceram também o Dr. José Roberto Arruda, Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, Dr. Willian Penido, Presidente da CAESB, representando o Governador José Aparecido de Oliveira, Dr. Maurício Corrêa, Presidente licenciado da OAB-DF, Dr. Benjamin Sicsú, Coordenador do Meio Ambiente do DF, Dr. Ney Roldan, Presidente da Associação dos Moradores Rurais do DF, Dr. Rubens Gorayb, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do DF, Dr. Célio Afonso, titular da 5.ª Procuradoria do Distrito Federal e outras autoridades, reúne-se em reunião especial a Comissão do Distrito Federal.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Lourival Baptista, declara abertos os trabalhos e convida para fazer parte da mesa o Dr. José Roberto Arruda, Dr. Willian Penido, Dr. Maurício Corrêa, Dr. Benjamin Sicsú, Dr. Ney Roldan, Dr. Rubens Gorayb e o Dr. Célio Afonso e comunica aos presentes que a reunião foi convocada em virtude de inúmeras solicitações feitas à Comissão do Distrito Federal por associações de produtores, criadores, moradores e condôminos da região que poderá ser afetada pelo futuro lago do rio São Bartolomeu. Como é do conhecimento da comunidade brasileira, a Comissão tem se pautado pelo interesse de estar sempre presente no palco de debates sobre as matérias de maior importância para a população, como é o caso deste importante assunto que aqui trataremos. E o tema de hoje é o Debate Público Sobre o Lago do rio São Bartolomeu. Em seguida o Senhor Presidente concede a palavra pela ordem acima, com exceção do Dr. Célio Afonso, após as palestras dos membros da mesa, o Senhor Presidente, Senador Lourival Baptista pede licença a todos os presentes e solicita ao Senador Nivaldo Machado a assumir a Presidência da mesa, por haver necessidade urgente de viajar para seu Estado, pois ele se encontra em campanha para as próximas eleições. Ao assumir a presidência o Senador Nivaldo Machado dá continuidade aos debates e solicita dos presentes que fizerem uso da palavra, que façam resumida, devido ao adiantamento da hora, e concede pela ordem de inscrição a palavra ao Senhor Mário Ricardo, Presidente da Associação dos Moradores de Sobradinho, Senhor José Queiroz de Miranda,

Presidente da Associação Rural Sobradinho dos Melos, o Dr. Sérgio Pery Gomes, advogado do Condomínio Rural. Logo após aos debates que se seguirem, o Senhor Presidente Senador Nivaldo Machado, pede a compreensão de todos para suspender a presente reunião, em virtude do adiantado da hora, e que amanhã dia 24 às dez horas nesta mesma sala terão a continuação dos debates sobre o futuro Lago do rio São Bartolomeu.

Antes de encerrar a reunião, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam publicadas em anexo a esta Ata, e que seja remetida uma cópia ao Senhor Governador do Distrito Federal, Deputado José Aparecido de Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Nivaldo Machado.

ANEXO À ATA DA 11.ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1986, REFERENTE AOS PRONUNCIAMENTOS DOS SENADORES LOURIVAL BAPTISTA, NIVALDO MACHADO E ALAOR COUTINHO, MEMBROS DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL E OS EXPOSITORES DR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA, SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DF, DR. WILLIAM PENIDO, PRESIDENTE DA CAESB, DR. MAURÍCIO CORRÊA, PRESIDENTE LICENCIADO DA OAB-DF, DR. RUBENS GORAYB, PRESIDENTE DO SINDICATO RURAL DO DF, DR. BENJAMIN SICSÚ, COORDENADOR DO MEIO AMBIENTE-DF E DR. NEY ROLDAN, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RURAIS DE BRASÍLIA. AMAR-DF, E DE MAIS AUTORIDADES, FEITOS DURANTE A REUNIÃO, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Humberto Lucena
Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista
ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos desta Comissão.

Convido o Dr. Willian Penido Valle, Superintendente da CAESB, que representa o Sr. Governador do Estado, o Deputado José Aparecido de Oliveira, para fazer parte da Mesa e também o Dr. Rubens Gorayb, Presidente do Sindicato Rural do Distrito Federal; o Dr. José Roberto Arruda, Secretário de Serviços Públicos; o Dr. Benjamin Sicsú, Coordenador do Meio Ambiente; o Dr. Maurício Corrêa, Presidente licenciado da OAB e o Dr. Ney Roldan, Presidente da Associação de Moradores da Área Rural do Distrito Federal.

Meus senhores, a presente reunião foi convocada em virtude de inúmeras solicitações feitas à Comissão do Distrito Federal por associações de produtores, criadores, moradores e condôminos da região que poderá ser afetada pelo futuro lago do Rio São Bartolomeu. Como é do conhecimento da comunidade brasileira, a Comissão do Distrito Federal, tem se pautado pelo interesse de estar sempre presente no palco de debates sobre as matérias de maior importância para a população como é o caso desse importante assunto que aqui trataremos. O nosso presidente, Senador Humberto Lucena, encontra-se na Paraíba e tudo fez para estar aqui no dia de hoje, mas infelizmente S. Ex.ª aqui não está e eu estou substituindo-o. Também quero dizer aos Senhores que irei demorar-me aqui pouco tempo, porque tenho uma audiência marcada agora com o Sr. Presidente da República.

O Legislador, para decidir conscientemente, deve-se aprofundar na análise de todos os aspectos que o assunto requer, procurando ouvir todas as partes envolvidas, e não tenhamos dúvidas que o assunto em pauta tem sido tratado com a maior seriedade pelo Sr. Governador do Distrito Federal, Deputado José Aparecido de Oliveira, que, temos a certeza, pesará os prós e os contras

do Projeto do rio Bartolomeu, sempre no intuito de fazer o melhor por Brasília e seus habitantes. Então, quero dizer aos Senhores que, como afirmei, não poderei ficar aqui muito tempo, e irei ser substituído por um ilustre Senador, também membro desta Comissão, ex-Prefeito que foi em Pernambuco, da Cidade de Olinda, onde, com o brilho da sua inteligência e com trabalho fez muito por aquela cidade do Estado de Pernambuco. Concedo a palavra ao Dr. Roberto Arruda, Secretário de Serviços Públicos do Governo do Distrito Federal.

O SR. ROBERTO ARRUDA — Senador Lourival Baptista, Senador Nivaldo Machado, demais componentes desta Mesa, Senhoras e Senhores, compareço a esta Comissão a convite do meu caro Senador Lourival Baptista, como Secretário de Serviços Públicos do Governo do Distrito Federal, apesar de ter um outro compromisso no Instituto Mauá de Tecnologia, o retardei alguns minutos para não deixar de comparecer a esta Casa, apesar do convite desta Comissão ter chegado apenas ontem — nós tínhamos efetivamente outros compromissos — e apesar de estar nesta Mesa o Dr. Willian Penido Vale, que é o Presidente da CAESB, a Companhia de Águas e Esgotos de Brasília, que representa nesta oportunidade o Governo do Distrito Federal, e é o maior responsável pela área de saneamento básico da Capital da República. Mas eu não poderia deixar, Senador Lourival Baptista, Senador Nivaldo Machado, de dizer algumas palavras neste início de reunião. E a primeira delas é a constatação de que todos nós vivemos no País, e particularmente em Brasília, um momento extremamente fértil da nossa vida. E ele é fértil por várias razões: a principal delas é porque pela primeira vez se discute abertamente, se discute livremente, se discute democraticamente o futuro da Capital do País. Há algumas constatações, inclusive constatações numéricas, que já freqüentavam de alguns anos os relatórios técnicos, os relatórios reservados, as exposições de motivos, mas que só agora são de domínio público e devem publicamente ser discutidos.

Eu falo, por exemplo, do crescimento de Brasília. O Senador Lourival Baptista, à época Deputado Federal pela UDN, acompanhou, como grande líder que já era aquela época, a construção da Capital da República. E naquela época, o Presidente Juscelino Kubitschek tinha dois objetivos básicos para a construção de Brasília: o primeiro deles — e várias das pessoas aqui presentes acompanharam aqui de Brasília, como pioneiros que são, estas verdades a construção de uma cidade moldada urbanisticamente para ser uma nova Capital, para que administrativamente se pudesse ter tranquilidade de se governar o País, isso ao nível dos três Poderes; o segundo grande objetivo era a interiorização do desenvolvimento do Brasil. Aquele primeiro objetivo, a de construir uma nova Capital com a tranquilidade de se fazer um projeto voltado para uma vocação político-administrativa, efetivamente se conseguiu. Brasília é hoje, sem sombra de dúvida, a capital do País, estão aqui os três Poderes, estão aqui todos os principais órgãos que compõem o Governo Federal, e, de fato, a Capital foi transferida. Portanto, aquele primeiro grande objetivo de Juscelino Kubitschek foi alcançado. Mas há um segundo grande objetivo, que era a interiorização do desenvolvimento brasileiro. Este segundo objetivo, até uma determinada época, vinha sendo conseguido com a construção de estradas, com a implantação da indústria automobilística, com os programas de interiorização do desenvolvimento, inclusive depois com a criação da SUDECO, mas de uma certa época para cá, e seria difícil precisar isso dentro de um enfoque de história econômica, a grande verdade é que Brasília, ao invés de ser pólo indutor do desenvolvimento em toda região Centro Oeste, passou a ser oásis dentro dessa região, e a grande verdade é que o fenômeno que nós todos assistimos hoje é que Brasília é uma cidade com uma razoável qualidade de vida que também pode e deve ser discutida, mas com uma razoável qualidade de vida, cercada em toda a região Centro Oeste por bolsões de pobreza, por miséria, por fome e principalmente pela total falta de oferta de empregos.

Ora, o que aconteceu? Aquele projeto original do Prof. Lúcio Costa, que previa que Brasília teria no ano 2000 quinhentos mil habitantes, foi simplesmente ultrapasado por uma constatação de que em 1986, 14 anos

antes daquele horizonte que se afirmava num projeto nos idos de 1956, Brasília já tem 1.600 mil pessoas. E mais interessante; Brasília continua teimosamente a crescer a taxas que variam de 6 a 8% ao ano, o que matematicamente nos dá a constatação de que nós teremos ao nível matemático, ao final deste século, uma população maior de 3 milhões de habitantes. Se fizéssemos um cálculo com uma regressão linear, ou seja, considerando que as atuais taxas de crescimento teriam uma tendência a diminuir, nós ainda assim chegaríamos matematicamente ao número em torno de três milhões, 280 mil habitantes.

Algumas organizações internacionais, inclusive a ONU, já colocam Brasília como metrópole que deverá ter, no ano 2000, uma população estimada em 4 milhões de pessoas.

Ora, é claro que nós temos que ter um pouco de cuidado quando fazemos avaliações estatísticas, quando trabalhamos com números. Eu até peço licença ao Presidente da Mesa, o Senador Nivaldo Machado, para contar aqui uma historinha que eu conto sempre para dizer do cuidado que a gente deve ter com estatística, com números estatísticos. Eu tinha um amigo que viajava muito na ponte aérea Rio—São Paulo naquela época de muito terrorismo, de muito desvio de avião e tudo mais. E ele começou a pensar; "puxa vida, eu estudei tanto estatística a vida inteira, qual a maneira que eu tenho de evitar o avião que provavelmente será desviado da rota por um ato terrorista?" Então ele começou a pensar o seguinte: qual a probabilidade de estatística de dois terroristas, com a mesma má intenção, cada um com uma bomba dentro da sua pasta, irem para o mesmo aeroporto, no mesmo horário, pegar o mesmo avião, com o mesmo destino, com o mesmo objetivo terrorista? Vocês não de concordar comigo que essa probabilidade, estaticamente, é muito pequena. Então, a partir dessa constatação estatística ele tomou a seguinte providência: comprou uma bomba e só viajava carregando a sua bomba para não encontrar o outro terrorista. Isso, estaticamente, pode até ser uma verdade, mas é claro que na vida prática as coisas não ocorrem dessa maneira. E o que aconteceu em Brasília? Temos hoje uma população de 1 milhão e 600 mil habitantes e nos deparamos com essa taxa de crescimento de 6 a 8% ao ano. Ora, todos os senhores senhoras que moram nesta Capital e que a conhecem profundamente sabem que a infra-estrutura urbana desta cidade, não só no que concerne água, transporte, esgoto, mas também no que concerne à energia elétrica e inclusive, à ocupação e uso do solo foi planejada para uma população muito menor do que esta. A grande verdade é que nos deparamos, neste momento, com a situação de que a nossa infra-estrutura de serviços públicos é nitidamente inferior ao crescimento populacional. Algumas medidas obviamente têm que ser tomadas e, rapidamente, divido-as, de uma forma um pouco simplista, em dois grandes grupos: o primeiro grande grupo diz respeito à retomada daquela antiga tese de Juscelino Kubitschek de que o desenvolvimento brasileiro deveria ser interiorizado e este desenvolvimento da região Centro-Oeste deveria ser harmônico.

O Governo Federal e o Governo do Distrito Federal estudam, neste momento, alguns programas e terão que implantar, no futuro, vários outros programas que façam com que a região do entorno de Brasília tenham um desenvolvimento social e econômico paralelo ao da capital da República. Não podemos mais admitir que Santo Antônio do Descoberto, que Brasília, que o Novo Gama e cidades que outros de nós poderíamos citar, não tenham as mesmas condições de investimento e as mesmas condições de vida urbana da Capital da República, tão perto estão deste centro urbano.

Este é um primeiro grupo de medidas. Se não tomarmos medidas que visem ao desenvolvimento equilibrado desta região, fatalmente, teremos uma crescente pressão urbana gerando problemas de vários níveis em nossa infra-estrutura. Este é o primeiro ponto que gostaria de destacar.

O segundo campo de medidas é que o Governo do Distrito Federal terá que, forçosamente, ao ver o futuro de Brasília, ao pensar o futuro de Brasília tomar algumas providências para que não ocorra o que, antontem aconteceu em Sobradinho com uma falta d'água a níveis

realmente alarmantes. O Governo do Distrito Federal terá, forçosamente, que tomar algumas providências para que a nossa infra-estrutura urbana, para que nossos equipamentos urbanos cresçam, pelo menos, na proporção do crescimento da população. E, na pior das hipóteses, não influenciando o aumento dos fluxos migratórios, tenha condições de dar aos nossos filhos, aqui em Brasília, as mesmas condições de vida que temos hoje.

Dentro desse segundo campo de medidas é claro que se aflora como prioritário o problema da água, do esgoto e do transporte urbano e é claro que não é este o fórum adequado para tratarmos, em detalhes, de todos eles. Mas gostaria de falar alguma coisa sobre o problema da água. O Dr. William Penido, um dos técnicos mais conceituados do Brasil, nesse setor, terá oportunidade de colocar os números que têm. Mas, forçosamente, há uma realidade de que os nossos mananciais hídricos disponíveis em Brasília, neste momento, já explorados estão aquém das necessidades de água da população do Distrito Federal e algumas medidas têm que ser tomadas para que, no futuro, a gente continue tendo água.

Quais são essas medidas? A primeira delas e sobre a qual já há, de certa forma, um consenso, trata-se da duplicação ou até da triplicação da capacidade de bombeamento da barragem do rio Descoberto. Este é praticamente um consenso, ela está construída, ela tem, hoje, uma capacidade de dois metros cúbicos por segundo e teria que passar para uma capacidade de 4,5 a 5 metros cúbicos por segundo. Esta é uma realidade. Nós teríamos que fazer um investimento, investimento que já está atrasado, no sentido de que principalmente a Região Oeste de Brasília possa não vir a sofrer de falta d'água. Mas a partir do instante em que todos nós estivemos conscientizados da necessidade dessa obra do rio Descoberto, chegaremos à seguinte constatação: a duplicação ou triplicação do rio Descoberto dá, ao nível de abastecimento d'água, um horizonte de aproximadamente quatro anos, isso observadas as taxas de crescimento de 8% ao ano, ou seja, considerando que em 1990, daqui a quatro anos, estaremos com uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes.

E a partir daí? Como fazer para que Brasília continue tendo água? Existem algumas alternativas, e a principal delas, a que se coloca à análise dos técnicos do Governo num primeiro momento, por várias razões, inclusive pela proximidade do centro consumidor, é sem dúvida alguma, a barragem de São Bartolomeu.

O principal fato que eu gostaria de destacar, neste momento, não só como homem de governo, mas também como morador de Brasília que sou, é de que todos nós temos a responsabilidade de preservar esse manancial hídrico, como possibilidade mais próxima do abastecimento de água de Brasília. A preservação desse manancial, que se faz de várias formas, e mais, que só se completa com a conscientização de toda a população de que é preciso preservar e viabilizar o futuro de Brasília, esta preservação é fundamental para que a gente continue, a partir daí a desenvolver os trabalhos que levem, efetivamente, a teses técnica e numericamente mais palpáveis para que se possa traçar, efetivamente uma política de governo no que diz respeito ao abastecimento de água de Brasília.

Todos os dados técnicos dessa questão, todos os números que envolvem esta questão serão tratados pelo Dr. William Penido. Mas eu gostaria de frisar por último, para terminar esta visão geral do problema, que o mais importante, neste momento, é a constatação de que vivemos um período fértil da nossa história, não só da nossa história como brasileiros, com a redemocratização do País, mas da nossa história como moradores de Brasília, quando temos a oportunidade, em fórum de debates como este, tão privilegiados, inclusive como este da Comissão do DF no Senado, de discutir tão abertamente todas essas questões que direta ou indiretamente influenciam a vida de cada um de nós.

Muito obrigado pela atenção de vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Meus Srs., ouvida a palestra do Dr. José Roberto Arruda, Secretário de Serviços Públicos, palestra que, sem dúvida nenhuma, podemos considerar didática, objetiva, clara de modo a não deixar nenhuma dúvida quanto

aquele ponto que ele se propôs defender, agora, para falar sobre a mesma matéria, acrescentando, segundo informações do próprio conferencista, detalhes de ordem técnica, tendo a satisfação de dar a palavra ao Dr. William Penido Vale, Superintendente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília.

O SR. WILLIAM PENIDO — Sr. Senador Nivaldo Machado, Srs. membros da Mesa, Srs. e Sras:

Quero crer que o Dr. Arruda, na sua modéstia, já esgotou a questão técnica e, a par de tê-la esgotado do ponto de vista das grandes linhas do desenvolvimento espacial brasileiro e do desenvolvimento urbano nesta região do Brasil Central, a nós nos resta, portanto, à guisa de complementação, situar de maneira clara, primeiro, o esgotamento da disponibilidade de recursos hídricos, aqui, no Distrito Federal.

Há alguns meses, nós próprios na CAESB — estamos lá há pouco mais de quatro meses — fomos surpreendidos com o primeiro estudo que nós realizamos sobre o sistema de Santa Maria-Torto, que é responsável pelo abastecimento de grande parte do Plano Piloto. Nós descobrimos que o sistema tem sido operado, tradicionalmente, desde a sua implantação, a níveis de grande risco, ou seja, há o risco que cresce a cada ano, cada vez maior, em função da natureza, o de que nós possamos ter uma situação de absoluta escassez de água, sem condição de reposição. Diferentemente de energia elétrica, que pode ser transportada ao longo de grandes distâncias, a água apresenta certos óbices para o transporte de grandes massas e grandes distâncias.

Portanto, o problema de água tem que ser visto de uma perspectiva de grande confiabilidade, sobretudo para uma cidade com área metropolitana que, além de outras funções, abriga Poderes da República e representações diplomáticas.

Por essa razão, é possível, por exemplo, dizer, hoje, que, se nós continuarmos operando no sistema Santa Maria-torto, nos níveis atuais, é possível, há uma probabilidade crescente, hoje ela é mais de 13 ou 15%, de que, num determinado ano nós tenhamos absoluta escassez de água na região do Plano Piloto. E análises como essa podem ser feitas por outros sistemas na região. Deixando de lado toda a tecnicidade, indo à questão básica, central, que é do entendimento de qualquer cidadão, hoje nós temos água em condições consideradas adequadas, do ponto de vista da tradição da cidade, da Organização Mundial da Saúde, e até por que não da própria orientação do Relatório Belchía, acerca dos níveis de abastecimento per capita, considerados adequados, naquela época. Nós temos água, hoje, para um milhão e 100 mil habitantes. Existe um certo "milagre" de multiplicação de pães e de peixes, porque há uma população maior do que essa sendo abastecida. Isso se deve a uma série de razões em cadeia.

Primeiro, porque uma parte da população não consome praticamente água, vive em invasões, vive em fundos de lotes, e essas pessoas, na medida em que as idéias e os ideais da Nova República venham a prevalecer e uma política habitacional, de certa forma corretiva das distorções existentes no Distrito Federal, venham a ocorrer, essas pessoas passarão a consumidores. Passarão a cidadãos, também, do ponto de vista de uso de água.

Outra razão pela qual o recurso ainda que insuficiente é disponível é que existe, já, um racionamento implícito. Manobras são cada vez mais freqüentes, elas não teriam de ocorrer com uma freqüência quase exponencial, mantidas as coisas como estão. Uma terceira razão, ainda, pela qual embora nós só tenhamos água em condições adequadas para 1 milhão e 100 mil habitantes, nós temos abastecido uma população maior do que essa, isso se deve ao fato de que nós estamos usando excessivamente os reservatórios. De novo é a questão de que pode ocorrer a qualquer momento, e a probabilidade de ocorrer é crescente, que em reservatórios como os de Santa Maria e Rio Descoberto possam ser usados a um nível, de certa maneira tão intenso que a reposição desses reservatórios não se fará mais no período considerado adequado. Significa, na prática, ano ou anos de penúria.

Tudo isso somado, e são dados de realidade, nós estamos trabalhando exatamente, numa definição precisa desse balanço. E esse quadro nós temos condições

de tê-lo em 90 dias. A partir daí é possível, então, estabelecer um flirte realista com o futuro. Se a cidade não crescer além do marco — digamos — dos 2 milhões de habitantes, apenas a ampliação do sistema Rio Descoberto, com alguns ajustes a nível de diminuição dos vazamentos no sistema de abastecimento de Brasília, algumas melhorias em pequenas captações existentes, isso talvez faça parte de uma cidade desde que ela se congelasse nesse marco demográfico, da ordem de 2 milhões de habitantes. Se esse marco é considerado uma visão, de certa maneira, romântica do que o futuro nos reserva, ou seja, se a população tender a marcos superiores a esse, uma primeira hipótese é relacionada com o próprio Lago Paranoá, que tem sido objeto de debate. O Lago Paranoá é suscetível de aproveitamento no adubo, é uma questão de opção. Além de um certo nível de aproveitamento, a região terá que fazer uma opção: ou ter o lago ou bebê-lo. Os fundadores fizeram o lago com a linha da água definida, para ser usado, do ponto de vista urbanístico, como uma peça integrante da concepção plástica, temática da região. Além de um certo ponto, digamos, além de um consumo superior assim a um certo valor, que é uma região fácil de ser definida, o lago correria risco de em, boa parte do ano ou ao longo de vários períodos hidrológicos, poder se transformar em algo intermediário entre um pequeno pântano a um nível de novecentos e noventa e nove. Por esta razão, também há que se levar em conta, — e para nós que trabalhamos setorialmente e que temos uma diretriz de governo, que é examinar o problema hídrico — as seções de saneamento básico de Brasília do ponto de vista dos próximos 15 anos.

Dentro dessa responsabilidade, temos que estudar outras alternativas. Alternativa São Bartolomeu não é única, do ponto de vista tecnológico. Ela parece ser mais atraente até agora, do ponto de vista tecnológico. E, além dessa proposição, pouco mais há que se dizer, com seriedade, neste instante. O São Bartolomeu, cuja concepção inicial a nível especulativo data já do final dos anos 50, ao longo desses quase 30 anos, a hipótese São Bartolomeu não trouxe nem um anteprojeto, muito menos um projeto básico. Não há, portanto, concepções rigorosas de engenharia que permitam estabelecer custos, tamanho de lago, tamanho de barragem, inclusive as condições básicas de qualidade de água do ponto de vista de simulações necessárias e prévias a um manancial de grande porte como esse.

O estudo, portanto, que inicia e agora e em torno do qual certamente toda comunidade parece estar mobilizada e certamente interessada, é um exercício de boa técnica em torno de estudo de alternativas. Levando em conta, de um lado, o que a região dispõe, hoje, levando ainda em consideração que alternativas existem entre elas, certamente o São Bartolomeu é uma alternativa bastante atraente, que nada mais poder ser dito nesse estágio. Os valores em cruzados ou em dólares acerca de barragens são naturalmente, na melhor das hipóteses, pura especulação. Tamanho de lago, volume, produção, sem dizer de outros variáveis interesses mais esotéricos, são também, na melhor das hipóteses, especulações bravias. O São Bartolomeu, hoje, distintamente do que tem sido nestes últimos 30 anos, em que ele foi uma hipótese, passa agora ser objeto de estudo. Não há data marcada, inclusive para a definição de um projeto básico de engenharia. Existe data marcada, Sr. Presidente, Srs. e Sras., nós já poderíamos antecipar, isso pode ser de interesse da comunidade, acerca dos estudos preliminares sobre balanço hídrico do Distrito Federal; quando vai faltar água mesmo, com que probabilidade, quais são as hipóteses de racionamento no próximo ano, nos seguintes, se não se fizer nada. Muito antes da discussão sobre outros projetos alternativos, existe um projeto chamado "Ampliação do Sistema Rio Descoberto", que deverá ser feito e implantado independente do estudo de outras alternativas.

Ainda que em função do coloquialismo, Sr. Presidente, o sistema Rio Descoberto é para ontem. Nessa acepção, eu quero crer que o período que se abre, e que certamente uma grande contribuição advirá dos debates dos problemas que se travarão aqui, tem um período de estudos e de análise. Não há mesmo data marcada para compleição, término, conclusão, de nenhum projeto básico de barragem, isso nem começou.

Agora, a Companhia não pode, a CAESB, o Governo do Distrito Federal, e certamente a comunidade, não podem se furtar a um estudo rigoroso, sério, de alta proficiência técnica, sujeito, em última análise, também ao escrutínio político das consequências para a região, que resultam: do acelerado crescimento demográfico, associado com as migrações internas, e o próprio crescimento vegetativo da região; a qualidade de vida da região; e de talvez, do ponto de vista inclusive econômico e financeiro, o problema mais agudo, lancinante, que não é exatamente o da água, antes vai ser o de esgotos, tratamento, disposição final, num longo prazo. Isso porque não há dúvida de que aqui se constrói, provavelmente, seja do ponto de vista plástico, seja ainda do ponto de vista de progresso a nível das concepções de desenvolvimento urbano, a área metropolitana do mundo mais sofisticada, em termos do ponto de vista de sua localização, numa grande savana tropical; não é preciso encontrar outros exemplos de cidades com padrões de referências, atitudes, associadas à qualidade de vida como Brasília, com uma população já caminhando para o duplo milhão, situada em condições de solo e clima como os nossos, e que, ao mesmo tempo tenha como princípio básico o de associar as concepções de vida, progresso, qualidades que marcam a civilização ocidental, não qualquer tipo de miséria oriental. O nosso padrão de desenvolvimento é muito mais europeu, americano do norte, do que associado a Calcutá, a Madras, a Bombaim, ou a aglomerados humanos na península bem distante.

Por essa razão, questões como água e tratamento de esgoto são a marca talvez mais eloquente dessa nova disposição de, nessa comunidade, manter padrões elevados de convivência social, de qualidade de vida.

Nessa direção, os estudos começam e prosseguem, há um grande atraso neles. É possível talvez dizer que, do ponto de vista dos projetos físicos, há mais de uma década que não se implanta, no Distrito Federal, nenhuma obra relevante na área de infra-estrutura sanitária. O final de 1950 e o de 1960 foram pródigos, aqui, em implantações na área de infra-estrutura sanitária; nos períodos subsequentes têm sido profundamente áridos, é necessário retomá-los. Há obras que são de prioridade absoluta, como a despoluição do Lago Paranoá, como a implantação do sistema Rio Descoberto, de sua expansão, como a própria fase dois do projeto de despoluição do Lago Paranoá, como as concepções para tratamento dos afluentes na região sobretudo mais populosa de Ceilândia, Taguatinga, Gama, etc. Essas questões devem ser agora objeto de um escrutínio, de um crivo rigoroso. A partir da definição da vontade política, incumbe a nós, servidores do Governo, da comunidade, desenvolver, dentro da boa técnica, da boa concepção científica, essas questões.

Posso assegurar aos Srs. que esses aspectos da condução dos estudos acerca das alternativas, acerca das concepções preliminares do ponto de vista tecnológico e científico, estão bem obrigados no que diz respeito à CAESB. Os Srs. podem ficar seguros de que, sem recorrer a uma pretensão de infalibilidade, seremos donatários da verdade. Ainda assim, no que se refere à questão tecnológica, ao fato científico, o nosso intuito, o impulso que nos anima é de oferecer propostas e contribuições para o superior julgamento político do Governo e da comunidade, que permitam a longa continuidade de um processo de convivência social, comunitária e de qualidade de vida eloquente aqui nessa região do Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A Presidência da Mesa tem a satisfação de conceder a palavra ao Dr. Benjamim Sequisu, Coordenador do Meio Ambiente.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — Sr. Presidente Senador Nivaldo Machado, Srs. Membros da mesa, Sr. e Srs.:

Gostaríamos de fazer algumas colocações iniciais sobre qual o pano de fundo dessa discussão. Hoje estamos vivendo na cidade de Brasília que está com uma população de 1.600.000 habitantes...

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Eu vou interromper o início da palestra do Dr. Benjamim, para convidar, com satisfação, que venha tomar parte na

Mesa, o Dr. Célio Afonso, titular da 5.ª Procuradoria do Distrito Federal.

Peço desculpas pela interrupção, e solicito ao Dr. Benjamim que reinicie a sua palestra.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — O pano de fundo que nós temos dessa discussão é que a Cidade de Brasília, atualmente com 1.600.000 habitantes, tem dois grandes problemas ambientais, duas grandes poluições ambientais crônicas; uma é que existe, aproximadamente, um déficit de 100 mil moradias e um déficit, também, talvez em torno de 80 mil empregos. Esses déficits de moradia e de emprego, atualmente, têm gerado uma série de problemas ambientais bastante sérios.

Nós dividimos a nossa apresentação em três partes, basicamente. A primeira seria algumas considerações gerais sobre a questão da água; a segunda, algumas considerações sobre a questão da qualidade da água; e a terceira seria em relação à terra, à propriedade da terra na área do São Bartolomeu, as questões atinentes aos processos de desapropriação que foram feitos na área.

Quando Brasília foi planejada pela Comissão Cruis, a grande definição de Brasília ser localizada nessa região, além da interiorização, além de todo o processo de desenvolvimento, que deveria ser levado para o interior, foi a disponibilidade de água. Dos recursos ambientais, o grande limitante de Brasília é o solo. A água não é um recurso ambiental limitante em Brasília, aliás Brasília é pródiga em ter disponibilidade de água. A água no seu ciclo hidrológico total, seja ela subterrânea, água superficial ou água meteórica, ela se apresenta em quantidade suficiente na nossa região; 97% da água doce disponível no mundo está hoje sob a forma subterrânea. E nós estamos chegando hoje, na nossa sociedade, no linear de termos grandes volumes de águas superficiais disponíveis; quer dizer, cada vez mais os volumes de águas superficiais estão sendo limitados, e o mundo caminha para a solução das águas subterrâneas. Cada vez mais, também, há um choque de interesses entre a água de beber, a água para a energia elétrica, a água de irrigação e a água de laser. Até há uns 10 anos atrás, aproximadamente, não havia conflito entre essas variáveis, nós tínhamos disponibilidade suficiente para poder atender a todas essas funções. Ocorre que os programas de desenvolvimento geraram um certo volume de obras que colocou esses quatro itens em conflito; por exemplo, o Brasil está partindo para um programa de irrigação que vai elevar de 1.500.000 de hectares para 3.000.000 de hectares a área irrigada. Então serão utilizados volumes de água bastante grandes para irrigação. Como também o desenvolvimento, a retomada desse desenvolvimento econômico para 3 milhões de hectares vai ser utilizado em volume como também a retomada desse desenvolvimento econômico atual depois do Plano Cruzado está levando a uma necessidade de uma geração de energia elétrica bastante grande para poder suprir as fábricas e abastecer a energia elétrica que deve ser provida de energia hidráulica inicialmente.

Este é um pano de fundo inicial e gostaria de dizer, também, que no Brasil já se usa, em grande escala, soluções, por exemplo, de águas subterrâneas, que é uma das soluções que propomos seja estudada. Elas são usadas em grandes cidades do Brasil em volumes apreciáveis e vêm sendo utilizadas por duas razões: a primeira, porque as águas superficiais estão cada vez mais limitadas e, em segundo lugar, é cada vez mais difícil manter despoluídos os reservatórios superficiais. Os crescimentos urbanos, a agricultura, principalmente a agricultura, tem mantido a qualidade das águas superficiais em um nível de qualidade não satisfatório para o abastecimento doméstico, o que tem levado cada vez mais às soluções de abastecimento de água potável utilizando as águas subterrâneas. A questão dos recursos hídricos é tão importante que o Ministro Aureliano Chaves, há 90 dias atrás, criou uma comissão a nível interministerial com representantes de todos os estados para estudar um modelo de gestão de recursos hídricos.

Somos nomeados pelo Governador José Aparecido como representante de Brasília, nesta comissão. Estamos realizando trabalhos em conjunto com mais 35 representantes, inclusive hoje está sendo realizada a penúltima reunião desse grupo que se pretende daqui há 35 dias apresentar o primeiro relatório sobre a questão.

Hoje, fato que está bastante caracterizado, os recursos hídricos, necessariamente, fundamentalmente, deviam ser estudados globalmente. A mesma água de beber é a mesma água de irrigação, a mesma água de energia elétrica e a mesma água de lazer. E se não houver um estudo integrado e consolidado teremos dificuldades de equacionamento desses conflitos, aliás isso foi feito aqui em Brasília também. Houve um ciclo de reuniões entre a companhia de água, a companhia de energia elétrica, o órgão ambiental e a Secretaria de Agricultura onde discutimos essa questão e ficou caracterizado que na Bacia do São Bartolomeu há vários projetos oficiais a nível de utilização da água para a agricultura como há projetos, intenções de projetos para a utilização de água para abastecimento doméstico, e como há projetos de intenção de despoluição de preservação desse manancial para futuros usos, sejam eles quais forem.

Essa é outra questão que gostaríamos de deixar caracterizada. É fundamental para prevermos o crescimento da disponibilidade do abastecimento da água de Brasília, sabermos, inicialmente, para onde Brasília vai crescer; que tipo de crescimento Brasília vai ter. Porque é preferível crescermos ordenadamente, ao invés de crescermos desordenadamente como está ocorrendo. Todo crescimento desordenado leva a uma dificuldade de colocação de uma infra-estrutura disponível no tempo e no custo necessário ao desenvolvimento. Se Brasília for crescer, por exemplo, na direção de Brazlândia, provavelmente, a solução vai ser uma; se Brasília for crescer na direção do eixo Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, provavelmente, a solução vai ser outra, se Brasília for crescer na direção do eixo de Planaltina, provavelmente a solução vai ser outra. Finalmente, para resolvermos o problema de água de Brasília só vamos poder contar com os recursos existentes dentro do quadrilátero, ou vamos poder contar com os recursos existentes fora do quadrilátero. Devemos pensar que se, por exemplo, a cidade for crescer no eixo de Samambaia, Ceilândia Taguatinga, temos recursos de água a uma altitude de 1100 metros através do Rio do Sal, Rio dos Macacos, uma série de rios nas proximidades de Brazlândia. Esses rios têm uma disponibilidade de água suficiente e, logicamente, nós concordamos que o ponto inicial é o de se fazer um estudo da disponibilidade hídrica do Distrito Federal. Esse estudo acurado deveria, não só incluir o quadrilátero, mas também a região do entorno, e em algum grau de distância, maior do que os 30km que nós temos nos bastado para planejar. Principalmente que em matéria de água, um dos vetores grandes de custo é o transporte da água. Quando nós falamos em abastecimento de água, um dos grandes fatores de custo é o transporte da água. Eu conheço muito bem a história da barragem da Pedra do Cavalo, lá na Bahia. Quando foi feito o pólo petroquímico, na Bahia, houve uma discussão muito intensa na sociedade e se discutia que realmente o pólo petroquímico deveria poluir os mananciais existentes nas redondezas de Salvador. Foi feito um projeto chamado Pedra do Cavalo. Esse projeto, chamado Pedra do Cavalo, visava abastecer 21m³ por segundo e ele tinha um custo inicial de 200 milhões de dólares e iria trazer água de 100 km para Salvador. Bom, no presente momento, os mananciais existentes dentro da área metropolitana não estão poluídos pelo pólo petroquímico, o projeto já ultrapassou 1 bilhão e 200 milhões de dólares, a primeira fase já foi concluída, que são 7,3 e, então, há um esforço, inclusive, documentos oficiais de várias entidades dos sindicatos dos engenheiros, que denunciaram esse problema, dos sindicatos dos agrônomos, que visa a não permitir que seja triplicado esse abastecimento. Por quê? Porque não se viu a questão como um todo. É fundamental que nós tenhamos uma consciência de onde é que a cidade vai crescer, porque, a partir disso, é que nós poderemos prever o grau de industrialização, o grau de agricultura, o grau de utilização do solo. E, af, também, o grau de abastecimento de água, porque, quando Brasília tiver uma população, por exemplo, da ordem de 15 milhões de habitantes, a grande preocupação nossa, do órgão ambiental, é o abastecimento de alimentos dessa população. Porque o nosso alimentante ambiental é o solo. Como disse o nobre colega que me antecedeu, a nossa região o cerrado tem uma qualidade de solo pobre e essa qualidade leva a uma série de dificuldades para se poder,

através de índices de produtividade razoáveis, conseguirmos abastecer de alimentos as populações. E se em contra-partida nós temos água em disponibilidade, nas suas formas superficial e subterrânea — e tanto é verdade que Brasília sofre 8 meses de seca, ao longo do ano, e 90% dos nossos rios são perenes ao longo do ano — isso é uma prova incontestável de onde é que está essa água. Nós trouxemos, aqui, transparências e estudos, a Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente tem mapas dos lençóis subterrâneos de Brasília, e o nosso Assessor Carlos Fernandes, que está preparado para responder onde é que tem água em Brasília, nos subterrâneos, e aonde não tem, os estudos de disponibilidade, os estudos de ofertas hidrológicas e, logicamente, esses estudos, todas as vezes que vamos participar do planejamento dessa questão da água, vamos colocar ao acesso de todos os órgãos e de toda a população de Brasília, são fundamentais. Então, o companheiro Carlos Fernandes está preparado para responder onde e que tem água em Brasília e onde é que não tem. E esses estudos nós temos testado, com aferições práticas, pois os empresários privados, os produtores têm furado poços e esses poços que estão sendo furados estão testando os nossos estudos. Nós temos falado com algum grau de afirmação que, por exemplo, na região de Sobradinho, na região de Planaltina, nós encontramos água de boa qualidade e em quantidade suficiente, a menos de 50 metros de profundidade e os poços furados na região têm atestado isso. E acho que o fórum, aqui, não é para descermos ao nível de detalhes dessas questões de quantidade e de qualidade.

Temos três grandes estudos técnicos aqui em Brasília. Um estudo que foi feito PLANIDE, em 1970; um estudo que foi feito em 1977, que é o PEIOT e que é o último sistema de planejamento, que é o sistema de planejamento que nos norteia até o presente momento. E os próprios estudos, feitos em 1983, apontam para uma disponibilidade de água que chegaria à ordem de 9,5 até 10m³ por segundo, o que daria para abastecer uma população, dados os padrões de consumo atuais, que, na nossa maneira de ver, são um pouco altos, mas dados esses padrões de consumo, de uma população da ordem de 2 mil e 300 a 2 mil e 500 logicamente, alguns pequenos mananciais foram desativados ao longo do tempo. O Núcleo Bandeirante era abastecido pelo córrego de Vicente Pires e esse manancial foi desativado. Ele abastecia a totalidade do Núcleo Bandeirante. Temos a região de Planaltina, Sobradinho, sem dúvida, com pequenas captações. Aliás, a região é pródiga de água: temos as Águas Emendadas, temos a Bacia de Pípiripau, a Bacia de Sobradinho... Com uma série de captações, elas poderiam se suprir. Mas, nós temos uma água que daria para abastecer 2 milhões em torno dos dois mil e quinhentos.

Então, eu creio que o grande esforço que temos hoje, que a população de Brasília deve ter, tem que se mobilizar, é no sentido de planejar o crescimento dessa cidade, de planejar para onde Brasília vai crescer. É fundamental essa definição da comunidade, porque, a partir disso, as outras definições podem ser feitas. A grande dificuldade da Companhia de Águas, até hoje, é poder se preparar sem esses parâmetros de definição de planejamento. Quer dizer, é difícil você planejar, por exemplo, obras para suprir uma cidade de água sem saber que cidade é essa, onde ela vai estar localizada. Nós temos a cidade Samambaia, planejada para 300 mil habitantes. É o último pólo habitacional planejado, último marco de zoneamento aprovado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que só previu dois pólos de adensamento. Então, é necessário um planejamento de onde essa cidade vai crescer.

Um outro ponto importante, e o Governador já deu autorização para o sistema de planejamento governamental, é que nós não devemos nos restringir simplesmente ao quadrilátero de Brasília. Devemos extrapolar o quadrilátero, para pensar um pouco mais aberto, tanto a nível de assentamento populacional, como de disponibilidade hídrica, como, principalmente, capacidade de produzir alimentos, para poder alimentar e para poder empregar essa população que vai morar aqui. O que nos preocupa hoje é que se numa cidade de um milhão e seiscentos nós já temos um déficit de 100 mil moradias, como é que vai ser o déficit de moradias quanto tivermos

uma população, por exemplo, do dobro? E o problema ambiental? Este ponto é crucial. Por isto, parabenzamos todas essas idéias, essas discussões democráticas e abertas, como disse o nobre secretário, na sua colocação, que vão clarear, como bem disse o representante do Governador, um planejamento que está sendo feito a nível setorial. É fundamental que esse planejamento seja feito a nível intersetorial, ou seja, que haja um planejamento integrado da água entre principalmente da água da agricultura com a água de beber, porque, se esses dois setores não andarem ordenadamente, coordenadamente para o futuro, nós vamos ter realmente uma crise em algum deles. O que nós queremos é que não tenhamos crise em nenhum dos dois. Então, é fundamental os parâmetros de planejamento.

A última questão que gostaríamos de abordar, rapidamente, é a questão da propriedade da terra na Região do São Bartolomeu, que nos parece bastante importante. O São Bartolomeu está nos planejamentos da cidade desde a Comissão Cruz, que acampou na beira da Lagoa Bonita. Na época, a Lagoa Bonita tinha 4 km². Hoje, ela está, por destruição humana, com um pouco mais ou 2,5 Km² Isto por destruição humana, quase premeditada, e pela agricultura ter chegado até as suas margens, com projetos oficiais incentivando a destruição dessa nossa maior lagoa natural.

Em todos os relatórios, está a importância hídrica, e todos conhecemos a importância hídrica do São Bartolomeu, inclusive, fruto até de uma preocupação ambiental muito grande.

Em 1969, foi publicado o primeiro decreto de desapropriação da região de São Bartolomeu, em polígono. Foi feito esse decreto em 1969; em 1974, esse decreto caducou e o Estado não tinha entrado com as ações de desapropriação. Em 1975, baixou-se um novo decreto de desapropriação, o Decreto n.º 3.008, na região do São Bartolomeu, visando assegurar, via desapropriação, as obras necessárias na área. Em 1975, alguns meses antes de caducar o decreto de desapropriação, o Estado entrou com 2.300 ações na Justiça, para desapropriar a área e essas ações eram divididas em duas mil e poucas ações no núcleo Nossa Senhora de Fátima, núcleo populacional existente ao Sul de Planaltina nas proximidades do córrego atoleiro, e 300 ações de desapropriação de fazendas colocadas na região; fazenda Sobradinho dos Melos, fazenda Paranoá; fazenda Taboca ou Taboquinha. Em 1981, depois das ações de desapropriação estarem em curso na Justiça, houve uma redução da área a ser desapropriada, o Estado, por falta de recursos ou por critério técnico, decisão técnica da companhia e por falta de recursos, foi diminuída a área a ser desapropriada. Em 1982 foi realizado um trabalho técnico e, baseado nesse trabalho técnico, foram retiradas todas as ações de desapropriação que estavam correndo na Justiça em relação a essas 2.300 propriedades.

O que quer dizer que, hoje, se um novo decreto de desapropriação for implantado na área, se a obra for necessária ou se a preservação da área for necessária, provavelmente algumas das benfeitorias realizadas na região podem vir a ser validadas. Isso é uma questão extremamente preocupante porque se esses decretos de desapropriação não tivessem sido retirados da Justiça, estivéssemos brigando ainda na Justiça em relação ao valor desse decreto de desapropriação, o valor dessas áreas que tinham sido atribuídas na época, estaríamos hoje, com o valor-base de desapropriação à situação das terras em 1975, que é quando foi decretada a desapropriação, e não o valor de 1986, o valor atual. Então, sem dúvida, hoje, a estratégia que deve ser implementada; é primeiro: caracterizar a ilegalidade de uma série de assentamentos que foram realizados nessa área depois de 1977, para depois da caracterização dessas irregularidades poder ser feita a desapropriação para assegurar que essa desapropriação tenha como valor-base o valor desses assentamentos irregulares. E não ficar sub-júdice se são ou não irregulares esses assentamentos, porque em vários deles são altamente irregulares. Eu gostaria de dizer que na questão do São Bartolomeu é profundamente importante também, ser analisada a questão da propriedade da terra da área do São Bartolomeu. Porque houve compra de áreas que seriam alagadas e nessas áreas foram implementados projetos urbanísticos, projetos de casas, de repente essas ações foram

retiradas, ou seja, essas áreas não foram mais alagadas, estas casas estão aí hoje vigentes e os decretos de desapropriação foram retirados.

Então é extremamente importante, nesse debate democrático que nós vamos ter agora sobre a questão do São Bartolomeu, ser feita uma análise bastante acurada de toda essa situação dos decretos de desapropriação, da emissão do decreto, da retirada do decreto, para se ver que quem cometeu irregularidades, quando e porquê. Como eu concordo também totalmente na feitura desse balanço hídrico do Distrito Federal, que ele vai apontar a nossa disponibilidade de água. Porque vários relatórios anteriores apontava uma disponibilidade de água maior ao que hoje está sendo constatada. E é importante também a sociedade ter consciência disso. Por que, por exemplo, anteriormente se falava que havia uma disponibilidade de tantos metros cúbicos por segundo, e, hoje em dia, essa disponibilidade de água foi violentamente reduzida.

Sr. Presidente, estes eram os três pontos que gostaríamos de abordar, achamos extremamente importante estes debates na sociedade. Cremos, conforme disse o representante do Sr. Governador, que a hora é de debate, a hora é de se fazer os estudos necessários, a comunidade se posicionar em relação a obra. Gostaríamos de ilustrar, também, que pela resolução 001 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), qualquer obra desse porte, como este tipo de barragem, vai ter que ter um relatório de impacto ambiental antes de ser realizada, esse relatório de impacto ambiental vai ter que ser feito pela empresa que vai realizar a obra. Este relatório de impacto ambiental vai ter que ser analisado pelo órgão ambiental. E, principalmente, esse relatório de impacto ambiental é um documento público que qualquer pessoa da comunidade poderá ter acesso sem requisitá-lo e poderá ver as discussões técnicas que terão que constar desse relatório de impacto ambiental em relação à necessidade, à disponibilidade de água, em relação à poluição. E, mostramos a nossa preocupação, finalizando, Sr. Presidente, que para preservar a bacia do São Bartolomeu é fundamental tomar medidas, hoje necessárias, em relação aos mananciais do São Bartolomeu e à bacia do Piripau, à bacia do Sobradinho e às Águas Emendadas. O Governo já tem o projeto de desapropriação das Águas Emendadas e pode assegurar que vai preservar a qualidade de Águas Emendadas. Agora, em relação à bacia do Piripau e à bacia do Sobradinho há vários projetos de expansão urbana e vários projetos de expansão agrícola e, infelizmente, a poluição anda rio abaixo, e como a poluição anda rio abaixo, se não preservarmos os mananciais vamos ter problemas sérios de preservação no futuro, lá no São Bartolomeu.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A seguir, a Mesa tem a satisfação de conceder a palavra ao Dr. Maurício Corrêa, Presidente licenciado da OAB do Distrito Federal.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Eminentíssimo Senador Nivaldo Machado, Srs. componentes da Mesa, minhas Sras. e meus Srs.

Evidentemente, que compareço aqui muito mais para aprender, até me informar acerca desse tão propalado projeto de criação do Lago do Rio São Bartolomeu, mas já fico satisfeito por esse preâmbulo dos debates aqui travados, quando verifico o descortínio, a inteligência, o raciocínio apurado desse jovem engenheiro, Benjamin Siquisú. Por tudo que ele disse, sinto que não me encontro solitário na minha prospecção da imensa preocupação que tange o anúncio da criação ou da consolidação desse lago. Quanto mais sabemos, agora inclusive por alguns módulos de colocação que foram feitos aqui, pelas autoridades do Governo, a nos ditar que não há ainda um consenso no que tange à necessidade da implantação desse lago.

Sabemos, não só pelo que disse o Sr. Presidente da CAESB e outros que usaram a palavra, que ainda há alternativas que poderiam, digamos, conjurar a crise da água em Brasília para uma população estimada, segundo uns em dois milhões e cem, segundo outros em dois milhões e quinhentos habitantes, sem se utilizar o Lago de São Bartolomeu.

Agora, o que temos que meditar, que refletir é se esse lago realmente é a alternativa válida, exclusiva, única para resolver esse problema. Vamos verificar se a inundação dessa área não trará desastres ecológicos mais profundos e se as lesões aos direitos individuais, aos direitos coletivos daqueles que constituírem propriedades em regiões onde o lago se localizará, se essas lesões não seriam tão profundas, vamos dizer, violentas, que elas não geraram conseqüências mais dramáticas e traumáticas do que a própria desapropriação desse lago, sem se valer da alternativa de outros recursos.

Tenho muito medo da improvisação deste Governo atual, improvisação que se iniciou com a implantação de uma desastrosa obra do lago, que a despeito de ser algo que pudesse trazer para a população modos de divertimento alternativo, chegamos à conclusão de que foi um despauério, de uma irresponsabilidade, direi até uma insanidade, insanidade absoluta do despreparo de um Governo que chegou a Brasília com a alcunha de democrático, a alcunha de um Governo em discussão com o povo e ditou as suas regras, implantou o seu sistema.

Não quero neste instante, tecer considerações paralelas a respeito de tais obras, não é o caso. O que me preocupa é se o Lago de São Bartolomeu não será outra improvisação, tal qual aconteceu com a ciclovia do lago. Diante das alternativas, inclusive anunciadas aqui pelo próprio Benjamin Siquisú, que eu respeito, com relação à preocupação do crescimento de Brasília: se se dará a leste, a oeste, ao sul, ou ao norte? Afinal de contas é a preocupação fundamental que o Governo deveria ter. De modo que nós temos na OAB defendido esta cidade contra as violências de governos passados, da ditadura passada, temos procurado defender esta cidade de uma série de violações cometidas ao seu projeto, à sua tradição. Na época do Governo José Ornellas, eles pretenderam derrubar uma mata no Gama, lá tem uma reserva ecológica extraordinária, pois há espécimes ali, inclusive, não encontradas em outras regiões, e nós recorremos ao Poder Judiciário e conseguimos que os juiz deferisse uma medida e impedisse que o Governo passasse o tratores por cima daquela reserva ecológica, para que fosse feito ali um projeto hortigranjeiro no Distrito Federal.

Tenho muito medo, muito receio de inundarmos, por exemplo, o Vale do Amanhecer, inundarmos toda essa região já programada, onde as águas atingirão, sem que haja uma discussão maior com o povo, uma maior participação para verificarmos, aferirmos essa conveniência. Não seria apenas uma idéia de um Governo, porque o Governo erra e erra freqüentemente e fragorosamente, como este Governo tem errado, é o que temos presenciado. Acho que é uma questão que não deve ser tratada com maniqueísmo, e nem tão pouco com uma desavença ou idiossincracia ao Governo Federal. Essa é uma questão que deve ser tratada altivamente, e moderadamente pelo povo. Agora, ela não pode ser também uma medida imposta de cima para baixo. (Palmas.) Temos que examinar essa questão com mais profundidade, com mais seriedade. (Palmas.)

Eu sei que o rio buscou alternativas para abastecer a cidade, com o Sistema do Estado do Rio, as águas do Rio Paraíba, etc, e outras cidades grandes do Brasil também encontraram soluções. Será que Brasília, necessariamente, terá que inundar essa área enorme, onde existem inclusive proprietários, onde existem reservas ecológicas, será que não há outra alternativa? Ou existe outra alternativa? Será que tem de passar por cima de um Vale do Amanhecer, que eu respeito a convicção religiosa daqueles que seguem a Tia Neiva? Será que se tem de passar por cima de tudo isso? Ou essa população não tem o direito de discutir?

Nós estamos discutindo isso aqui e agora, porque foi provocado por pessoas interessadas, no meu juízo. Agora, que este Governo nunca foi de dar satisfações ao povo, isto é um fato. (Palmas.) Este ano teremos eleições. (Palmas.) Então, nós temos que discutir o assunto, por isso está sendo possível discutirmos. Foi feito tudo aí, vocês viram e ninguém discutiu nada. Como as eleições estão vindo, então vamos discutir. Acho até — e já que nós estamos fazendo prospecções futuras — vamos dizer, a própria Comissão do Distrito Federal, não é Senador, tem que acabar até pela sua inutilidade, pela sua imprestabilidade. Notem bem, e

estou dizendo isto com sinceridade, não porque o Senador pensa, iguais os outros pensam, porque S. Ex.ª tem patriotismo, mas a Comissão sempre existiu — estou dizendo os seus membros e os seus componentes do passado — para homologar a nomeação do Governador, e até para fazer pedidos de nomeações ao Governador mas não para defender a cidade. (Palmas.)

Este é o primeiro debate que esta Comissão faz, realmente, com a participação do povo, para defender um projeto, ou discutir um projeto, que nós queremos validado em todos os seus ângulos. Daí por que entendo, inclusive, que esta Comissão deve ser extinta a partir da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, para que os Deputados e Senadores, eleitos por Brasília, defendam esta cidade. A desgraça será maior se este Governo tiver maioria. Mas, mesmo assim, contamos com a Graça de Deus para defender os nossos interesses. (Palmas.)

Eu gostaria de dizer aos amigos aqui presentes, que até o momento não me convenci de que o Lago São Bartolomeu seja o único recurso viável. Por isso eu prefiro discutir, não há maniqueísmo, como eu salientei, porque os serviços essenciais devem ser colocados acima dos interesses particulares. Esta é uma regra do direito público que tem que ser entendida. Quando os interesses da coletividade são maiores, os interesses particulares devem ser aniquilados, ou devem ser postergados, garantidos naquilo que o Direito Civil assegura, mas em benefício da coletividade esse direito tem que ser respeitado.

O que eu quero questionar é se essa proposta não é improvisada, se ela não vai repetir o passado. Parece-me que o prudente é discutirmos mais esse assunto. Lamento que o assunto seja tão dramático, seja tão sério e que esse Governo não tenha iniciado a discussão assim que se instalou no poder. Isso que eu acho curioso, com quase dois anos de mandato, agora que se acelera o processo de consolidação dessa idéia. Não me parece, pelo que senti do Benjamin Siquisú e pelo que tenho lido, que essas alternativas poderão garantir o abastecimento d'água na cidade, por um certo período, com relativa e absoluta tranqüilidade. Não será através da improvisação, não será através da idéia de um projeto de impacto, talvez para salvar um Governo frustrado, um Governo que decepcionou, um Governo que não trouxe, na verdade, aquilo que a cidade esperava. (Palmas.)

Sem querer me aprofundar na questão técnica, quero dizer que não me manifesto aqui inteiramente contrário à idéia da criação do lago. Mas, eu gostaria de conhecer profundamente as razões que estão levando a isso e, também, gostaria que a população discutisse, inclusive que os técnicos da oposição examinassem esse projeto, comparassem com as outras cidades que tiveram dramas muito piores do que o de Brasília, para saber se a única solução é exatamente essa: jogar água em cima dessa grande região, acabando com o nosso ambiente ecológico, aniquilando as propriedades aqui existentes, e se há uma alternativa. Se há essa alternativa, vamos discutí-la com propriedade e mais seriedade, sem o agendamento, sem a pressa que me parece estão querendo imprimir ao desenvolvimento desse projeto.

Eu até pediria desculpas por ter que me retirar, em virtude do pessoal da Previdência Social que está no Sindicato dos Professores, clamando a minha presença lá, pois estão ameaçados de prisão, mais uma vez, mas eu ficarei aqui mais uns 15 minutos, caso alguém queira alguma explicação.

Bom, a minha posição é exatamente esta: eu acho que a questão do solo em Brasília, sobretudo o problema relacionado com os loteamentos, em que essa área vai encobrir grande parte, é uma questão que tem de ser discutida à luz do Direito Agrário Brasileiro, que está se desenvolvendo, sob o ângulo do INCRA e não sob o problema do solo urbano, como o Governador quer enfrentar. Esta é uma questão muito séria! (Palmas.) Nós vivemos dentro de um ordenamento jurídico que deve ser respeitado. Há uma série de sutilezas que devem ser primeiramente ultrapassadas, devem ser vencidas. Essa questão dos loteamentos rurais tem que ser encarada com seriedade, há condomínios evidentemente que são marginalizados, são errados, mas grande parte são constituídos de loteamentos feitos em cima

do Código Civil, dentro da nossa lei, são cidadãos que não são sabotadores, não são ladrões, são pagadores de Imposto de Renda, são contribuintes brasileiros e os seus direitos devem ser respeitados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A mesa tem a satisfação de conceder a palavra ao Dr. Benjamin Sequisu.

O SR. BENJAMIN SEQUISU — Como o nobre companheiro Maurício Corrêa vai se retirar daqui a 15 minutos, em relação a algumas colocações que ele fez, eu gostaria de dar alguns esclarecimentos.

Quando o Sr. José Aparecido assumiu o Governo, 5,5% do Distrito Federal eram áreas preservadas. O Governador José Aparecido fixou uma política de aumentar esse nível de áreas preservadas para 18% e já passou dos 10% com a criação da área de proteção ambiental Cabeça do Veado — Gama, que inclui toda a área do Jardim Botânico, IBGE e uma área de 12 mil hectares. E com a efetivação da desapropriação das Águas Emendadas, na questão da qualidade de vida do povo de Brasília, vai ser muito difícil um governo, no futuro, poder fazer mais do que o atual, porque elevou a área preservada de Brasília de 5,5% para um índice de mais de 10% — hoje estamos em 11% — e vamos atingir até o final do ano o índice de 17%. O que quer dizer isso? Que 17% de área do Distrito Federal será preservada para as futuras gerações, independente de qualquer tipo de conurbação, de crescimento desordenado, foi assegurado por este Governo um grande volume de áreas preservadas, um grande volume de potencial botânico e genético a ser — através de uma utilização econômica com a biotecnologia — usado para o desenvolvimento econômico e das populações.

Isto é importante que fique registrado, nenhum Governo, enquanto Estados como São Paulo têm hoje 3% da sua área total com áreas preservadas, já nem conseguem mais aumentar esse número, pois não há o que preservar, enquanto não temos notícias, nos últimos 10 anos, que algum Governo tenha aumentado em 2% o total do seu volume de áreas preservadas, a política do Governo atual é aumentada de 5,5% para 17%, e já atingimos o índice de 11% em desapropriações. Isso é importante ficar registrado porque é uma das maiores considerações em relação a preservação da qualidade de vida do povo de Brasília.

Que me desculpe o Presidente da Mesa, mas quis fazer esta colocação porque era fundamental que o Dr. Maurício ouvisse esta afirmação. Em relação à preservação do meio ambiente, o Governador José Aparecido fez mais em 8 meses de trabalho do que 25 anos anteriores; nós não tínhamos legislação, não tínhamos política, não tínhamos nada. E isto é defensável em qualquer fórum, esse volume de áreas desapropriadas é real, as Águas Emendadas estão aí, a área de preservação do Cabeça do Veado — Gama é real, e o maior indicador que temos é que o nível de denúncias de depredação do meio ambiente, da natureza, é extremamente baixo porque a comunidade sabe que está sendo preservado o meio ambiente.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Só queria acrescentar que estou de pleno acordo; essa tem sido Senador, a grande contribuição do Sr. Benjamim Sicsu para o Governo atual. Nesta parte o Sr. Benjamim Sequisu tem o meu aplauso, porque tem sido ele um defensor do meio ambiente, com uma contribuição de 99%.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Dando continuação aos nossos trabalhos, tenho a satisfação de conceder a palavra ao Dr. Rubem Gorayb, Presidente do Sindicato Rural do Distrito Federal.

O SR. RUBEM GORAYB — Senador Nivaldo Machado, mui digno Presidente desta Comissão, Srs. membros da mesa, autoridades, meus companheiros que aqui se encontram.

Eu me sinto muito bem aqui, porque vejo no plenário a preocupação e a presença de inúmeros representantes de núcleos rurais, principalmente da área em discussão, o Lago São Bartolomeu.

Esta Casa, Sr. Presidente, me é grata por eu poder aqui definir políticas agrárias, políticas agrícolas e políticas fundiárias. O Sindicato dos Produtores Rurais, entidade oficial de classe, sempre tem procurado uma

definição política para o assentamento dos produtores aqui no DF. Hoje estamos debatendo o projeto São Bartolomeu, mas o que nos preocupa é que a política do Poder Executivo nunca pode ser contrabalanceada por uma Assembléia Legislativa que não existe ainda aqui. Estamos aqui esperando os futuros deputados e senadores, os que hoje almejam os cargos, venham a ser porta-vozes nossos; porque a área rural, a área dos empresários rurais não tem sido atendida, nem sequer consultada para as mínimas coisas que acontecem.

O lago São Bartolomeu implica não só em duas mil e trezentas propriedades, implica em duas mil e trezentas famílias desalojadas, implica em aproximadamente, vinte ou trinta mil pessoas que ali trabalham. O problema é político, é preciso saber primeiro o que o povo quer e não saber o que as autoridades querem. As autoridades, não perguntam para essa população se ela quer sair dali, se vai criar um meio ambiente para quê? As autoridades quando fazem as Profloras, não estão querendo oferecer ao povo madeira para comer, Proflora não serve para nada. Deveríamos era plantar alimentos nas áreas de Proflora, são mais de 33 mil hectares; nós, produtores rurais, porque posso falar em nome deles, fui eleito para isso, para defendê-los, estamos cansados de ingerência na nossa economia. A nossa falta de legitimidade por não termos representantes, não termos uma Assembléia Legislativa, produz todas essas situações que nos levam a impactos os quais não foram provocados por nós, eles vêm de fora para dentro. Queremos paz social no campo, paz para o produtor rural, liberdade de ação que a Constituição já nos assegura. (Palmas.) Queremos plantar alimentos e deixar de importá-los. O Distrito Federal hoje concorre com 45% de ICM, do nosso produto interno bruto. É uma existência que foi feita a duras esforços, porque a terra do Planalto Central todos conhecem, ela é inóspita, precisa ser trabalhada, ser amansada, e todo esse trabalho, todo esse patrimônio que está, não só no São Bartolomeu, em diversas áreas onde os produtores rurais estão se assentando, quer em áreas de dois hectares, quer em áreas arredadas, devem ser respeitados. O patrimônio de uma família que luta anos e anos, não pode, de modo nenhum, de um momento para outro ser desalojado com as águas, que estão para vir, como se está prometendo — fecha-se a barragem e as águas chegando lá, tiraram o pessoal.

Queremos respeito. (Palmas.) Queremos diálogo. Queremos que antes de qualquer decisão, chamem as bases, a comunidade rural, os líderes, os presidentes de associações, de sindicatos, e vamos debater, porque nós, povo, sabemos muito bem o que queremos. Mas precisamos do debate para podermos levar isso e não vir imposto.

O GDF pensa até em organizar o entorno. Como ele vai pensar em organizar o entorno, se não é área dele, se aqui, dentro do Distrito Federal, não se estabeleceu uma política de assentamento na área rural? A área rural é a contrabalança da área urbana. O Distrito Federal tem a sua vocação, ele é a Capital da República, foi feito, realmente, para ter aqui o Governo Federal e todas as suas instituições. Mas na área rural, os produtores rurais é que devem ali estar, produzindo alimentos. E não almejamos, nós, produtores rurais, que Brasília atinja 2 milhões, 3 milhões, 4 milhões, dez milhões de habitantes, essa não é a maior preocupação. Se o Governo se preocupasse em estabelecer uma política de assentamento na área rural, essa população que já está aí e mais as áreas em que estão sendo plantadas árvores, nós teremos, então, uma população ativa, uma população para produzir alimentos para o Distrito Federal. Quando nós olhamos agora o mapa do Distrito Federal, constatamos que há área de preservação ambiental em todos os lados. Daqui a pouco o Distrito Federal não é área para os produtores rurais viverem, porque a APA vai ficar aqui, e quando se chegar lá ninguém pode fazer nada, tem que se perguntar na Secretaria o que vamos fazer. Nós, produtores, sabemos o que fazer, não precisamos perguntar para autoridade nenhuma. (Palmas.) Desculpe-me, Sr. Presidente, estou aqui na Casa do povo, e se falo mais é porque esta Casa me representa muito, e nós, povo, nós, população rural, hoje estamos em xeque, hoje estamos sendo colocados contra a parede. Ninguém pergunta para nós

o que queremos fazer. Está na hora de ser respeitado esse povo. Esse povo trabalhador não está pedindo água para ninguém. Deus nos dá, nós não precisamos de água. (Palmas.) Nós, na área rural, temos projetos de irrigação rural. Nós sabemos que as áreas para irrigação rural são poucas. Realmente, existe água aqui no Planalto Central, mas a água tem que ser controlada. Não pode existir aumento populacional. Então, tem que se estabelecer prioridades políticas, e essas políticas somente serão feitas com o acompanhamento da população. Nós queremos falar sobre as palavras de Benjamim. Nós acreditamos também em ecologia. Nós sabemos preservar a natureza, nós sabemos preservar a natureza, porque vivemos dentro dela. Não adianta o povo da cidade querer mandar recado para o povo da roça. O povo da roça sabe muito bem o que é plantar, o que é viver dentro do meio ambiente. O povo da cidade deveria ensinar ao povo da cidade, e o povo da cidade também deveria aprender que nós, homens da área rural, também temos querer. Não fiquem legislando para nós. Nós sabemos o que queremos; nos consultem. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A seguir, a Mesa tem a satisfação de conceder a palavra, novamente, para um esclarecimento, ao Dr. José Roberto Arruda, Secretário de Serviços Públicos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Bom, infelizmente, como havia comunicado inicialmente, tenho um compromisso. Vou sair na honrosa companhia do Dr. Maurício Corrêa.

Recebi esta comunicação apenas ontem, às seis da tarde, e infelizmente, terei que sair, pelas mesmas razões do Dr. Maurício Corrêa.

(O orador é interrompido.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Não, o povo é da maior importância. E quero, inclusive, lhe dar uma palavra — aliás, antevejo na sua figura física o meu futuro, mais calvo e com a barba mais branca — e dizer-lhe não só por isso, mas pelo respeito que como líder da população o senhor me merece, duas coisas rapidamente: a primeira, é que concordo integralmente com as palavras do Dr. Rubem. (Palmas.) Esse é o homem que tem defendido não só aqui, publicamente, mas em meu gabinete, em todos gabinetes do Governo, o interesse do produtor rural do Distrito Federal.

Eu quero dizer isto publicamente, minha gente! Tive o privilégio de ir com ele a alguns núcleos rurais desta cidade, como o Pípiripau, e vi pessoas as mais humildes com as maiores dificuldades de produção e efetivamente sem nenhum incentivo para as suas produções. Eu acho que esta é uma posição de nós todos, que moramos nesta cidade, que gostamos desta cidade, temos que aplaudir. Portanto, publicamente, o meu apoio ao Dr. Rubem por suas palavras.

As críticas poucas que ele faz, e dizem respeito às áreas de proteção ambiental, ficam mais na área do meio ambiente, e o Dr. Benjamim Sicsu se assim considerar, colocará as respostas. Eu quero dizer também que sou engenheiro e comecei a minha vida profissional aqui em Brasília, como engenheiro da CEB. E tenho o maior orgulho disso. Eu gostaria de dizer que há vários pontos de discordância. É bom que haja vários pontos de discordância. Mas o ponto no qual todos os oradores concordam e, eu penso, pelos aplausos, que a grande maioria das pessoas aqui presentes concordam, é que tem que continuar havendo um debate livre, aberto e democrático. E é o povo que sabe o seu destino e é ele que tem que ser consultado. Nós não defendemos, e eu particularmente nunca defenderia nenhuma solução vinda de cima para baixo. E acho que tem mais: nós temos que partir para definições que atendam aos justos interesses principalmente dos produtores rurais, representados aqui pelo Dr. Rubem. É óbvio, e todos temos que aceitar a tese de que há, entre as pessoas que se julgam prejudicadas por uma ou outra solução de Governo, pessoas que não são produtores rurais, por exemplo, que têm suas casas de campo, suas propriedades que não sejam especificamente de produção rural e que também justamente têm que proteger o seu patrimônio. Agora, essa é uma questão que talvez, por uma falha do meu amigo Kleber, não

tenha... talvez este não seja o fórum exato, principalmente porque as autoridades de Governo, que respondem ao problema dos loteamentos clandestinos e de outras questões como essa, infelizmente talvez não tenham sido avisadas ou não puderam estar aqui presentes. Quero dizer, entretanto, com o testemunho do Sr. José Pereira, Líder da Vila Nossa Senhora de Fátima, que, com as suas lamparinas e com a sua veemência já esteve várias vezes em meu gabinete, com o aval de várias pessoas que aqui estão, com quem nós temos conversado, que nós nos encontramos totalmente abertos em qualquer fórum, em qualquer local, em qualquer horário, desde que previamente convocados, para o livre e amplo debate de todas as questões que dizem respeito à nossa Pasta. Nós somos dos que defendemos que as soluções de Governo devem atender aos anseios da população e devem ser livremente discutidos com essa população. Só por isso adiei o meu encontro com o Instituto Mauá de Tecnologia, marcado inicialmente para às 10 horas da manhã para não deixar o convite do meu caro Kleber Lacerda em branco, de poder vir aqui, mesmo não podendo responder por todas as áreas que foram aqui colocadas, para, não só como homem de Governo, mas principalmente com o compromisso que tenho como profissional de Brasília, falar abertamente a todos os senhores, discutir abertamente com todos os senhores e deixar muito claro que o nosso gabinete, no 15º andar do Buriti, já freqüentado, para o meu prazer, por vários de vocês, continua inteiramente aberto para que todos os assuntos continuem sendo colocados com a franqueza, com a honestidade e com a clareza que foram e estão sendo colocados neste Plenário. Eu parabeno os promotores do encontro. Por isso acho que outros têm que se suceder, e me coloco inteiramente à disposição de todos que, só pelo fato de gostarem de Brasília, apenas por isso e, principalmente por isso, eu já considero amigos meus. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Meus Senhores e minhas Senhoras, diante da ausência — e permitam todos, considero justificada — do Sr. Secretário de Serviços Públicos, a Mesa informa que tudo que aqui está sendo dito será devidamente publicado e encaminhado, posteriormente, como não poderia deixar de acontecer, às autoridades competentes, ao Sr. Governador e ao seu Secretariado.

Concedo a palavra ao Dr. Ney Ruldán, Presidente da Associação de Moradores da Área Rural do Distrito Federal.

O SR. NEY RULDÁN — Eminentíssimo Senador Nivaldo Machado; Dr. Pernido, representante do Sr. Governador, demais membros da Mesa, minhas Srs e meus Srs.:

Meu nome é Ney Ruldán, sou Presidente da Associação dos Moradores da Área Rural do Distrito Federal, AMAR-DF é para a qual peço o apoio dos Srs., associando-se a ela, a fim de que juntos possamos defender o nosso patrimônio e o direito de propriedade assegurado pela Constituição contra a investida dos grupos que tentam desapropriar nossa área por tostões para depois negociá-las por milhões.

Meus amigos, hoje é uma data de grande significação para todos nós, pois é a primeira vez, desde o início do Governo José Aparecido, que proprietários de lotes rurais se reúnem para debater com seriedade um assunto que, até hoje, vem sendo levado pelo Governo do DF, ora com prepotência, ora com ameaça, ora com chacotas e até com atitudes nazistas, como a do Secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, (Palmas.) que, em declarações à imprensa sobre como fazer para desocupar a área do futuro Lago São Bartolomeu, disse: "A gente enche primeiro para depois discutir o direito da propriedade".

Meus amigos, é uma solução nazista, autoritária, própria daqueles que deixaram o Governo depois de 25 anos de ditadura e não de um Governo que se diz democrata e que, por ter sido cassado, deve saber que, acima de tudo, deve prevalecer a força do direito e não o direito da força.

O que o Governo do GDF faz com os proprietários rurais só encontra similar em governos totalitários. Até hoje o Governador José Aparecido e seu Secretário de Viação e Obras não se dignaram a ouvir os proprie-

tários rurais, confundem-nos com invasores de terras do Governo, acusam-nos de grileiros, apontam-nos com criminosos, ameaçando-nos de cadeia, se fizermos qualquer coisa em nossa propriedade escriturada, registrada em cartório e adquirida legalmente de quem tinha o direito de vendê-la. (Palmas.) Lamentavelmente, nós que moramos em Brasília há mais de 10 anos, aqui criamos nossos filhos e onde temos as nossas famílias, não temos vez nesta Cidade que tanto amamos e que é governada, despoticamente, por um Governador nomeado. (Palmas.) É que, à guisa de deixar seu nome para posteridade, procurando se igualar a Juscelino Kubitschek quer manter vivo seu sonho de construir um lago maior do que o Paranoá ou uma cidade esotérica para o ano 2000, nem que para isso tenha que jogar ao desperdício milhares de famílias que hoje pagam aluguéis exorbitantes sem poderem construir em seus lotes, nem que para isso tenha que afogar um patrimônio espiritual do Brasil, que é o Vale do Amanhecer, como se as coisas ditadas pela espiritualidade maior, como Vale, pudessem ser reconstruída na prancheta comunista e profana de Niemeyer (Palmas.) e apoiada demagogicamente por seu genro Carlos Magalhães.

Meus senhores, o Governo do DF até hoje não discutiu com os proprietários rurais porque tem medo de fazê-lo, porque se o fizer vai ver que existem terras invadidas, mas terá que reconhecer, também, que existem terras legais com escrituras registradas em cartório, com luz, água, telefone, com moradores há mais de 10 anos e contra os quais a única coisa que poderá ser feita é desapropriar as suas terras, pagando preço justo, um preço equivalente ao que a TERRACAP fixa para vender os seus lotes próximos aos condomínios rurais. (Palmas.)

Desigualdade, meus amigos, é tratar, igualmente, coisas desiguais e ficamos diante desse impasse: o GDF que não tem dinheiro e nem desapropria as terras dos condomínios e nem permite que os seus proprietários nelas construam. É uma situação esdrúxula. Um País que se propõe fazer a reforma agrária mas não reconhece ao proprietário de um lote o seu verdadeiro direito sobre ele. Seria o caso de se pedir a esse Governo, que aí está de, pelo menos, se fosse possível, nos concedesse em nossos próprios lotes o direito de usucapião pelo tempo que lá estamos.

É de grande importância que nós nos unamos, agora, em torno da nossa Associação porque, daqui a 60 dias, o Governador José Aparecido e o seu Secretário de Obras já não disporão do Distrito Federal como se fosse um feudo deles. Haverá uma bancada de 8 Deputados e três Senadores que terão a obrigação de defender o povo dessa cidade. Com os proprietários de lotes rurais unidos, em sua Associação, poderemos apresentar soluções que atendam aos problemas sociais dos que vivem na terra, hoje, sem prejudicar os que viverão da água, amanhã, no ano 2000.

Brasília vai precisar de água, sim, mas, talvez, o lago São Bartolomeu, nas dimensões propostas, não seja a melhor solução, como já ficou constatado, aqui, pelos próprios técnicos do Governo. Será mais um gigantesco esgoto a céu aberto a receber águas poluídas do Paranoá, dos riachos poluídos que o encherão e os defensivos agrícolas das agrovilas que o Governo do DF está implantando. Pequenos reservatórios em regiões estratégicas talvez fosse a melhor solução.

Pelo que sabemos, as maiores cidades do mundo como Nova Iorque, Londres, Paris, Tóquio e outras, não têm nenhum grande lago dentro delas, porque a água distribuída à cidade vem da captação da própria fonte, nas montanhas, e canalizadas por tubulões e no seu trajeto não é poluída por esgotos e nem por animais mortos. Se existem aquedutos com mais de 200 quilômetros e oleodutos com mais de 2 mil quilômetros, por que, perguntamos, não se canaliza a água de Itiquira que jorra noite e dia a menos de 100 quilômetros da Capital?

Para terminar meus amigos, lanço um apelo à Comissão do Distrito Federal: queremos dialogar com o Governador, queremos encontrar, em conjunto, uma solução para as nossas terras e para a sua água, Sr. Governador, para a nossa tranquilidade hoje e para a sua reputação amanhã. Vamos trabalhar juntos, Governador, e tenho a certeza de que encontraremos um meio de atender aos que usam a terra hoje, sem prejudicar

aos que beberão a água de amanhã. Pedimos democracia com respeito e não uma ditadura democrática. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Estamos chegando à parte final dos nossos trabalhos e, agora, tendo vez aqueles que se inscreveram em nome das comunidades que representam, pelo que a Presidência solicita que, ao ocuparem o microfone, se identifiquem e que, diante do número de inscritos — até agora em número de 7 — sejam objetivos e sucintos na formulação das questões dirigidas às autoridades que aqui se encontram, em nome do Governo do Distrito Federal, para responder às mesmas. Não quero com isto cercear, absolutamente, o direito de ninguém, não é este o meu objetivo. Não o faria agora, porque, sempre eleito pelo povo da minha cidade, Vereador, depois Prefeito, Deputado Estadual seis vezes, jamais adotei tal procedimento, reconhecendo, antes, que ao povo se deve dar a mais ampla liberdade e se lhe deve assegurar a maior oportunidade de expressar as suas posições, os seus reclamos, as suas reivindicações.

Seria desnecessário esclarecer que, diante das assertivas do Presidente da Ordem dos Advogados, Seção Distrito Federal, no que diz respeito à competência ou à posição da Comissão do Distrito Federal, eu nada teria a censurar, porque entendo que, na verdade, a Comissão não é representação política legítima da população desta cidade. A sua representação legítima haverá de ser escolhida a 15 de novembro. Por isso, pelo menos no que tange à nossa posição, a que estamos adotando ultimamente como suplente desta Comissão, e não seu membro efetivo, é que a conceituação que acabou de expressar o ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Distrito Federal não implicou, absolutamente, em nenhuma censura ou nenhuma acusação àqueles que, no momento, estão com a responsabilidade de dirigir esses trabalhos, em boa hora encaminhados para o debate amplo de um problema que visa a uma conciliação — e, se visa a uma conciliação, ele não pode ter o caráter de imposição.

Por isso é que, concedendo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Sr. Mário Ricardo, da Associação dos Moradores de Sobradinho, eu lhe peço que proceda na forma recomendada e solicitada de início.

O SR. MÁRIO RICARDO — Sr. Presidente, autoridades presentes, Sras. e Srs.:

A Associação dos Moradores de Sobradinho, aqui representada pelo seu Presidente Mário Ricardo, está encontrando uma situação conturbada. Digo conturbada porque quando nós, da Associação dos Moradores de Sobradinho, a nossa diretoria, o nosso conselho fiscal, o nosso conselho consultivo e a nossa comunidade de quase 90 mil habitantes vêem uma solução iniciada conturbada, para nós é lamentável. Lamentável porque o problema da água no Distrito Federal é muito grave. Estamos cansados de debater problemas não só da água, mas vários outros. A solução desse problema da água por meio do São Bartolomeu, nós não vemos, a comunidade de Sobradinho não vê o problema tão difícil; nós não enxergamos uma solução conturbada. Nós temos assembleias mensais da nossa comunidade. A nossa Associação representa uma parcela grandiosa da comunidade. Nossas reuniões mensais são para debater vários problemas, entre os quais o da moradia.

Mas estamos tristes em saber que a solução desse problema já está nascendo conturbadamente. A falta de água em Sobradinho é vergonhosa — não só em Sobradinho como em todo o Distrito Federal se ouve falar que a torneira não tem água.

Assistimos, desde quinta-feira para cá, aos carros do Corpo de Bombeiros distribuindo água, e distribuindo água suja, até! Estamos convidando os representantes da CAESB, os representantes do Governo Federal nessa área, para debater, para expor e para levar o problema à nossa comunidade em Sobradinho, perante uma platéia de mais de mil pessoas. E nós achamos que o problema da água no Distrito Federal, e principalmente em Sobradinho, deve ter uma solução inadiável; uma solução inadiável a despeito das alternativas que foram dadas pelo Presidente da CAESB, a despeito da construção de São Bartolomeu. É uma solução que tem que ser inadiável. O. de que a nossa população precisa é de água para beber.

Estamos cansados de reclamação. A reclamação que vem a nós é diária, o nosso telefone funciona 24 horas por dia, a nossa secretária funciona 12 horas por dia. E nós não aguentamos mais essa pressão, essas reclamações.

Então, aqui ouvimos falar até da migração para o Distrito Federal. O problema de moradia em Sobradinho e no Distrito Federal também é grave. Não sabemos o que será do futuro se não houver das autoridades da CAESB, do Governo do Distrito Federal e até do Governo Federal a solução desse problema de água.

Não acreditamos que os Srs. proprietários das terras, os Srs. defensores das terras e principalmente da área rural tenham a condição de dizer aqui, como já ouvimos, **a priori**, no meu entendimento, que essas soluções não poderiam ser dadas; que temos que viver de alternativas. Nós não acreditamos nisso, porque a população da cidade, como foi dito ali pelo representante da área rural, a população da cidade não tem culpa dessa situação do Distrito Federal.

Somos os primeiros a condenar uma cidade construída para 500 mil habitantes. Estou aqui há mais de 28 anos. Portanto, não podemos admitir que se construa uma cidade para 500 mil habitantes num País de população jovem — num País de população jovem onde as crianças estão morrendo de sede.

Acreditamos que os representantes da área rural, como também os Srs. proprietários da área rural, têm de defender seus direitos. Mas não podemos privar uma criança de beber água, não podemos dar água suja para uma criança.

Temos que requerer a capacidade dos técnicos no assunto, tanto da Oposição como da Situação, para resolverem o problema. Atualmente, não se quer saber se o Governador é ditador ou deixa de ser. Não queremos saber se ele é democrata ou se ele é ditador. Não estamos aqui para defender nomes. Estamos aqui para defender uma solução. A solução tem que ser breve. Não acreditamos que os senhores proprietários, senhores defensores da área rural, representantes, sejam empecilho para a solução do problema de água no Distrito Federal, pelo que estou observando. Quero conhecê-los mais de perto, porque a nossa população, a nossa Associação de Moradores de Sobradinho é representativa e como tal não aceitamos que o problema seja adiado; seja por via do Bartolomeu, seja por via de como for. A população do Distrito Federal, tenho certeza, está solidária com a nossa. Está solidária, porque estou cansado de acompanhar o rito político e administrativo do Distrito Federal; vivo as notícias 24 horas por dia; acompanho-as 24 horas por dia. Ainda ontem estive na CAESB, hoje estou aqui, amanhã tenho outra reunião. A nossa entidade é representativa e temos que dar uma solução para o problema da água.

Não acreditamos, de maneira nenhuma, Sr. Presidente e senhores debatedores, que a solução seja prorrogada, que ela seja adiada. Acreditamos, sim, que num País jovem como é o Brasil, como dizem por aí, que somos um País jovem, nascendo crianças todos os dias, aumentando a percentagem da nossa população, temos que procurar soluções para os problemas coletivos da humanidade, problemas de solução coletiva.

Sr. Presidente, não me quero alongar muito, além do que o horário já está esgotado. Acho muito interessante, muito importante, que senhores da área rural, senhores representantes da área rural e senhores proprietários rurais olhem um pouco para a cidade; não haja críticas à população da cidade, como não desejamos criticar a população rural. Queremos debater, queremos ver quem é quem; queremos saber quem representa a área rural e queremos saber quem são os proprietários legítimos da área rural. O que não podemos fazer é deixar a nossa comunidade morrer de sede, para ficar discutindo o problema. Os senhores da CAESB e os senhores do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal estão convidados e serão sempre convidados, e os senhores da Oposição também pela nossa entidade para discutir o problema da água e se for o caso levaremos a nossa comunidade às ruas até para debater o problema. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Quero pedir aos demais a gentileza de formularem suas consi-

derações e suas perguntas, se for o caso, de modo objetivo, rápido, a fim de que todos tenham a oportunidade de fazê-lo. Eu, aqui, como outros Srs. Senadores, tenho compromisso inadiável ligado a interesses do meu Estado, em reunião que devo comparecer, de forma que peço a compreensão de todos.

Tem a palavra o Sr. José Queirós Miranda.

O SR. BENJAMIM SIQUISU — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — V. S.ª já falou. Deseja acrescentar alguma coisa?

O SR. BENJAMIM SIQUISU — Sr. Presidente, desejo acrescentar que, lamentavelmente, a comunidade está sendo privada de falar.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Não é verdade. Todos estão falando.

O SR. BENJAMIM SIQUISU — Tivemos oradores que falaram por mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Podemos fazer, noutra ocasião, um novo debate, mais de um.

Com a palavra o Sr. José Queiroz Miranda, da Associação Rural de Sobradinho.

O SR. JOSÉ QUEIROZ MIRANDA — Muito obrigado. Eu, José Queiroz de Miranda, Presidente da Associação Rural de Sobradinho dos Melos, representando 300 associados, gostaria de agradecer as palavras do Dr. Benjamim Siquisu, que muito vêm ao encontro dos nossos anseios. Estamos muito satisfeitos com a explanação que ele deu, esse é o nosso desejo e essa é a nossa meta. Porém tenho vários problemas na região. Dentre esses 300 associados da minha Associação, eu diria que 290 são posseiros. Somos posseiros e estamos na área há mais de 15 anos; estamos na área produzindo, estamos na área gastando, estamos na área protegendo de todo e qualquer tipo de deflagração da área. Eu pediria às autoridades que me informassem, mais diretamente, com relação a esses posseiros que representam, pois temos, na maioria, posse há mais de 15 anos. Agora aparecem proprietários fantasmas, dizendo-se donos da área, área esta que até então sempre foi mansa e passiva. E daqui para frente não sei o que acontecerá.

Tenho, por exemplo, há dois anos um processo de usucapião, feito já em Sobradinho, e até hoje sem solução. Como eu tem vários da área com o mesmo problema. Então acho que é parte do Governo definir uma situação para conosco, resolver esse problema que são cruciantes para a área, dizendo-nos mais claramente aquilo que poderemos fazer ou não. Temos elementos que estão gastando, que já haviam gastado, muito dinheiro com a área, para uma superprodução este ano. Como eu diria, até membros que estão presentes, e que até há pouco me informaram que vão desistir e que não irão mais plantar. Ouvi também o representante da CAESB, representante do Governo do Distrito Federal, dizendo que não há nada ainda de positivo neste campo. Isto nos alegra bastante e acredito que poderá animar os companheiros para que continuem plantando. Agora, gostaria que ficasse claro, que nos dissessem o que poderemos ou não fazer na área. Eu acho que isto é de suma importância para que possamos, daqui para frente, tomar medidas cabíveis ao caso.

Este é o meu recado e estarei pronto para discutir com qualquer uma das autoridades que queira tomar mais conhecimento da área, tomar mais conhecimento da nossa produção. Estarei sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A Presidência dos trabalhos informa que as indagações formuladas serão respondidas a seu tempo — e creio que dentro de pouco tempo — respondidas por escrito pelos órgãos competentes. Isto porque a exiguidade de tempo não permite que se dê a palavra a representante do Governo nesta oportunidade e poderá fazê-lo por escrito. Por isso peço a compreensão de todos.

Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Pery Gomes, advogado do Condomínio Rural.

O SR. SÉRGIO PERY — Sr. Presidente, companheiros, se a situação não fosse tão trágica, nós poderíamos entendê-la como de grande comicidade porque a sessão de hoje, guardadas as suas devidas proporções e o respeito que temos pela Casa, pareceu-nos estarmos vendo aquelas dublagens que estamos acostumados a ver no cinema, em que o artista diz uma coisa e o que recebemos de mensagem é outra completamente diferente. Isso se caracteriza muito em programas de humor, como o do Chico Anísio, em que vemos aquele personagem de faroeste dizendo uma coisa e ouvimos outra. Hoje nós fomos completamente tolhidos de discutir qualquer problema aqui. Os representantes do atual Governo do Distrito Federal parecem não ser os mesmos que em ocasiões anteriores, através de divulgação pública — permitam, não lemos jornais todos os dias porque somos profissional liberal — nos trazem cerca de dez, vinte ou trinta notícias. Mas pela nossa pouca leitura de jornais, diariamente, guardadas as proporções, deverão ser centenas ou talvez milhares de pronunciamentos.

Estivemos aqui no princípio da explanação ouvindo atentamente porque viemos em busca de informações, em busca de definições, em busca de vermos refletido neste Governo os nossos anseios, as nossas aspirações, os nossos reclamos; viemos aqui ver os nossos representantes, mas não conseguimos ver as mesmas pessoas.

Perdoe, Sr. Presidente da CAESB, por citá-lo nominalmente. Gostaríamos que V. S.ª, na devida oportunidade, respondesse não só a este pequeno grupo, mas amplamente as nossas indagações. V. S.ª relatou-nos uma situação amplamente democrática, de que o Governo do Distrito Federal não tem a mínima intenção de determinar de cima para baixo qualquer solução que não responda aos anseios da população. Por isso quando S. Ex.ª o Secretário de Serviços Públicos se retirou, enfaticamente pedimos a sua presença porque entendemos, tanto o Secretário como V. S.ª, que são representantes do Governo do Distrito Federal. Se assim não fossem, não haveria a mínima razão de estarmos aqui debatendo coisas que não podem ser debatidas porque para que haja o diálogo é necessário que duas pessoas conversem e não uma.

Do tema abordado especificamente, porque outros milhares de temas poderiam ser abordados, como a violência do Estado, como as violências que estão sendo praticadas contra aqueles que representamos profissionalmente há mais de dez anos; outros temas, como representação política para o Distrito Federal, entendemos que não cabem no momento, dada a restrição da pauta que, sem qualquer desdouro, Sr. Presidente, nos foi imposta e devemos respeitá-la. Portanto, dentro da temática "Lago São Bartolomeu", motivo único da discussão no momento, e temos certeza de que V. Ex.ª abrirá o debate para outras questões, para as quais temos muitos argumentos, porque o povo sempre tem argumento contra um Governo que não lhe agrada, dentro da temática "Lago São Bartolomeu" perguntamos: Sr. William Penido Valle, na edição de 5 de setembro de 1986, contrariamente a toda exposição que V. S.ª fez aqui de que estava aberto o diálogo para a solução do problema d'água, que as alternativas eram válidas, que não havia nenhum estudo feito ainda em termos de viabilidade técnica ou econômica para São Bartolomeu, inclusive o Sr. Secretário que lhe antecedeu disse: nós temos várias medidas a tomar sobre a água. 1 — triplicação do Descoberto; 2 — São Bartolomeu e parou... Não tem mais. Então, V. S.ª nos afirmou que esta decisão do São Bartolomeu deveria ser tomada por determinação do nosso Governador e do Governo do qual o Senhor faz parte, em diálogo com a comunidade. Seriam examinados todos os pontos negativos e positivos da questão. Mas, sexta-feira, 5 de setembro de 1986, o *Correio Braziliense*, página 18 diz:

O Presidente da CAESB, Companhia de Águas e Esgoto de Brasília, William Penido Valle, admitiu ontem uma redução no tamanho do Lago São Bartolomeu e em relação a hipótese com que se trabalhou até agora, mas garantiu que a decisão de construí-lo é irreversível.

Podemos ter diálogo? Podemos discutir um fato que é irreversível para quem determina e toma as decisões

neste Estado? Colocamos à disposição de V. Ex.ª, que deve ter na sua assessoria de imprensa, essa notícia.

Mas esse fato não é aleatório, esporádico. Nós vimos aqui no *Jornal Correio Braziliense*, sexta-feira, 29 de agosto, 30 dias atrás, uma manchete:

“Desapropriação de Rio custará 200 milhões. GDF baixa nos próximos dias, 29 de agosto, decreto para desapropriar área e criar lago São Bartolomeu.”

Vem aqui a notícia no seu contexto e diz:

“O Governo do Distrito Federal nos próximos dias baixará decreto considerando “em regime de desapropriação uma área de 150 km²” da Bacia do São Bartolomeu, onde deverá ser construído o segundo lago de Brasília.”

Outra:

“Novo Lago sai mesmo e tem verba garantida. Serão 10 milhões de cruzados e obras começam em março. O Governador José Aparecido vai destinar 10 milhões do FUNDEF para os estudos preliminares do futuro lago São Bartolomeu. As obras deverão começar até março do próximo ano.”

Projeto de São Bartolomeu começa este mês, 4 de setembro.

A memória de V. S.ª deve ser boa porque o espaço de tempo é curto.

Estudos estão quase concluídos e a CAESB já julga algumas propostas de tomadas de preços.

Com os estudos preliminares encomendados pelo Governador José Aparecido, praticamente concluídos, a CAESB já está julgando as propostas da tomada de preços para elaboração do projeto da barragem de São Bartolomeu, informou, ontem, seu Presidente, William Penido do Vale. Penido disse que o custo do projeto ficará na faixa de 15 milhões de dólares.

Seria mais cansativo se continuasse a ler toda essa manifestação do Sr. William Penido, aqui representando o Sr. Governador do Distrito Federal? Porque, apesar de ter falado tanto, vejo-me na impossibilidade teórica de continuar a falar. Evidentemente, não sei com quem estou discutindo, se com aquele Presidente da CAESB, Dr. William Penido do Vale, que deu essa entrevista, que se manifestou para a população dessa maneira ou se para esse Sr. William Penido do Vale, que aqui se nos apresenta com idéias completamente contrárias. Tendo eu a impressão, particularmente, respondendo pessoalmente por isso, porque apesar de ter certeza que falo em nome da comunidade, tenho a impressão que o Governo do Distrito Federal utilizou-se desta Comissão para tentar fazer demagogia política às vésperas de uma nova eleição (palmas!), não veio aqui com a sinceridade do governante, veio aqui com a falsidade do político (palmas!) e nós da comunidade não aceitamos esse tipo de política. Política é para o povo e não para os políticos.

Sr. Presidente, agradeço o tempo dispensado. Gostaria que V. Ex.ª abrisse novos trabalhos para que pudessemos falar sobre a violência. Num rápido flash ou como disse — perdoe-me Ex.ª, porque sou um pouco desorganizado, e falo aquilo que posso provar. Hoje houve expressões aqui que muito me agradaram, por exemplo, a justificativa de um projeto de amplo interesse social, que teve conotações e frases: — “do ponto de vista plástico” — não entendo. Outra frase que ouvi aqui, que tem uma conotação, se não fosse séria, jocosa — “um flerte realista com um futuro”. São frases que, evidentemente, Ex.ª, o povo não entende e quem está aqui não é o advogado, não é o professor universitário, não é também o técnico em planejamento urbano que está falando, é o povo que ele pretende representar e que sempre representou.

Então, Ex.ª, gostaria que outra Comissão fosse aberta, porque coisas tão importantes como a sobrevivência do ser humano no presente e no futuro devem ser discutidas. (Palmas prolongadas!) O que estamos vendo aqui, abaixo de uma notícia altamente auspiciosa para nós, no *Correio Braziliense*: Senadores vão mediar debate sobre o novo Lago. Sr. Presidente, abaixo dessa notícia,

outra contrária e altamente preocupante — lotes e obras ilegais darão cadeia. O nosso Governo iniciou uma fase nova nos institutos penais brasileiros: não se prende mais o criminoso, mas se prende o cidadão que busca a proteção do Estado. (Palmas) Se aqueles que têm a obrigação de lhe proteger, de lhe garantir a segurança, são os mesmos que violentamente lhe provocam esse malefício, a quem vamos recorrer, Ex.ª Vamos gritar socorro? ladrões? A notícia diz o seguinte, jocosamente, inclusive usa termos que evidentemente não deveriam constar de uma manifestação:

“A partir de agora todo proprietário de lote ou responsável por construção que continuar edificando obra embargada pelo GDF será incurso no art. 330 do Código Penal, preso em flagrante por crime de desobediência e identificado criminalmente.”

Entre parênteses: tocará piano.

Obrigado a todos que me ouviram. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Antes de conceder a palavra ao Dr. William, que vai responder aos comentários e às questões formuladas pelo Dr. Pery, a Presidência dos trabalhos, no intuito de assegurar o diálogo e a oportunidade de um debate democrático, decidiu tomar uma posição que me parece conciliar interesses de todos: é que prorrogará para amanhã, começando na mesma hora, às 10 horas, estes trabalhos, com a oitiva das pessoas que se inscreveram e outras que o desejarem na oportunidade, e isso, naturalmente, concilia interesses de todos.

Em face de um compromisso inadiável para mim com a bancada de meu Estado, que começou ao meio-dia, após a palavra do Dr. William, peço a todos a compreensão de interromper os trabalhos para recomeçarmos amanhã.

Concedo a palavra ao Sr. William Penido Vale.

O SR. WILLIAM PENIDO VALE — Sr. Sérgio, algumas das questões que o senhor levanta merecem reparo, inclusive levando em conta boas definições para orientar os trabalhos de amanhã. Talvez faltassem algumas definições. Peço desculpas a exemplo do que o senhor fez e outros que me precederam, aqui fizeram, de não ter feito nenhuma identificação.

Contrariamente às insinuações que o Sr. sugere, não sou político. Jamais disputei eleição — infelizmente, pois espero ainda ter esse privilégio. Voto apenas. Sou doutor pela Universidade da Pensilvânia nessa área a que o Sr. se referiu, de área urbana; venho trabalhando nos últimos 20 anos no Brasil, fora dos quais 15 em projetos de saneamento em grandes cidades e agora em Brasília. Também sou engenheiro, etc.

O primeiro reparo é a postura a despeito da veemência que o Sr. sugeriu — a impostação e a veemência quase são irmãs gêmeas da virtude e da capacidade do mimetismo que o Sr. inicialmente sugeriu, associado à dublagem de atores em filmes deliciosos de se evocar.

Talvez, então, feita essa ressalva inicial e da maneira mais parcimoniosa possível, nós devêssemos dizer o seguinte, levando em conta agora o interesse do trabalho, filigranas e retórica à parte, interesses de quem tem pouco tempo e muitos problemas para serem discutidos.

Primeiro, o quadro de água do Distrito Federal — não me alonguei nele até por respeito à disponibilidade de tempo — mas, sobre isso nós já temos dados e, sobre esses dados iniciais, que em boa parte de matéria de imprensa se recebe, ele é dramático, coloca em risco condições de vida, aqui, e, uma vez que isso está sendo gravado acho que, houve incúria durante longo período de Governo com relação a essas questões, nós só temos água, hoje, no Distrito Federal, para 1 milhão e 100 mil habitantes e, de certa maneira as ações que agora se deflagram, têm em vista — sobre isso é definitivo — estudos rápidos que deem balanço confiável e que exauram, que examinem todas as alternativas disponíveis.

A afirmação sobre a irreversibilidade do São Bartolomeu foi feita num contexto específico — vou repetir — o Sr. há de convir que, freqüentemente, isso ocorre, e não constitui nem pecado capital, nem erro profissional de quem fala ou de quem registra, está registrado nos Anais. O contexto do São Bartolomeu — e sobre isso já é possível antecipar — em qualquer circunstância em que a população de Brasília venha, nos próximos 15 anos, a atingir marcos além dos 2 e meio a 3 milhões

de habitantes, nesse contexto, é possível afirmar que: “O reservatório de acumulação, chamemo-lo lago, sobre o qual eu não posso especificar que tamanho, forma, na região do Vale do São Bartolomeu, é inevitável”.

Nesse contexto, foi colocado — ao que o Sr. se referiu, em contexto e população superior à faixa dos 2 e meio milhões, e não quero ser responsabilizado se o número adequado, ao final de nossas exposições conclusivas são de 2 milhões e 600 ou 2 milhões e 400; isso não é área para números cabalísticos.

Qualquer expansão demográfica, além desse marco, torna inevitável, ao nosso juízo, à luz da tecnologia disponível, os dados históricos disponíveis para a região, o que se conceitua como qualidade mínima de vida na região, nessas circunstâncias que se venha a ter um reservatório de acumulação, um lago reservatório, na bacia do São Bartolomeu.

O Sr. fez menção a outra observação associada com o Presidente, e, etc., já teria admitido que o lago já seria menor.

Colaborando com o jornalista, no desempenho de sua função profissional, interessado nesse assunto, uma questão foi levantada ao longo de uma conversa longa, cujo registro integral não está no artigo ou na matéria que o Sr. menciona; a quota 925, tão propalada, uma vez que, em torno dessa quota, hipótese de São Bartolomeu, vem sobrevivendo na região desde o início dos anos 60, desde o final de 1950; e a resposta é de que é possível, também antecipar, é a de que, caso venha a ter um lago na região, certamente eu diria; hoje, ele será muito menor do que aquele referido com a quota de 925.

Como, quando, de que formato, e se absolutamente necessário, terá que ser respondido em série e, penso eu, dentro do seguinte cronograma de eventos: primeiro, somente é quase consequência lógica mas acessível a todo cidadão interessado, após uma avaliação hoje, rigorosa, dentro do melhor escrutínio técnico-científico disponível, que levaria da ordem de mais 90 dias, será possível saber o que realmente o Distrito Federal realmente tem; 2 — simultaneamente, com esses estudos que já foram deflagrados, para esses estudos os recursos foram assegurados.

Independente da leitura que o Sr. possa ter promovido, a afirmação aqui é entre aspas: “nós dispomos, agora, pela primeira vez na história da empresa, de recursos para promover um balanço hídrico do Distrito Federal, conclusivo, e rigoroso. Conclusivo, com a perspectiva histórica de quem trabalha com uma década, com uma década e meia. Não estamos falando na perspectiva do ano 2.050. Segundo: depois, a partir desses estudos, e simultâneo com eles, os estudos primários e alternativos se desenvolvem; eles incluem outras bacias fora do Distrito Federal, o Preto, o Sal, etc., que se fazem com recursos inclusive à busca de dados de outras agências de outros Estados e da Federação. Por consequência, os estudos a que o Sr. alude de que recursos já haviam sido garantidos, eu estou identificando aqui, são esses recursos.

Munido desse tipo de dado, que é a área legítima de atuação do Governo, que interessa à comunidade, o Governo irá, dentro do seu escrutínio e do seu cronograma de eventos, colocá-los em debates junto às diferentes agências da sociedade civil.

Não posso precisar, exatamente, qual será o formato disso, apenas já podemos antecipar que isso já começou aqui e agora.

Acredito com isso ter colocado algumas questões que apelam muito à racionalidade que, regra geral, é a vítima primeira em ambientes onde a carga emotiva, a priori, tende a afastar o debate que, realmente, interessa à parcela mais ampla da comunidade ao longo do prazo.

É legítima defesa de interesses de grupos da sociedade, mesmo que minoritários, não há nada de ilegal e ilegítimo.

Pessoalmente acredito — não fui solicitado aqui para externar pontos de vista desse tipo, mas uma vez que algumas proposições do Sr., elas fundaram pela periferia do que eu poderia chamar de deteriorização de perfil pessoal dessa participação, eu faço também uma declaração de fórum privado. Acredito que jamais um projeto desse poderá ou deverá ser levado à frente, se ele

ocorrer, sem restituição legítima dentro da lei maior da terra, que é a Constituição, da Lei Ordinária e tudo mais. Pessoalmente, não participaria de nenhum esquema que não fosse integralmente baseado nesse tipo de premissa.

Uma vez mais acredito que é necessário colocar algumas premissas, saindo daqui não sujeito apenas ao escrutínio dos iniciados, elas contribuíram muito para retornar o grande debate ao centro de realidade, ao invés de permiti-lo permanecer lá longe na auréola de Brahma, onde o romantismo, a importação prevalecem.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Concedo a palavra ao Sr. Benjamim Sequisu, para uma explicação pessoal.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — Antes de encerrar, gostaríamos de dizer que estaremos aqui, amanhã, para continuar o debate; só que foram feitas algumas colocações que não aceitamos e gostaríamos de deixar registrado.

Uma pessoa, numa exposição aqui, colocou que o Governo atual teria alguma coisa a ver com nazista.

Eu faço a defesa do Secretário, realmente, o Secretário de Viação e Obras tem estado à frente da luta contra irregularidades no Distrito Federal e, dentro dessa luta, tem tido um papel heróico e ele tem debatido com a comunidade e não aceita essa expressão nazista, como também não aceito. Aceito que a prancheta do Oscar Niemayer é comunista como foi a pena de Jorge Amado, enquanto escreveu grande parte dos seus livros e o pincel de Cândido Portinari, mas não aceito as expressões que são antidemocráticas como se fossem profanas. Quer dizer, a prancheta do Oscar Niemayer se fosse profana, porque foi dessa prancheta que surgiu a Catedral de Brasília e foi dessa prancheta que saiu o Panteão da Liberdade. (Palmas.)

O SR. NIVALDO MACHADO — Pedindo toda compreensão, suspendo os trabalhos, que amanhã terão continuação aqui nesta mesma sala.

Muito obrigado e até amanhã. (Palmas.)

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

12ª REUNIÃO, ESPECIAL, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1986

Às dez horas do dia vinte e quatro de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Nivaldo Machado, Presidente interino, e o Senador Alaor Coutinho, comparecem também o Dr. Arides Silva Campos, Diretor de Tecnologia Ambiental da CAESB, Dr. Rubens Gorayb, Presidente do Sindicato Rural do DF, Dr. Ney Roldan, Presidente da Associação Rural do DF, Dr. Benjamin Sicsu, Coordenador do Meio Ambiente—COAMA—DF, e Presidentes das Associações Rurais, proprietários de lotes e outras autoridades, reúne-se a Comissão do Distrito Federal em reunião especial.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Nivaldo Machado, declara abertos os trabalhos e convida para fazer parte da Mesa o Dr. Arides Silva Campos, Dr. Rubens Gorayb, Dr. Ney Roldan e o Dr. Benjamin Sicsu. Após a composição da Mesa, o Senhor Presidente esclarece aos presentes que esta reunião, conforme o combinado, retoma os debates ontem interrompidos em consequência do adiantado da hora e de outros compromissos dos participantes deste encontro. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senhor José Pereira dos Santos, Presidente da Associação Nossa Senhora de Fátima, Joselito Correia, Secretário Geral do PMDB—DF, Dr. Ney Roldan, Presidente da Associação dos Moradores Rurais do DF, Dr. Sebastião Bortone, Presidente da Associação de Moradores e Proprietários da Área Rural do DF. Antes de passar a palavra ao próximo debatedor, o Senhor Presidente, Senador Nivaldo Machado, conforme já tinha anunciado, pede desculpas a todos os presentes mas tem que se afastar da reunião para viajar para Pernambuco e solicita do Senador Alaor Coutinho à assumir a Presidência da Mesa e resalta os dotes políticos que este Senador tem como representante do povo baiano. Ao assumir a direção dos

trabalhos, o Senador Alaor Coutinho agradece as palavras de júbilo do seu colega, o Senador Nivaldo Machado, e dá continuidade aos debates passando a palavra ao próximo orador, o Dr. Sérgio Pery, advogado dos condomínios, Dr. Rubens Gorayb, Presidente do Sindicato Rural do DF, Dr. Hélio Sasaki, Presidente da APRALB, Orênio Roque de Mello, proprietário de lotes rurais, Dr. Lauro Campos, prof. da UNB, Dr. Clóvis Ferreira de Moraes, proprietário da Moraes Imóveis Ltda.

Antes de encerrar os debates, o Senhor Presidente, Senador Alaor Coutinho, solicita ao Secretário da Comissão e aos representantes do DF todo o material que foi produzido, para formar um juízo completo sem margem de dúvidas quanto a construção da Barragem do Lago do rio São Bartolomeu, que o mesmo fará um pronunciamento no plenário do Senado Federal sobre o assunto aqui debatido e determina que as notas taquigráficas sejam publicadas em anexo a esta Ata, que seja remetida uma cópia ao Senhor Governador do Distrito Federal, Deputado José Aparecido de Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Secretário da Comissão do Distrito Federal, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Alaor Coutinho.

ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1986, CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO ANTERIOR, REFERENTE AOS PRONUNCIAMENTOS DOS SENADORES NIVALDO MACHADO E ALAOR COUTINHO, MEMBROS DA COMISSÃO, E OS EXPOSITORES DR. ARIDES SILVA CAMPOS, DIRETOR DA CAESB, DR. RUBENS GORAYB, PRESIDENTE DO SINDICATO RURAL DO DF, DR. BENJAMIN SICSU, COORDENADOR DO MEIO AMBIENTE DO GDF E DR. NEY ROLDAN, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RURAIS DE BRASÍLIA, E DEMAIS AUTORIDADES PRESENTES, FEITOS DURANTE A REUNIÃO, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Humberto Lucena

Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista

(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Meus senhores, Minhas senhoras.

Vamos, conforme o combinado, retomar os debates ontem interrompidos, em consequência do adiantado da hora e de outros compromissos dos participantes deste encontro. Tenho a satisfação de convidar para a Mesa, Dr. Ari de Sousa Campos Diretor de Tecnologia Ambiental da CAESB. (Palmas). Dr. Rubens Gorayb, Presidente do Sindicato Rural do DF, Dr. Ney Roldan, e o Dr. Benjamim Sequisu.

Antes de conceder a palavra ao primeiro indagante, quero, em atenção a todos que participam deste encontro, cuja importância não tenho necessidade e nem ninguém tem necessidade de acentuar, uma vez que ele se desenvolve dentro de um contexto democrático, utilizando o processo do diálogo, em respeito a todos que aqui se encontram, que infelizmente não posso continuar até o término dos trabalhos, tenho que me dirigir ao meu Estado, notadamente a minha cidade, Olinda, para a retomada da luta política. Ainda há pouco eu conversava com alguns amigos, sobre o quanto representa de sacrifício uma luta política para aquelas pessoas que vão à rua para um encontro com o povo, com a arma de suas idéias e o suporte de seus propósitos. O que se vê, neste País, infelizmente, é a continuidade corrupção da democracia pela plutocracia, é o dinheiro predominado na conquista dos mandatos, dos mandatos aviltados, dos mandatos de representação, dos mandatos comprados, fazendo do voto uma mercadoria. O voto é o que há de mais importante que se pode acentuar no direito da cidadania. Mas, não desejo trazer para este debate, assunto estranho a ele, apenas para justificar a minha ausência, achei por bem e entendi de fazer estas observações. Nós que não temos dinheiro

para a conquista do mandato temos que dizer: por o pé na rua e preparar as cordas vocais para a conversa, para os debates, a luta pela conquista do povo. Vencida esta etapa de subdesenvolvimento numa sociedade hierarquizada como a brasileira, é que teremos de futuro com outros instrumentos, não apenas o vil metal, a possibilidade da obtenção de um mandato popular. Mandato que deve ser colocado a serviço do povo, exclusivamente, e não ser utilizado para que o mandatário o utilize em benefício próprio. Assim com estas palavras mal alinhavadas, reiniciamos nossos trabalhos, concedendo a palavra ao Sr. José Pereira dos Santos, da Associação Nossa Senhora de Fátima.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS — Meus senhores, bom dia.

Eu sou José Pereira dos Santos, da Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, de Planaltina, DF. Quero fazer as minhas reclamações, porque acho o meu coração sentido de dores do prejuízo da minha comunidade e de outras pessoas sofridas. Já disse para várias autoridades que a comunidade do Bairro de Nossa Senhora de Fátima não está querendo dinheiro, está querendo pagar mais dinheiro, porque o que eles estão reivindicando é uma pequena luz, porque estamos cercados de luz e não temos direito a nada; estamos cercados de água e não temos direito de um pingo de água, a cisterna não tem mais para onde afundar. Já levei até a televisão para mostrar um homem dentro da cisterna e ninguém consegue enxergá-lo. Estou aqui com um abaixo-assinado de setecentas e poucas pessoas para entregar ao Sr. Secretário de Serviços Públicos e ao Sr. Governador José Aparecido. Meu coração está sentido, está magoado, porque nós pedimos a ele esta pequena ligação, ele ligou no Setor Sul e disse que ligava no Bairro Nossa Senhora de Fátima, e até hoje não pude conseguir. Já pedi mais de vinte audiências com o Sr. Governador do Distrito Federal, mas ele, sabendo que eu vou reclamar, vou pedir, não conseguiu audiência. Neste abaixo-assinado, nós estamos dizendo:

“Se é de interesse de todo mundo, não vamos ser contra, mas queremos casa construída.”

Porque eu disse para um amigo da CAESB, Chefe do Gabinete da CAESB — nós estávamos em reunião — que é uma grande injustiça tirar os moradores, proprietários que compraram os lotes, as imobiliárias são legalizadas. Provó, porque estou com toda a documentação aqui. Os moradores também são legalizados, não há invasão naquela localidade, se alguém mora e ainda não quitou o seu lote é por causa da briga com a CAESB. Mas essa briga da CAESB é desculpa, eu posso dizer e afirmar. Porque eles querem fazer essa represa, que vai ocupar uma área pequena, é porque querem abranger o mundo todo. Já falaram lá que eles querem tomar dos pobres para colocar os riscos. Mas eu quero afirmar nisso, eu quero afirmar que se eles querem fazer essa represa para a melhoria dos Srs., guarda as casas dos pobres moradores e pergunta a eles: você quer outra casa, você quer outra moradia ou você quer dinheiro? Mas não, estão querendo é tomar deles e oferecem um lotezinho para eles morarem. É a construção? Eu procurei saber se essa indenização paga a construção. É claro que não. E aí, quem não pode essa construção, como é que vai fazer? Até hoje nunca tive essa solução. Isso é lamentável, gente, é um choro mas com muita razão, porque a gente estava confiado no Governo do PMDB, mas o Governo do PMDB era o melhor da Nova República, era melhor e ia melhorar, todo mundo bateu palmas, soltou foguetes, graças a Deus vamos ter um novo Governo, uma Nova República, vamos ter um PMDB, agora vamos melhorar a situação do bairro Nossa Senhora de Fátima. Mas, do jeito que vai está é entrando na miséria. Ninguém está mais acreditando nas autoridades, não sabem em quem vai acreditar.

Sr. Presidente, estou pedindo a S. Exª. que veja o que pode fazer, encaminhe isso ao Presidente da República para ver se podemos ter uma solução, porque vamos ser desapropriados, mas que tenhamos, ao menos, um lugar certo. Para onde é que vamos? Onde é a casa que vamos morar? Não temos dinheiro para

pagar outra construção. Estou pedindo, pelo amor de Deus, pelo amor da lei que foi criada, que este Governo, não está fazendo nada que preste. Não sou da esquerda, sou filiado ao PMDB mas tudo isso que sinto posso chorar e posso aprovar e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — O documento a que a que V. S^a faz referência será encaminhado às autoridades, e poderá fazê-lo chegar até a Mesa dos Trabalhos.

A Mesa tem a satisfação de conceder a palavra ao Professor David da Costa Azevedo, da UnB.

Não estando presente o Sr. David, concedo a palavra ao Sr. Joselito Corrêa, Secretário-Geral do PMDB.

O SR. JOSELITO CORRÊA — Sr. Presidente e demais componentes da Mesa, Senhoras e Senhores.

Nós que vivemos em Brasília há 23 anos temos percorrido o Distrito Federal na sua totalidade, desde a implantação do nosso partido em 1979, convivendo com as comunidades mais carentes, verificando *in loco* seus problemas mais gritantes e sentimos a necessidade de mudar. E conhecendo muito bem as áreas rurais, principalmente, nesta região onde está-se pretendendo implantar o lago do São Bartolomeu, eu poderia citar, dentre elas, a Agrovila São Sebastião, que era conhecida como o núcleo rural da Papuda. A Agrovila São Sebastião, hoje produz, desde a pecuária à agricultura, mais de 16 olarias produzindo mais de 2 milhões de tijolos mensais, de onde vem tudo isso para a construção de Brasília.

Conhecemos também a região no Vale do Amanhecer que, além de ser uma cidade espiritual, no seu entorno há produção agrícola. Sabemos que toda essa região que está sendo pretendida pelo Governo para sua inundação é de alta produtividade para Brasília e não só para Brasília, a região geoeconômica, e sentimos que os agricultores e as associações de moradores estão preocupados justamente com o que o Governo do Distrito Federal quer fazer.

Acho que o problema é muito complexo, é de grande profundidade, nós precisamos debater, discutir a viabilização da inundação da região. Em primeiro lugar verificar se esse lago que se pretende implantar, se ele está preparado para receber a descarga dos dejetos, dos detritos, dos adubos químicos que são colocados na região, inclusive o próprio Paranoá, a Vila Paranoá que hoje tem mais de quarenta mil pessoas, com todos os seus problemas mais gritantes. É uma cidade que não falta nada, falta tudo. E nós colocamos uma interrogação: será que é viável esse lago?

Nós, do PMDB, que temos uma responsabilidade muito grande, que recebemos uma herança infame, recebemos uma sociedade com todos os tipos de problemas, acho que nós não somos responsáveis pelos erros que estão ainda imperados. E a Nova República é viável, o Governo está se viabilizando, precisa um sacrifício geral de todos os segmentos da sociedade. Agora, o que não se admite é fazer as coisas entre quatro paredes. Nós do PMDB queremos a discussão, a análise profunda dos problemas do Distrito Federal, não aceitamos mais que as coisas sejam feitas como eram antigamente. Hoje, Brasília vive um momento totalmente diferente, nós estamos preparando a fundação de um Poder Legislativo, esse Poder Legislativo que terá a grande responsabilidade de transformar o Distrito Federal, de preparar o Distrito Federal para produzir economicamente, dando condições adequadas de infra-estrutura de base às comunidades mais carentes e o tema que aqui se coloca mais precisamente, que é a barragem do São Bartolomeu, até provar o contrário, nós somos contra a implantação do lago.

Como Secretário-Geral do Partido e como um dos postulantes à Constituinte, acho que todas as cidades-satélites têm o potencial hídrico. É muito mais viável você construir, fornecer água potável em cada cidade-satélite, fazendo um lago, sei lá, qualquer coisa que o valha, do que fazer um grande lago, talvez com interesses que são viáveis perante à comunidade; e o Distrito Federal é muito rico, tem um manancial de água violento. Acho que é muito mais viável fazer isso do que fazer o grande lago. Nós temos, por exemplo, quem vai para Brazlândia, aquele grande lago ali. O que ele recebe, o que aquela água recebe de descargas, o que recebe de adubos químicos que caem ali diariamente,

ninguém calcula e, no entanto, esta água está seguindo para Brasília e você, quando abre as torneiras, verifica o que está acontecendo.

Acho que o Distrito Federal tem que se preparar. Uma cidade que foi preparada para receber 500 mil habitantes e nós estamos na casa de 1 milhão e 800 mil habitantes. Nós sabemos de que há estudos, através da ONU, que o Distrito Federal, no ano 2000 vai receber mais de 4 milhões de habitantes e nós estamos estarecidos, estamos com medo, porque impera no Distrito Federal a degeneração total da sociedade de Brasília. Eu, que moro aqui desde 1963, nunca vi coisas tão gritantes como estou vendo, agora, no Distrito Federal. Precisamos preparar o Distrito Federal para receber essa população. Brasília não é mais o centro de decisões, única e exclusivamente do País, de onde foi projetado pelo saudoso JK, com toda a sua equipe, e desde antes da vinda dos Bandeirantes que localizaram o Planalto Central para ser o centro das decisões do País. Se fosse realmente, se se contesse, naquela época, da forma que foi projetada, para 500 mil habitantes, tudo bem. Então, aqui não teria miséria, mas ninguém conseguiu conter Brasília que incha instante a instante. Toda a população, em torno da região geoeconômica, procura Brasília, não vai para a Capital do Estado, que é Goiás, ou Minas Gerais. E aqui estamos todos sofrendo, pois Brasília não é mais aquilo para que foi criada. Então, temos que estudar a viabilização da extensão geográfica do Distrito Federal, trazendo esses municípios para o Distrito Federal, incorporando-os ao DF e criando uma Constituição para Brasília, pois não pode mais viver sob a égide de uma Lei Orgânica. Sabemos que a Comissão do Distrito Federal, que os companheiros do PMDB e demais Parlamentares que a compõem têm grande espírito público, querem atender ao Distrito Federal. Mas as suas obrigações para com seus Estados são tão grandes que não há tempo suficiente — o nobre Presidente sabe disso — visto que não dão conta nem de resolver os problemas dos seus Estados, quanto mais do Distrito Federal, que é também um Estado, e há de convir conosco, um grande Estado. E o que precisamos dar ao Distrito Federal são condições adequadas da sua independência e autonomia política, não só agora, quando vamos entrar para a Constituinte, e quando estamos imbuídos com esse espírito público, com esse espírito de compromisso social com a população de Brasília. Sabemos que o potencial hídrico atual de Brasília não é suficiente. Já estamos sentindo falta d'água em vários pontos das cidades satélites. A população do Paranoá não tem água, lá, tem só três chafarizes, com filas onde ocorrem brigas, facadas, todo o tipo de coisas desse gênero. Então, esse estado de coisas não pode continuar, distante cerca de 20 quilômetros do Palácio da Alvorada. Não só lá, como em plena QI-15, ao lado da Península dos Ministros, onde há 200 famílias morando em total promiscuidade. Temos, nos fundos do CEUB, Nova União num estado calamitoso, temos a Vila Planalto, onde, em cada barraco, moram 10 famílias e não há água e o esgoto correndo à frente dos barracos; temos a Vila dos Parafusos totalmente numa situação calamitosa; temos o Areal, Boca do Lixo, Boca da Mata, todas em situação precária. Não podemos deixar que isso perdure, esse pessoal todo não tem água. Na Ceilândia falta água, em vários pontos da cidade, em Brazlândia a água não presta. Então, Brasília tem que preparar urgentemente um fornecimento maior de água potável. Ainda mais que vamos receber essa população dentro em breve. E aí é que estamos preocupados. E o que nós temos que fazer, nós, aqueles que postulamos a Constituição, aqueles que estão se colocando à frente de um programa de Governo, nós que estamos preparando um programa de Governo para o DF desde 1979, para enfrentar o Governo e mesmo tomá-lo em 1988, através do voto direto e secreto? Queremos, realmente, dirigir o Distrito Federal, por quê? Porque conhecemos todos os seus problemas sociais, todos os problemas mais gritantes conhecemos *in loco*, de perto, desde o Norte ao Sul, do Leste ao oeste. Conhecemos os núcleos rurais, sabemos a capacidade, o potencial de produção agrícola e agropecuária do DF. O que o Distrito Federal precisa realmente é desenvolver o seu cinturão verde, é implantar indústrias em todas as cidades satélites, para gerar emprego, gerar economia, balançar a economia, levantar a economia, levantar o potencial da cidade, dar condições de sobrevivência às populações. Esta-

mos imbuídos desse espírito, não com espírito de promessas. E o PMDB tem esse compromisso, que foi o partido da existência democrática, que lutou para mudar esse estado de coisas. E nós conseguimos, através dos grandes brasileiros como Juscelino, Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, conseguimos mudar. Aqueles que aí estão, os lobos vestidos de cordeiros, não têm compromisso com a sociedade e sabemos que há muito lobo, mostrando-se como cordeiro, e que não tem compromisso social. Só querem aproveitar-se do estado de calamidade, do estado de fragilidade da população mais pobre para se autobeneficiar. Mas, isso não vai acontecer conosco, pois o compromisso do PMDB é com a sociedade: queremos um Governo democrático para Brasília.

Quem leu o *Correio Braziliense*, de ontem, viu a nossa entrevista, onde falávamos dos problemas do Distrito Federal. Esse Governo que ainda aí está é fruto de um preceito constitucional. Eu, realmente, faço questão de fazer uma explanação dessa natureza, não só me atendo ao problema do São Bartolomeu, mas para mostrar que tudo isso depende realmente do potencial hídrico, ao qual frisei bastante. Mas é bom salientar mais isso que é para o Presidente da Comissão, talvez, possa até conhecer esses problemas, mas mostrar que, além do potencial do problema da água, isso tudo é uma consequência social. Então, nós queremos realmente deixar patente aqui a posição do PMDB, porque tem companheiros do PMDB que, às vezes, não entendem a situação que nós vivemos atualmente. Uma mal-fadada Aliança Democrática que não existe. Então, nós não somos responsáveis pela irresponsabilidade dos homens que se dizem públicos e que não são. Então, nós queremos deixar realmente bem patente a posição do PMDB, a posição nossa, como Secretário-Geral do Partido, e a nossa responsabilidade. E o que nós queremos realmente é a viabilização da implantação da água potável para Brasília, para todas as cidades-satélites e principalmente para as cidades-satélites. Porque só se fala no Plano Piloto, os problemas do Plano Piloto. O Plano Piloto não tem mais problemas. O Plano Piloto não precisa mais de nada. Quem precisa são as cidades-satélites, colocar água. Agora, eu sou contra, até que provem o contrário, a viabilização da barragem do São Bartolomeu. Eu sou contra, pessoalmente e como Secretário-Geral do Partido. O Partido também não tem condições de dar apoio à implantação de um lago desses, sem discutir com as populações, sem discutir com essa região toda, que é altamente produtiva. Se você for andar em Sobradinho dos Mellos, toda aquela região ali é altamente produtiva e de grande valor, terras produtivas. Então, não é querer colocar um lago, para chegar de repente e colocar "n" famílias, mais de 20 mil famílias. Para onde vão levar essas famílias, se não têm habitação, se não têm casas? Dizem que não há recurso financeiro. E o que nós vamos fazer? Vamos chegar e implantar água? ... Eu tenho companheiros aqui, companheiros que compõem o Governo do Distrito Federal, como o companheiro Benjamim, que é um estudioso do assunto, que sabem disso. Que há mananciais d'água em cada cidade-satélite, no subso, que têm condições de viabilização para o abastecimento de cada cidade-satélite, sem implantar inclusive o São Bartolomeu.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado. Faz soar as campainhas.)

O SR. JOSELITO CORREIA — Eu vou terminar, Sr. Presidente, e pediria a benevolência de V. Ex.ª

Temos aqui estudos já em vários jornais, que foram editados no jornal *Correio Braziliense*. Aqui não diz nem a data. Mas os técnicos do GDF fazem críticas e está aqui a testemunha. Agora, se realmente quem manda, quem tem força para determinar o Governo, se realmente for implantar o lago — conversando com os companheiros da Agrovila São Sebastião e de moradores daquela região —, poderia fazer também, não dentro da quota máxima de 925, na altitude, em relação ao nível do mar e sim numa quota mínima que não inundaria essa região. Poder-se-ia fazer também dessa forma. E o Governo arcando com as responsabilidades da poluição da água, porque vai ser poluída. Por que, onde ele vai colocar o Paranoá? Porque ninguém quer sair do Paranoá. O Paranoá tem um projeto de assenta-

mento lá na mesa do GDF. E nós queremos que a solução saia urgentemente, para a urbanização do Paranoá. Então, tem que verificar tudo isso, pois, fazendo dessa forma, talvez a população possa até aceitar, fazendo abaixo da quota máxima que está sendo colocada. Então, para concluir, Sr. Presidente, a nossa contribuição do PMDB é deixar bem claro e patente que nós não concordamos com determinadas normas de administração que o Governo do Distrito Federal conduz, em se tratando do São Bartolomeu. Nós queremos uma administração participativa, ouvindo todo o segmento da sociedade, a fim de que possamos minimizar e resolver os problemas sociais que todos nós enfrentamos e que Brasília enfrenta. Essa é minha contribuição para a fundação do São Bartolomeu e muito obrigado a todos que me ouviram. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A Mesa deseja dar melhor ordem aos trabalhos, para que aproveitemos o tempo que não é muito grande. São 11 horas e há 8 oradores inscritos. A Presidência pede a compreensão e pede às pessoas que se atenham rigorosamente ao assunto, objeto dessa reunião, pois isso aqui é para o proveito de todos. É natural que haja extrapolações.

Mas, o que estamos discutindo aqui é o problema do Lago, com o objetivo de promover uma questão importante para a cidade que é o abastecimento de água, ressaltando, também, direitos que interferem nesse ponto.

De forma que eu desejaria limitar o tempo a 10 minutos, porque 8 são 80 minutos, praticamente hora e meia, 11 horas, 12 e 30, quer dizer, existe a perspectiva de que termine às 12 e 30 ou uma hora da tarde. De modo que dou a palavra ao seguinte orador, fazendo essa observação, para a qual peço a compreensão de todos.

Concedo a palavra ao Dr. Ney Ruldán, Presidente de Moradores Rurais.

O SR. NEY RULDAN — Sr. Presidente, meus amigos:

Quero comunicar aos senhores que hoje, pela manhã, fui convidado a comparecer à Rádio Nacional para um debate com o Sr. Secretário de Viação e Obras e o Sr. Secretário não compareceu. Depois de 15 minutos de luta com os repórteres, conseguiram que ele entrasse na linha, no telefone.

Repetir o que o Secretário disse é perder tempo. Continua com o mesmo pensamento, inclusive, disse apenas que nós não somos patriotas, porque não estamos pensando na população do ano 2.000. Eu disse a ele que ele nos condenou à morte e tirou o remédio, que hoje existe em Brasília gente, gente que este Governo está matando aos poucos, gente que este Governo não respeita mais e, entre outras coisas, disse a ele que ele deveria ter dignidade e hombridade de comparecer a este debate, para que ouvisse pessoalmente aquilo que temos a dizer há um ano e pouco e que não deram oportunidade para que disséssemos. Felizmente, eu considero vitoriosa essa iniciativa desse debate público em função do Lago São Bartolomeu.

Sr. Presidente, peço encarecidamente a V. Ex. que, quando seja extraído o documento desses debates, que se pergunte ao Sr. Governador o que S. Ex. pretende fazer com os nossos terrenos. Não somos impatriotas; é uma questão de sobrevivência. Ninguém aqui é marginal, ninguém aqui invadiu terra de ninguém. Todos nós temos as nossas escrituras registradas em cartório; como manda a lei. Será que o Governo passado não era legítimo? E este é legítimo, sendo nomeado da mesma maneira que foi o do passado? Então, Sr. Presidente, podemos deixar de pagar a nossa dívida externa, porque, também, não foi com o nosso aval que ela aí está.

Precisamos saber, exigimos uma definição urgente do Governo, que ele diga o que será feito dos nossos terrenos. Não a iniciativa, a solução dada pelo Governo de que vai encher o lago primeiro para depois discutir. Isso não aceitamos, não vamos aceitar isso em hipótese alguma. Vamos partir daqui, deste debate, para uma briga, uma briga séria mesmo, contra o Governo do Distrito Federal.

Conto e tenho a certeza de que vou contar com o apoio de todos aqueles que estão sofrendo esse problema, essa indignidade, essa falta de respeito. O Sr. Go-

vernador é prepotente mesmo, porque eu me lembro, perfeitamente, e não faz muito tempo, logo que iniciou esse problema e que eu gostaria de passar às mãos de V. Ex.º um dossiê, que nós chamamos de "Dossiê Só-Frango" e que foi jogado dentro do Governo do Distrito Federal — e pasmem — todas as medidas para solucionar e acabar com os condomínios da área rural foram copiadas. Daí, Sr. Presidente, são em número de seis itens, dando as soluções para acabar definitivamente com os condomínios na área rural. Sr. Presidente, esses debates deveriam ter mais dias, porque muita coisa nós temos a revelar. Nós não aguentamos mais esse Governo que aí está. Nós estamos com esse Governo atravessado na garganta, porque um Governo que engana o povo é um Governo que não diz a verdade, é um Governo que se deixou levar por problemas domésticos, por brigas domésticas, e nós não vamos permitir isto. Estão nos enganando e estão enganando a população, querendo até fazer uma comção popular contra nós. Mentira, porque Brasília não depende desse lago para o seu abastecimento. Isto será, sim, um incentivo para a migração — isto é outra mentira. Isto vem provar que, realmente, a reforma agrária não vai sair neste País como deveria sair, porque quem imigra para Brasília não quer vir para cá, ele quer ficar lá na terra dele. É preciso que haja honestidade, uma honestidade ampla neste País e que haja o assentamento, sim, de cada um no seu local e não é vir para Brasília. Brasília não tem capacidade para ter 10 milhões e nem 4 milhões de habitantes. Isto será um incentivo, E, Sr. Presidente, assistimos, há pouco dias, o Sr. Governador mandar soltar um grupo de marginais — soltou um grupo de marginais. O Sr. saber por que, Sr. Presidente? Para abrir vaga para esse homens honrados que aqui estão e que estão construindo casas nos seus terrenos e que tem as suas escrituras. Foi para isto que ele mandou soltar, porque lá um decreto do Sr. Governador mandando prender esses chefes de famílias, que não têm mais aonde morar, pessoas aposentadas que não têm mais como começar a sua vida e que gastaram tudo o que tinham para construir a sua residência na área rural, para dar um pouco de conforto à sua família, sem pedir absolutamente nada ao Governo, porque o Governo, na área rural, não faz nada. Tudo ali é regimento pago por nós S. Ex.º abriu vagas na Papuda, Sr. Presidente, paga colocar esses chefes de famílias que aqui estão. Se algum dos Srs. construir no seu terreno, o Senhor será preso — e sabe disso.

Sr. Presidente, peço que a Comissão do Distrito Federal assumira a sua posição, assumira de verdade, Sr. Presidente, porque nós vamos brigar até o último instante. Nós não vamos mais admitir que esse Governo faça de nós o que ele está fazendo. Um homem só comandando e todos os outros batendo a cabeça. Não vamos mais permitir isso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Concedo a palavra, a seguir, ao Dr. Sebastião Bortoni, Presidente da AMPARO.

O SR. SEBASTIÃO BORTONI — Nobre Senador Nivaldo Machado, permita-me, um adendo ao discurso de abertura de V. Ex.º. Também, como V. Ex.º, eu estou a cata de votos, passo a passo e porta a porta e estou deixando aos meus eleitores uma mensagem: o voto começa como ca. de fiança e termina como carta de cobrança. Ao meu caro Benjamin Sison quero fazer quatro colocações.

Meu caro Benjamin, em 1973, eu fiz uma matéria para o *Jornal de Brasília*, quando eu era jornalista, sobre o Descoberto. Ainda passei pelo túnel, porque estava em construção e, depois, foi inundada. Um Engenheiro, naquela época, — 1973 — deixou uma preocupação: se nós sugarmos muita água da represa do Descoberto, vai faltar água para o vale subsequente à lâmina. Essa a primeira colocação.

Segundo, no alto do Posto Colorado, entre Brasília e Sobradinho, naquela elevação — e faço a pergunta: — caberia ali uma caixa d'água ou uma estação de tratamento com três ou quatro poços, não semi-artesianos, mas artesianos mesmo para poder alimentar, por queda livre, a custo zero, o Lago Norte, o Lago Sul e o Aeroporto?

Terceira colocação: Águas Emendadas, se nós fizermos uma represa ao norte de Águas Emendadas, inver-

tendo o fluxo da água para o sul, ela não alimentaria também a custo zero, por queda livre de gravidade, a cidade de Brasília?

Quarta colocação: seria viável canalizar o Itiquira para também alimentar Brasília?

Gostaria de ouvir a sua resposta, porque cada vez que você fala e cada vez que o ouço e uma homenagem que presto a mim mesmo.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — Muito obrigado pelas palavras, Sebastião.

Na realidade, invertendo a resposta da última para a primeira, a engenharia é uma ciência que visa a resolver os desafios técnicos necessários ao desenvolvimento social. É possível, tecnologicamente — e já vi projetos, por exemplo, no Clube de Engenharia do Rio —, é possível através de zeplins se pegar estruturas dos icebergs do Pólo Ártico e trazê-los para qualquer lugar do mundo. É possível canalizar a água do Amazonas e através de milhares de bombeamentos trazer água. Logicamente, todas essas possibilidades têm que ser discutidas vis-à-vis com as outras necessidades da sociedade e as suas exequiidades.

Essa proposta que foi colocada, de canalizar a água de Itiquira e trazer para cá, eu acho que uma proposta que deve ser analisada em vista das alternativas. Agora, a mim não me parece muito coerente.

O SR. — E nem a custo zero.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — A mim não me parece tão coerente dada a distância das águas de Itiquira e dada a disponibilidade hídrica que temos bem mais próxima do Distrito Federal. Temos o São Bartolomeu, o Rio Preto, a Bacia do Maranhão, a Bacia da Saia Velha. Ou seja, uma série de hipóteses de trabalho para serem estudadas antes de pensarmos em canalizar as águas de Itiquira e trazer para cá. Mesmo porque, provavelmente, essa canalização também iria interferir num belo patrimônio natural e cultural que existe, que é a cachoeira de Itiquira, e então, pensando em fazer um bem, acabaríamos fazendo um mal.

Justamente por isso é que se discute a questão do São Bartolomeu. Essa discussão é necessária, dado que sabemos algumas coisas. Primeiro: que é necessário mais água para viabilizar as necessidades da população, no seu crescimento constante, porque nós não sabemos quando Brasília vai ter seus 4 ou 5 milhões de habitantes, mas, algum dia, nessa região, nesse quadrilátero ou um pouco mais, vai morar aqui uma população desse tamanho e que precisará ser abastecida de água. Logicamente, essa população vai ter que comer, vai ter que estudar, terá problema de saúde, e uma série de necessidades. Então, essa compatibilização de todas essas necessidades é que leva à discussão das obras em si. Por isso que existe o Poder Legislativo, fundamentalmente, pois é ele que aprova o Orçamento Nacional, e dá a hierarquização das prioridades nacionais. Isso decorre até os Estados.

Então, pessoalmente, não acredito na obra de canalizar o Itiquira. Águas Emendadas, também é um patrimônio da humanidade. Águas Emendadas é o único acidente geográfico do mundo onde há um afloramento de água de duas bacias. Há vários locais do mundo onde há um divisor de água de mais de duas bacias. Nas proximidades de Águas Emendadas nós temos um divisor de água de três bacias. Agora, um afloramento no mesmo ponto geográfico, de mais de duas bacias, só ocorre no mundo em Águas Emendadas. Por isso ela é considerada, até a nível da UNESCO, como um patrimônio cultural da humanidade. É tão importante que esse afloramento é um canal de passagem da fauna e da flora de uma bacia para outra. Então, a fauna e a flora da Bacia Amazônica passam para a Bacia do Prata via Águas Emendadas. Talvez este seja o motivo que vários quelônios, tartarugas foram encontrados na região das Águas Emendadas, migrando da Bacia Amazônica para a Bacia do Prata.

Tivemos a felicidade, eu e um grupo de pesquisadores, há mais ou menos uns 40 dias, nas pesquisas constantes que fazemos às Águas Emendadas, de conseguir filmar uma águia cinzenta, que é a maior ave já observada no Distrito Federal. A importância disso é que todo o estudo da fauna e da flora se baseia em tentar descobrir, na cadeia alimentar, os animais de

maior porte, porque a partir disso se consegue aumentar o número de espécies existentes. E foi observada aqui uma espécie de águia cinzenta, logicamente, migrando da Bacia Amazônica para algum lugar e foi observada nas Águas Emendadas.

Então, creio que nas Águas Emendadas e até com a decisão deste Governo atual que a gente louva demais, deve assegurar-se a desapropriação, pois ela é um patrimônio mundial, a integridade do seu patrimônio, o povo de Brasília tem que preservar para o resto do Brasil e para o resto do mundo, é um patrimônio extremamente importante. Acredito, também, que qualquer projeto que venha a interferir nas condições do ecossistema das Águas Emendadas seria altamente inviável, porque ele é o único do mundo. E nós não temos onde fazê-lo.

Com relação à pergunta "se pode ser feito um poço artesiano e uma caixa d'água nas imediações do Posto Colorado, para abastecer o Lago Norte, o Lago Sul e o Aeroporto", na verdade, estamos propondo constantemente a utilização dos lençóis subterrâneos, por dois motivos: pela qualidade e pela quantidade. Pela qualidade, a nossa afirmativa em tese é que o controle da poluição superficial, hoje, está tão complexo que tem levado o mundo, cada vez mais, a ver essa característica geomorfológica de que nós temos reservatórios naturais. Da exploração de reservatórios naturais, que em muitos casos ainda depende da solução da engenharia, tem partido uma solução um pouco mais barata para não ter que controlar as poluições superficiais; ainda mais, quem consome água em grande quantidade superficial é a agricultura, e cada vez mais. Por isso que os planos de irrigação têm gerado conflito em todo o Brasil.

Ontem, saindo desta Comissão, estivemos em discussão, até às 21 horas, com os representantes do Brasil inteiro nessa questão de recursos hídricos integrados, pois o que está ocorrendo no Brasil é que quando se avança com a agricultura — e a água é necessária para a agricultura — esta, pelas suas altíssimas quantidades, acaba conflitando os agricultores com relação ao uso da água.

Então, a gente tem sugerido a tese dos poços artesanais, que aliás têm sido instalados em Brasília. Essa questão de ser poço semi-artesiano, ou poço artesiano, de ser lençol freático, eu já fiz uma consideração inicial de que para nós, ecólogos, a água existe na natureza sob várias formas: as águas meteoricas, que hoje são fundamentais para o Nordeste, que vêm das nuvens como as águas superficiais, as águas subterrâneas, elas pertencem ao mesmo ciclo hidrológico. Das águas subterrâneas, como os seus afloramentos, com os seus deflúvios de bacia que a gente acaba tendo a perenidade dos rios ao longo do Brasil.

Bom, o Lago Norte já foi abastecido pela utilização do Córrego do Bananal, e esse Córrego do Bananal já foi utilizado em outras épocas e pode voltar a ser utilizado. Havia em 1970 capacidade de pequenos mananciais, que eram maiores que os de hoje, alguns foram desativados, outros diminuíram de vazão; a vazão dos pequenos mananciais diminuiu pelo uso indiscriminado do solo, problemas de loteamento — acho que essa questão de loteamento tem que ser discutida com calma, não concordo com muitas afirmações que têm sido feitas, acho que realmente há uma série de problemas de loteamentos irregulares na região de São Bartolomeu e em Brasília, nem todos são irregulares, mas há vários irregulares, tem que separar o joio do trigo, temos que separar o que é realmente exploração agrícola, que está produzindo, quem são os produtores, quem está fazendo realmente o uso social da terra, conforme a Constituição assegura; temos que separar as pessoas que estão se beneficiando e as que se beneficiaram de retiradas de decretos de desapropriação, em outras épocas, que compraram pedaços de água, que de repente viraram pedaços de terra bastante valorizada. Temos que separar o joio do trigo. Nós, do Governo, vamos continuar nos esforçando para não prejudicar os de boa fé, os que realmente têm plantado e desenvolvido a agricultura, e precisam ser incentivados, porque se não tivermos uma agricultura desenvolvida, não teremos um país desenvolvido, precisamos separar aqueles que devem ser levados às barras dos tribunais, para responderem sobre as ilegalidades que cometeram como, por exem-

plo, quem está parcelando lotes de dois em dois hectares, quem está fazendo certos condomínios em lotes de 300 m², 400 m², pois irão, sem dúvida, ser levados à justiça pelas irregularidades que estão cometendo.

Em relação à questão do Colorado, voltando à resposta, não tenho uma resposta precisa, porque naquela chapada que existe ali há bastante água subterrânea. Se essa água vai ser suficiente para abastecer todo o Lago Norte, Lago Sul e a região do Aeroporto, só os estudos hidrológicos, que estão sendo feitos, vão informar. O que podemos dizer é que vamos realizar esses estudos, que são importantes.

O SR. SEBASTIÃO BERTONI — Mas, a idéia é válida, não?

O SR. BENJAMIM SEQUISU — A idéia é altamente válida, ainda mais porque nessa região, como o companheiro Josélito citou, há inúmeras olarias que são abastecidas por poços subterrâneos. Várias agroindústrias que existem nas redondezas são abastecidas por poços subterrâneos. Quer dizer, usar poço subterrâneo nessa região não é novidade.

O SR. SEBASTIÃO BERTONI — Mas você há de convir que é inviável. Vocês mesmos dizem que é inviável a implantação do lago.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — Não voltando à resposta objetiva, gostei muito do Sebastião, que está invertendo a discussão de agora para propor perguntas concretas e objetivas.

O SR. JOSÉLITO CORREIA — Aproveitando a oportunidade, eu gostaria de saber, porque ontem, na discussão, ficou no ar, a posição do Governo: se realmente vai implantar o lago ou não vai implantar, porque no documento que tenho em mãos os técnicos do GDF fazem críticas à implantação do lago. Aproveitando a oportunidade, eu gostaria que vocês nos dessem a posição do Governo, que é importante para o PMDB.

O SR. SEBASTIÃO BERTONI — O nosso problema é procurar novas perspectivas. Não é só lutar para não implantar o lago, porque dizer "não faz o lago", o Governo vai perguntar: vamos fazer o quê? Vamos procurar novos mananciais.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — Voltando à resposta, falar em poço subterrâneo não é falar novidade, a poço subterrâneo: Mossoró, Londrinha, etc... Temos um equilíbrio no Brasil Central, Botucatu, que nasce na região do Brasil Central, desce no eixo Uberaba-Uberlândia e vai até Londrina, que, calcula-se talvez tenha um volume de água superior ao rio Amazonas. Isso não é novidade, porque grande parte d'água doce de todo o Planalto está subterrâneo. A resposta objetiva é que se tem de partir de um estudo. Se essas obras subterrâneas são suficientes para abastecer todo o Lago Norte, todo o Lago Sul e todo o Aeroporto, só um estudo mais preciso poderá informar. O que podemos afirmar é que aquela região da Chapada é pródiga em águas subterrâneas; tanto é pródiga em águas subterrâneas que elas afloram e mantêm perenes vários afluentes do São Bartolomeu, que nasce naquela região. Aliás, esses estudos são simples, porque se começa observando de onde vem a perenidade desses rios, onde são as bacias de deflúvios desses rios, se eles se mantêm perenes todo o ano e se são dessa bacia. Acho que é viável se pensar nisso, mas a resposta objetiva eu não teria.

Sobre o Descoberto, realmente, a Bacia do Descoberto foi bastante invadida, mas uma questão das invasões, foi invadida tanto pelo lado de Brasília, quanto pelo lado de Goiás. Hoje, temos pouca quantidade de vegetação preservada.

O SR. — Permita-me. A invasão pelo Distrito Federal foi do próprio Governo; foi o Governo, quem fez a divisão da terra, do lado de Goiás, eu não sei. Daqui para lá foi o Governo que fez.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — Ela foi invadida. Do lado de Goiás, a Fundação Zoológica tem uns assentamentos que, na verdade, eram uns assentamentos do INCRA, mas eu quero dizer o seguinte: ela

foi invadida, ela está com problema de poluição, mas a poluição não atinge a qualidade da água, pois a água que vem de lá está dentro dos padrões de qualidade para o abastecimento da população...

O SR. — A própria cidade do Descoberto tem a saída para o lago; então o esgoto vai também.

O SR. BENJAMIM SEQUISU — A cidade do Descoberto é outro assunto. Você fez a pergunta sobre a Bacia do Descoberto. No rio Descoberto tem uma barragem, há uma armazenagem de água com uma captação e uma proposta de tripulação de uma adutora para trazer água para Brasília, está certo que iria abastecer as regiões de Samambaia, Taguatinga, Ceilândia, Gama, e uma boa parte do Plano Piloto, logicamente a dar descarga dessa água continua o Descoberto abaixo, o esgoto de Taguatinga e Ceilândia é jogado in natura, voltando para o Descoberto; há projeto de tratamento de esgoto. Aliás, o esgoto é o maior problema nacional, em matéria de poluição.

Todos os Estados se debatem com o lançamento de esgoto nos rios. Isso realmente é uma tristeza, ao invés de se jogar o esgoto na terra, começamos a jogar o esgoto nos corpos d'água, e teria sido a melhor solução cada vez mais se jogar esgoto na terra para melhor a qualidade dessa terra...

O SR. — Permita-me, mas que não deixe como no Guará, solto no ar, com aquele cheirinho que ninguém aguenta!

O SR. BENJAMIM SEQUISU — São problemas complexos.

A região do Descoberto é uma grande bacia. E o que a gente tem colocado é o seguinte: se a cidade for crescer para o eixo de Taguatinga, Ceilândia, Gama, Samambaia, como está crescendo, temos que partir para analisar propostas alternativas para abastecer Brasília, com alguns mananciais até fora do quadrilátero atual. Bom, isso é sobre o Descoberto. Acho que o Descoberto é um ótimo debate, daria vários dias de debate. Santo Antônio do Descoberto é um problema, Brasília é outro. Esses problemas estão integrados. A solução da Bacia do Descoberto só vai ser atingida com uma ação conjunta de Brasília com Goiás, porque é um rio divisor, nós temos o problema, temos de trabalhar nele em conjunto para resolver o problema de água etc. Agora, o grande problema do Descoberto, na minha maneira de ver, continua sendo as invasões dos loteamentos que são feitos nas suas beiras. E esses loteamentos, muitos deles, chegam até a beira com o uso de agrotóxico, comprometendo a qualidade da água e trazendo problemas que nos fazem investir dinheiro para despoluir a água. Então, é um problema sério.

Sobre o Lago São Bartolomeu, se vai ser feito ou não; eu acho que estou jogando essa discussão ao seguinte enfoque: existe uma lei no Brasil, a Resolução CONAMA n.º 001, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que exige que toda obra de grande porte tenha uma regulamentação, e um relatório de impacto ambiental, feito pelo órgão que vai fazer a obra, aprovado pelo órgão ambiental do Estado, e as entidades do meio-ambiente e a sociedade civil têm acesso a esses relatórios. Podem solicitar, podem pleitear esses relatórios. O Governo atual tem cumprido a lei em todos os seus níveis, vai continuar cumprindo a lei, não só este Governo como todos os outros. E quando o Governo não cumprir a lei, compete ao cidadão entrar na Justiça, porque o Governo não está cumprindo a lei, mas não no discurso, e sim na ação, porque se há alguém que acha que o Governo agiu errado, em relação a algum fato, que entre na Justiça, que é o foro adequado para a solução desses problemas, e que entre com uma ação contra o Governo para incriminar o que não foi feito corretamente. Mas, com ação e sem discurso. Agora, o Governo vai cumprir a lei. E como é uma obra do Governo, ele vai apresentar os relatórios, vai apresentar os seus estudos, se a obra foi feita ela estará amparada por estudos. Esses estudos vão ser analisados. A sociedade está debatendo...

O SR. — V. Ex.ª me permite? Só para acrescentar uma observação. O estudo vem lá do GDF. Vou ler só um parágrafo, só um pedacinho. "Ocorre que a maior parte das águas do São Bartolomeu virá da Bacia do

Paranoá, inclusive o Lago." Cerca de quatorze metros cúbicos por segundo de água poluída, por detritos residenciais lançados sem tratamento e por grande quantidade de agrotóxicos. "Foi o que havia dito antes. Aqui vai mais." Ao contrário do que argumentam os defensores do Lago, o Paranoá, que fica na Cota Mil, desaguará, inevitavelmente, no São Bartolomeu que será construído na Cota 925. Então, você, um companheiro que conhece bem o Distrito Federal, seus problemas, percebe que um negócio desse é inviável. Volto à tese anterior, inclusive, acho que até você defende isso: cada cidade satélite possui lençóis d'água que podem ser abastecidos dentro de um estudo técnico, viável, com profundidade, e ouvindo a população, as pessoas que conhecem e que moram nas cidades satélites há muitos anos. Não pode ser feita a coisa aleatoriamente, o Governo decidir entre 4 paredes porque a lei determina que tem que ser feito. Será que é o interesse social que vai resolver o problema social ou vamos criar problemas mais agudos? Essas são minhas observações.

O SR. — Então, voltando à resposta. Na verdade, acho que essa obra vai ser analisada, vai ser estudada, a sociedade vai ter o direito, está fazendo isso, iniciando isso, na semana que vem haverá um debate na UnB, sobre o problema do Lago, num nível mais técnico, e que vai continuar sendo aprofundado. Vejam bem, todas as discussões técnicas são políticas, e todas as políticas são técnicas, não existe essa dicotomia, a sociedade está discutindo, deve aproveitar esses espaços, discutir e aprofundar essas coisas.

Preparamos um estudo que vamos trazer à sociedade e que, infelizmente, não posso entregar hoje, pois é ainda inédito, apresentei para o IV Encontro Nacional dos Engenheiros que vai ser aberto dia 29, 30, estamos realizando os Engenheiros do Brasil, o IV Encontro Nacional dos Engenheiros e no qual apresentei um trabalho que é a reciclagem de descentralização, porque depois, logicamente, a partir do dia 30, quando ele deixar de ser inédito, vou divulgá-lo à sociedade brasileira. Nesse trabalho a gente defende uma tese que cada vez mais o mundo precisa pensar na descentralização e reciclagem, reciclar seus recursos, sou adepto, em vários lugares do mundo já existe isso, que as cidades vão beber água reciclada, ou seja, muitas vezes do esgoto, você então passa ao tratamento do esgoto e reutiliza essa água, por exemplo, nem que seja para a água que vai irrigar os jardins ou que vai fazer a limpeza pública, é um projeto, uma tese viável, essa reciclagem é cada vez maior pela insuficiência, pela falta de recursos ambientais e pelas distâncias que ocorre e a descentralização que é até uma política geral. Então, na política de descentralização, os ecólogos, em geral, e eu como tanto também adiro, diz-se que é melhor pelo volume maior de pequenas obras do que uma grande obra.

Nossa experiência nacional em grandes obras! Isso não quer dizer que não vamos ter grandes obras, porque há situações que só são resolvidas com grandes obras. Agora, o que é uma grande obra ou que não é? Temos que discutir com vagar. A tese é que, em geral, é melhor um grande volume de pequenas obras do que uma grande obra. Em relação à potencialidade hídrica do Distrito Federal, acho que esse estudo que vai concluir agora, vai ser exatamente prodígio porque esse estudo que está sendo feito vai dizer. O mais importante, o que coloquei ontem, é a gente discutir para onde vai crescer a cidade, porque a partir da discussão é que você vai colocar toda a infra-estrutura.

Se a cidade for crescer para o Eixo a solução é uma, se a cidade for crescer para o outro Eixo a solução é outra e a água não pode vir desintegrada de agricultura, de infra-estrutura urbana. E a gente conhece Brasília, ela tem vários rios perenes, com quantidade e qualidade de água boa. Particularmente, conheço bem os rios de Brasília, sou fundador da primeira associação de canoagem de Brasília e vivo nos fins de semana descendo tudo quanto é rio aqui por perto, vivo esses rios no meu dia-a-dia.

Isso temos que discutir tecnicamente. Hoje, qual é o grande anseio que todos nós advogamos? Todo mundo que quer fazer um planejamento em cada uma de suas áreas, e acredito que seja o anseio da Companhia de Água e Esgoto de Brasília, e qual é o planejamento de crescimento desta cidade? Isso é que precisa ser discutido, e não foi. Quando esse Governo atual assu-

miu não tinha planejamento de crescimento, tinha um planejamento limitado, que dava só um patamar de crescimento que era o plano anterior. Mas esse patamar já foi superado. E, aí, como é que nós vamos continuar? Nós precisamos definir isso. Isso agora é só do órgão de água? Não, isso é dos órgãos em geral. Por isso — que esses estudos têm que ser produzidos integradamente. Para onde é que a cidade vai crescer? Ela vai ficar só nesse limite? Isso é que precisa ser reduzido porque à parte disso vêm as outras soluções.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Meus senhores, minhas senhoras, conforme tinha anunciado, infelizmente, tenho que me afastar para viajar para Pernambuco. Tenho a satisfação e a honra de passar a Presidência dos trabalhos ao nobre Senador Alaor Coutinho, nome da maior expressão não só nos círculos políticos como, também, econômicos e da administração do País. Por isso é que os trabalhos serão eficientemente presididos pelo meu companheiro de representação popular a quem, nesta hora, tenho a honra de passar a Presidência dos trabalhos e, mais uma vez, manifestar aqui a minha satisfação por ter participado, mesmo na Presidência dos trabalhos, desses debates, tendo por isso, razões para me congratular comigo próprio por essa oportunidade, e dizer que foi proveitoso para todos. E espero que a Comissão do Distrito Federal, assumindo a sua posição, no momento não posso falar em nome da Presidência da Comissão porque esta cabe a um parlamentar do PMDB, o Senador Humberto Lucena, que está, evidentemente, nesta hora, em campanha política no seu Estado. Sou um suplente, assim como o Senador Alaor Coutinho, mas todos nós estamos imbuídos da necessidade e da responsabilidade que tem a Comissão, até que o Distrito Federal eleja a sua representação, do que representa esta Comissão e das suas atribuições, sobretudo da sua responsabilidade perante o povo da Capital da República.

A todos eu dirijo no final, a minha saudação cordial e fraterna, pedindo, mais uma vez, excusas, pelo fato de que tenho realmente de me afastar, ausentar-me de Brasília, vou até Recife — como eu disse — o que me impede que continue nessa convivência tão amena, tão boa, apesar da agitação e da veemência dos debates, o que é natural num conclave como esse. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ALAOR COUTINHO — Eu gostaria de fazer justiça a V. Ex.ª que, desde ontem Presidiu os trabalhos aqui.

Não gostamos da notícia que saiu no jornal. Desde já queremos fazer justiça pela sua conduta aqui nos trabalhos, porque essa notícia que veio no jornal não representa a realidade. Porque esta Casa está aberta ao povo, graças a homens igual ao senhor. E, aqui, estamos discutindo, democraticamente, os destinos do Distrito Federal. Eu peço a todos uma salva de palmas pelos trabalhos da Presidência. (Palmas prolongadas.)

O SR. NIVALDO MACHADO — A verdade é do conhecimento de todos, o registro foi fútil pela imprensa. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — Bem, em primeiro lugar, eu desejo agradecer as palavras generosas do Senador que me precedeu, Nivaldo Machado, coisa própria, aliás, da gente nordestina, pernambucana, e peço também desculpas pelo atraso, mas é que — Senador novigo, como eu, suplente, ainda não acostumado com a soma de compromissos que a gente tem que atender durante o dia e inclusive a presença do Governador do Estado, em entrevistas prévias, fizeram-me atrasar. Mas espero que a gente possa conduzir de acordo com os interesses de todos os trabalhos.

Então, para que eu não possa me prolongar mais, eu concedo a palavra ao Sr. Antônio Florentino, da Associação dos Proprietários das Áreas Rurais, e acho que devemos, sem querer conter a liberdade de expressão de ninguém, que a gente seja um pouco cuidadoso no orçamento de tempo para que todos tenham a oportunidade de falar no tempo que nos resta.

O SR. ANTÔNIO FLORENTINO — Seja então bem-vindo evidentemente, nós só justificando, nós representamos especificamente a Associação dos Proprie-

tários de Áreas Rurais da DF-11. Agora, nós entendemos que, de fato, como foi mostrado, o assunto é complexo e, além da posição específica sobre o tema, nós temos uma reflexão quase que a nível filosófico, mas tentando refletir sobre essa questão básica — para onde vai crescer Brasília, pensando no presente e no futuro.

Então nós temos se possível, três momentos e pretendendo ser breve, pedindo atenção para a leitura para imprimir mais seriedade à coisa. Eu colocaria, inicialmente, três momentos simples. As reivindicações específicas da nossa área, que é então na região da DF-11 no trevo de Unai, nós precisamos da liberação imediata de energia elétrica e edificações. Para que a gente possa morar e possa trabalhar — é área rural lá; e uma definição urgente do zoneamento. O que a gente não suporta mais é uma calamidade que não se sabe o que é que vai ser. Então, uma definição urgente do zoneamento — eu vou voltar ao assunto.

Concordamos que seja, lá, área de ocupação restrita, ou seja, vedada à indústria. Ela sendo destinada à casa de campo e lazer, sugerimos que o módulo mínimo seja reduzido dos atuais 2 hectares para 5 mil metros. Que Brasília, como todos dizem, terá os 4 milhões de habitantes no ano 2.000 quer queiramos quer não. Então, temos que pensar sério no problema da moradia — e vai morar sim na área rural, muito mais econômico conforme o jeito — e a água lá, a gente busca no subsolo, estamos cansado de furar cisterna.

Evidentemente, pavimentação asfáltica assim que puder. E reconhecer publicamente, que a nossa área nunca foi desapropriada, nunca foi doada e, portanto, pertence aos seus legítimos proprietários. Num desenvolvimento, eu vou dizer também que ninguém a ocupou para que invocasse o usucapião.

Sobre o Lago São Bartolomeu, segundo ponto no resumo, a nossa posição, tirada em assembléia, é simples e clara. Constatada a sua inevitabilidade, tem então que fazer, precisamos fazer, a área deve ser demarcada e desapropriada, com a indenização atual e justa, e com a máxima urgência, para evitar o pânico e o terrorismo diluvial ou diluviano que paira, gerando suspeita sobre todo o Distrito Federal. Se tiver oportunidade, nós temos cada um desses temas para ser desenvolvido, mas basta olhar no mapa, tem só duas grandes bacias, tem Descoberto e tem São Bartolomeu, e tudo vai para o São Bartolomeu, Paranoá, Sobradinho, Planaltina com os esgotos e tudo vai para o Lago São Bartolomeu. Então, se tiver tempo no final, eu jogo uma idéia também na linha prática.

Temos, também, uma posição sobre os loteamentos, ela tem uma introdução e um, dois, três. Reconhecer, então, que Brasília terá 4 milhões de habitantes no ano 2.000; reconhecer que a lei do GDF que fala de 20 hectares como fração mínima para o parcelamento do solo já foi revogada pelo desuso; e, considerando que o custo da moradia em Brasília é o mais caro do País e democraticamente valorizando a iniciativa privada, que os loteamentos atuais sejam, na medida do possível, regularizados para amenizar o déficit habitacional em Brasília.

Terceiro: que se definam áreas para o loteamento. O homem é mais importante que a natureza e o homem preserva, naturalmente, a natureza, onde nós temos experiência todos plantam a mangueira, plantam o abacateiro, plantam árvores, faz curva de nível, tentamos fazer o máximo possível para preservar, e, se for o caso, exija a infra-estrutura e as devidas reservas para as áreas públicas e áreas de lazer e áreas de serviço.

A nossa posição básica está aqui no resumo, agora não sei se é oportuno, e eu submeto à Mesa ou à Assembléia, nós temos uns 5 ou 6 pontos de reflexão sobre a propriedade e uso do solo no Distrito Federal, envolvendo uma breve história sobre o problema de construção horizontal e construção vertical, sobre leis positivas e leis sócio-econômicas, é talvez isso aqui responde um pouco da preocupação do representante do GDF para onde vai construir a cidade. Então, nós temos uma breve reflexão em 2, 3 pontos, e eu estou resumindo, sobre leis positivas e leis sócio-econômicas. Talvez merecesse um esclarecimento, nós temos licenciatura em filosofia pura e trabalho com isso nos cursos de administração de empresa e economia da Faculdade Católica e nos preocupa muito constatar, por exemplo, em alu-

nos formando aqui em Brasília em Administração de Empresas e em Economia, eles pensam que todo o território do Distrito Federal é do GDF. Então, nós temos uma reflexão a esse respeito e essa idéia nos preocupa pura e simples a bem da verdade. Mas, então, sobre leis positivas e leis sócio-econômicas, nós somos então especializados nas leis positivas mas um curioso em leis sócio-econômicas que parecem influir na ocupação do solo, independente dos planejamentos oficiais, e que tem a, b, c e d. Primeira, aparentemente há uma tendência de concentração dos ricos e dos pobres em áreas distintas e preferencialmente distantes, primeira lei, exemplo: o Núcleo Bandeirante, a brava Cidade Livre, continua ali independente dos planejamentos, as entrequadras planejadas para um comércio diversificado há uma tendência à concentração do comércio.

Segundo: Há também uma tendência do poder econômico expulsar os pobres para a periferia, o Guarará é hoje uma extensão da Asa Sul. c) Parece que devido ao acúmulo de pobres para trabalhar no centro, às vezes esse se desgasta e nesses casos os ricos procuram novas áreas nobres e aí os pobres ocupam o centro.

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — Nós não queremos cortar, nós queremos conceder dois minutos para que se conclua, por um motivo simples, é que existem muitos oradores inscritos, e esse material não será perdido porque, de acordo com o Secretário, será incluído num material a ser divulgado posteriormente, nós queremos é conceder mais dois minutos para que se conclua, por motivos simples, pois existem vários oradores inscritos e esse material não será perdido, porque, de acordo com o Secretário, será incluído num material a ser divulgado posteriormente. Então, como existe uma certa ansiedade sobretudo na hora do almoço.

O SR. ANTÔNIO TOLENTINO — Está bem. Falei em apenas dois minutos.

O SR. — Nobre Senador, permite-me um aparte?

O SR. — Pois não.

O SR. — Usando o Regimento Interno do Senado, pode-se deixar que se considere como lido e vá para o documento.

O SR. — É exatamente isso que estou propondo.

O SR. — Gostaria de falar para o Benjamim, um último assunto.

Parece que em cada Ceilândia ou Samambaia que os poderes públicos planejam há uma faixa populacional que procura instalar-se, preferencialmente, em direção oposta ao planejado. Depois há uma reflexão sobre a ecologia, perímetro urbano e perímetro rural e defendemos que deva haver uma adequação imediata deste problema. Esqueceram de desapropriar, aqui, na frente da ESAFE, pois é área particular. Então é natural que as pessoas vão morar lá e onde houve a desapropriação a zoobotânica plantou os eucaliptos. Mas o que vamos fazer? A Constituição nos garante o direito de receber o módulo por mais alguém ou parente.

Evidentemente, a minha última parte era pedir que, ao invés de derrubar o mastro e ao invés de derrubar o pombal, trabalhássemos mais no problema da moradia e que o lago São Bartolomeu sendo necessário seja de fato desapropriado, indenizado e construído, mas sem o terrorismo que paira sobre todo o Distrito Federal.

Existem pessoas de Minas que perguntam se nós de Brasília seremos inundados.

Muito obrigado! Desculpe-me. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE () — Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Peri, advogado dos condôminos.

O SR. SÉRGIO PERI — Sr. Presidente, muito obrigado.

Em princípio, hoje, gostaria e até havia feito uma observação ao Cleber de que talvez até me retirasse mais cedo porque não vejo, com a devida desculpa as pessoas, ao Celso e ao Sr. Diretor da CAESB, representatividade do Governo do Distrito Federal, hoje, nesta Comissão. Acho, inclusive, que tal fato deveria

ser considerado um desrespeito não só à Comissão como a nós que estamos pretendendo debater o nosso futuro.

Ontem, S. Ex.^a o Governador, argüindo um enterro de um marginal ou coisa equivalente, ou talvez um outro assunto que lhe rendesse mais votos, que lhe rendesse mais presença política, foi representado pelo Secretário de Serviços Públicos, o Presidente da CAESB, o Sr. Willian e alguns Secretários do Governo, que, também, tendo outros compromissos mais sérios do que o compromisso com o povo saiu daqui apressadamente, evitando que perguntas lhe fossem feitas. Certamente, porque resposta não teria. Além do belo e simpático discurso que fez de despedida, o conteúdo de ontem, como foi pretendido ser debatido aqui por nós, era de que o lago São Bartolomeu se apresentava como um obra que jamais seria feita, jamais seria concluída sem a prévia aprovação da comunidade. Essa definição por parte do Governo, do Distrito Federal, não deveria ser tomada como uma medida de grande caráter social e com uma grande benesse para a população, porque desnecessário dizer que o Governo deve adotar as medidas que representem verdadeiros anseios da população. Aceitamos, sim, sejamos administrados por uma minoria, lógico que temos que ser administrados por uma minoria, todos não podem participar de um Governo. Mas essa administração deve ser feita em nome da maioria. Ontem o Sr. Secretário, o Sr. Diretor, Presidente da CAESB, que nos desculpem estarmos falando na sua ausência, mas aqui estamos presentes, eles não, firmaram um ponto de vista de que voltando jamais seria tomado qualquer atitude sem a prévia anuência e discussão. Estavam eles, aqui, abertos ao diálogo, abertos à discussão, abertos à oitiva dos nossos anseios. Durante parte da sessão transmitiram veementemente. E o Sr. Diretor da CAESB ao ser indagado sobre as notícias que haviam sido divulgadas pelos jornais durante um período anterior, em que se posicionavam de maneira completamente diferente, eles se posicionavam como um fato definido, uma decisão já tomada e que, Sr. Presidente, perdoe o exemplo, mas é um exemplo que acho que talvez nos mostre bem o que ocorreu aqui, V. Ex.^a inclusive ontem não teve oportunidade de participar e gostaríamos muito que tivesse tido feito, porque poderia sentir o que realmente está representando esta Comissão. Mas, voltando ao exemplo — Perdão, Sr. Presidente, eu me encontro muito cansado, depois de ver tanta palavra jogada ao ar, eu me sinto cansado, eu tenho dormido muito tarde — mas voltando à temática, eles nos colocaram como se fosse uma coisa imposta, apesar das conclusões que os jornais traziam. Em casa, normalmente, nós obrigamos as crianças a fazerem certas coisas, a comerem certa comida, mas sem perguntarmos se eles não gostariam de comer isso ou aquilo. Já empurramos a comida neles. Quer dizer, as respostas das crianças só nos servem a uma satisfação pessoal, nós não estamos perguntado, nós estamos querendo a concordância naquele fato e o que foi demonstrado aqui, ontem, sobrejamente, foi isso. O Sr. Presidente da CAESB, o Sr. Willian, evidentemente não respondeu às perguntas, ontem. Eu esperava que o fizesse hoje e não encontro representatividade, apesar de respeitar o Sr. Diretor Técnico da CAESB, para essa resposta política, porque certamente S. Ex.^a terá todas as respostas técnicas e não a resposta política.

Enquanto discutíamos aqui sobre o assunto, ontem, enquanto o Governo nos trazia a mensagem através dos seus representantes, enquanto essa Comissão e o povo do Distrito Federal debatia, procurava obter soluções, no mesmo momento o Correio Braziliense, à sua página 21, de ontem, trazia uma notícia, gozada até certo ponto, "Aparecido nega veto e quer começar o lago já". O Governador José Aparecido, negou ontem que o Presidente José Sarney tenha vetado a construção do Lago São Bartolomeu e disse que se depender de decisão política a obra começará imediatamente. Evidentemente, não sei o que estaríamos discutindo aqui hoje, porque nós estávamos discutindo aqui o sexo dos anjos. O que o Governo pretende com essa Comissão é obter um respaldo a uma decisão já tomada por ele e nós não podemos permitir que essa Comissão seja instrumento de pensamento político eleitoral, nem de parte do Governo, nem de parte de tantos quantos aqui se apresentem. O que vimos hoje foi um candidato

do próprio partido do Governador atacá-lo violentamente. E a pergunta que fica no ar é que, ao invés de levar esta mensagem de contrariedade sobre um determinado fato e atitude que o Governo toma se, ao invés de se deslocar até a Comissão, trazer o recado levamos para V. Ex.^a encaminhar este recado ao Governador, por que ele? Legitimamente como Secretário do Partido que dá sustentação ao Governo, não foi diretamente ou pelo menos de um telefonemazinho, Sr. Governador nós temos esse problema, isso não rende voto.

Gostaríamos que essas facetas fossem retiradas. Em relação a manifestação do meu caro e querido técnico, realmente não vai nenhuma gozação na minha expressão, eu tenho muito carinho por você. Por que você tem se posicionado tecnicamente, mesmo que contrário ao pensamento do Governo do Distrito Federal, essa posição me deixa muito satisfeito pois sei que teremos uma posição realmente técnica e que melhor nos aproveite.

As ponderações, as considerações técnicas evidentemente não as posso sequer discutir, porque cabe ao técnico a colocação das alternativas, para que aquele que tem o poder de decisão possa escolher uma delas, e o seu posicionamento tem sido nesse sentido de alternativas e de uma análise técnica. A decisão certamente vai caber ao Governador.

Mas você me colocou certas posições aí que evidentemente eu não concordo. Vamos colocar nas barras da justiça aqueles elementos que subdividem, parcelam o solo em áreas inferiores ao módulo mínimo. Certo, correto, concordo. Quem será o primeiro? A Fundação Zoobotânica, você também se posicionou no sentido de que obviamente, compreensivamente, tecnicamente compreensível, necessário seria se fazer estudos preliminares, para chegarmos a uma decisão, a mais favorável técnica de planejamento, correto dados estatísticos soluções, alternativas e tal. Fáceis, segundo você. Completo eu: certamente baratas. Por que não foram feitas? A posição que você assumiu contrariamente a do Sr. Presidente da CAESB e do Sr. Secretário. Interpretando as suas palavras, poderei dizer que objetivamente não poderá dar qualquer resposta objetiva.

Você falou sobre o PEOT, (?) creio que metade ou a grande maioria inclusive eu, temos simplesmente notícias do PEOT. Não sei o que é o PEOT, mas sei que é algo de muita importância, sei que é algo que definirá inclusive a expansão urbana de Brasília. Em definir a expansão urbana de Brasília influirá na solução do problema das águas. Eu gostaria que você nos explicasse o que é o PEOT, e quais foram as suas decisões. Antecipadamente, tenho notícias de que o PEOT daria as diversas alternativas de expansão urbana de Brasília. E que uma dessas alternativas de expansão urbana de Brasília seria justamente aquela que se encontraria na área pretendida a inundar. Não sei se falo a verdade, notícias de terceiros que eu tenho sobre o assunto, de que três seriam essas áreas de expansão ou coisa assim. Uma delas seria a própria área que pretende inundar. Então se realmente é verdadeira a notícia, um estudo conflita com uma opinião ou com o segundo estudo.

Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar e agradecer a atenção de tantos quantos me ouviram, obrigado, bom dia. (Palmas.)

O SR. — Eu gostaria de fazer uma pergunta, o Senhor ainda responde?

O SR. — Pois não.

O SR. — Estamos tentando dar respostas bastantes objetivas, não sei se estamos conseguindo, pelo menos a intenção é essa.

Eu parto do princípio de que não faço dicotomia entre técnico e o cargo que ocupo aqui no Distrito Federal é híbrido: político, eu talvez ocupe mais cargos políticos do que técnicos e técnico.

O PEOT foi um estudo feito em 77. É um planejamento sobre todas as variáveis de espaços físicos da cidade. Esse documento foi o último documento norteador do planejamento da cidade que da cidade que apontava para uma área de expansão urbana na região da Samambaia, ele planeja Samambaia. Ele cria uma definição do não adensamento da Bacia do Paranoá e ele não aponta nenhum adensamento na região do São Bartolomeu. Desde que Brasília existe sempre se disse da

importância hídrica da área do São Bartolomeu. Então não é correto dizer que uma das perspectivas de expansão dele seria dentro dessa área do São Bartolomeu.

A previsão de expansão era a cidade de Samambaia, e adensamentos de algumas cidades satélites. Acho fundamental que esse estudo seja divulgado em linguagem popular, para que o povo tenha acesso, entenda e participe desse debate. Os debates devem ser de baixo para cima. E, na realidade, creio também, aliás o Governador criou uma Comissão que está discutindo amplamente o futuro planejamento da cidade, onde quase todos os secretários e vários outros presidentes de companhias estão participando e é uma questão complexa, prevê o planejamento da cidade, o PEOT é isso, respondendo objetivamente. É um planejamento que foi feito em 77, ele tem estudos de crescimento demográficos, ele tem estudos de disponibilidade de água, de infraestrutura urbana de energia elétrica de infraestrutura viária. Esse plano vem sendo corrigido. O sistema de planejamento atual hoje é totalmente baseado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo e Meio Ambiente — que é quem aprova os novos desmembramentos e os novos adensamentos. Várias coisas já foram aperfeiçoadas em relação ao PEOT e eu acho que hoje é necessário um novo estudo integrado dessas variáveis. O próprio governador reconhecendo isso constituiu uma comissão para debater o assunto e apresentar num plano rápido, dentro do possível, as suas respostas.

Tento responder com algum grau de objetividade, se eu não consegui eu peço que vocês me desculpem.

O SR. — Concedo a palavra ao Dr. Rubens Golaine, Presidente do Sindicato Rural.

O SR. RUBENS GOLAINÉ — Estou voltando a falar por que foram feitas colocações em um jornal da cidade que não refletem a realidade daquilo que nós viemos aqui fazer.

A posição do Sindicato Rural de Brasília sobre a necessidade da implantação de um lago na Bacia do São Bartolomeu, é vista sobre diversos aspectos. Todos nós sabemos que existe um aspecto político e um aspecto técnico e que nós povo temos que ser ouvidos. Nós, empresários rurais, produtores rurais, que trabalhamos e produzimos alimentos para este País que esta importando até café, é o maior absurdo do mundo, queremos poder trabalhar. Se nessas áreas existem condomínios rurais a própria palavra diz, condomínio rural, é fórmula encontrada no Código Civil Brasileiro, e se eles foram criados com o objetivo de produção agrícola eles devem ser respeitados e ajudados com a sua infraestrutura e não massacrados e tratados como criminosos. (Palmas.)

Essa é a posição oficial do Sindicato Rural de Brasília. Se eles são produtores rurais, nós a entidade máxima aqui no Distrito Federal, estamos ao lado dos produtores rurais, daqueles que se propuseram até em condomínio rural, que tenham objetivos de produção, nós estamos prontos a colaborar, a ajudar para que sejam respeitados, pois que todo cidadão tem o direito de ser respeitado, e tratado como tal.

Fiz uma observação, já na saída do nosso Presidente, que estava aqui, é quanto a esta posição de jornal; e queremos repetir, que nesta Casa, que é a Casa do povo, nós viemos aqui para discutir coisas do povo, de cidadãos brasileiros; e acreditamos que foi até uma falta de sorte do reporter, porque nós não louvamos essa atitude, conhecemos a conduta do jornal, porque ele todos os dias dá a mesma matéria, é só abrir o O Correio Braziliense, a mesma matéria está ali. Então, é matéria paga. Mas a realidade da discussão está aqui, aqui foi aberto um debate, debate entre a sociedade rural, sociedade urbana, e o Governo, o Poder Executivo. Nós infelizmente não tivemos esse debate. E queremos registrar, mais uma vez: aqueles que estão na área rural, trabalhando, com suas famílias, e ali têm as suas vidas, o seu trabalho, devem ser respeitados. O Lago de São Bartolomeu pode ser até viável, pode ser, eu não acredito, mas o respeito àqueles que estão ali na área é uma obrigação das autoridades, porque é área rural, a área não tem outro destino, o destino dela é de trabalhar e produzir alimentos, é o que consta hoje dentro do INCRA, e ao que nos parece é o INCRA que dirige essa área. Assim como nós respeitamos o trabalho, as explicações do nosso colega Benjamim Se-

quiser, nós acreditamos que as portas do Governo do Distrito Federal devem estar abertas ao diálogo, ao respeito a estas pessoas que aqui vieram. É louvável a conduta do Benjamim, mas só nos poderemos respeitar mutuamente se ambas as partes assim o fizerem. Acredito que, apesar não termos aqui debates, o Governo do Distrito Federal deverá respeitar não só a Comissão do Distrito Federal, mas a vontade do povo, a vontade dos empresários rurais, para que não venham para nós decisões impostas, e não sejamos obrigados a nós socorrer de outro poder, que é o Poder Judiciário. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Concedo a palavra ao Sr. Hélio Sazaki, Presidente da APRAL.

O SR. HÉLIO SAZAKI — Sr. Presidente, o pedido é simples: é que tenhamos continuidade de chances para expor nossos pontos de vista. Pedimos que seja efetivado este canal aberto de comunicação, com uma criação de Comissão de Trabalho, ou abertura do diálogo do GDF com as pessoas que ocupam aquele espaço físico. Porque só assim teremos soluções, de outra maneira, incorreríamos na velha e já conhecida situação de conversa e palavras, e palavras, e palavras, just words, como dizia Shakespeare.

Portanto, é simples: que não se extingam aqui esses pedidos e que eles tenham continuidade oficial. Desse modo, pedimos ao Presidente da Comissão de Brasília que estenda o pedido ao Governo do GDF; que simplesmente abra um constante canal de comunicação. Que todos esses assuntos, dada a relevância e o pouco tempo que temos, é óbvio que é impossível tirar soluções daqui, que simplesmente não morra aqui o assunto, que vá em frente. É só o que temos a dizer, no momento. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — Antes de conceder a palavra gostaria de fazer um reparo, dando uma resposta, de que a Comissão do Distrito Federal do Senado está sempre com as portas abertas a qualquer entidade, a qualquer pessoa que queira trazer qualquer tipo de contribuição. Estou falando como um dos membros, mas estou certo de que estou falando também pela presidência da Comissão, porque essa não é nada mais, nada menos, do que a nossa obrigação, nosso dever.

O SR. — Permite-me V. Ex.º?

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — Pois não.

O SR. — Foi levantada uma questão aqui ontem, de se acabar com a Comissão do Distrito Federal. Eu gostaria que esta Presidência levasse ao Presidente Humberto Lucena uma sugestão: qualquer pessoa, qualquer ser humano que já tenha conquistado um poder, não pode de forma nenhuma se desfazer desse poder. Então, que a Comissão do Distrito Federal seja composta, no ano que vem, por 8 deputados brasilienses e três senadores brasilienses, mas que não morra.

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — O secretário alerta que essa matéria, inclusive, está sendo ou será estudada pela futura Constituinte.

Concedo a palavra ao Sr. Orênio Roque de Melo.

O SR. ORÊNIO ROQUE DE MELO — Sr. Presidente, companheiros, o adiantado da hora já está fazendo o estômago determinar vacilação na colocação das nossas idéias. Entretanto, eu queria, com a devida vênia, cumprir com uma obrigação de solidariedade. Somos a colônia minoritária em Brasília e não ocupamos o poder. Quero fazer a defesa do repórter do Correio Braziliense, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, que talvez tenha algumas limitações, já que é estranho que seu diretor, que no início tanto combatia as agrovilas, mas depois que foi nomeado Diretor do Banco Regional (Palmas) nenhuma palavra mais se ouviu, tendo o referido cidadão se esquecido de todo o seu brio de jornalista que tanto contagiava a comunidade brasiliense. Porém, com referência ao repórter, eu sou testemunha do seu interesse de buscar a verdade, uma verdade que eu como conterrâneo o aconselhei: não vá tão longe porque não sei se você quer retornar logo ao Rio Grande do Sul.

Mas, Sr. Presidente, o que nós queríamos enfatizar, numa época em que tanto se fala na implantação da Constituinte, meu filho ontem ainda me perguntava o que era a Constituinte, para a ajudá-lo num trabalho escolar. Eu fiquei me lembrando de tudo que havia ouvido nesta Casa, durante a manhã de ontem; e pedi que ele deixasse para eu tentar ajudá-lo hoje. Ora, de que adianta se reformar uma Constituição, se aquela que nós já temos é lei morta, não é respeitada pelas mais altas autoridades do Governo da Capital da República. (Palmas.)

Nós, brasileiros, temos um pouco de complexo de tudo o que acontece no resto do mundo. Mas não podemos voltar a 197 anos, para invejar aos cidadãos franceses, quando Montesquieu dizia, no seu livro, na sua obra "O Espírito das Leis", que a liberdade é o direito de fazer tudo aquilo que as leis permitem.

Aproveitamos muito da Revolução Francesa para a Constituição que temos atualmente, e certamente continuaremos aproveitando para a que se criará. Mas causamos um desencanto vemos que o art. 153 da Constituição, para não falar em todo o mais dela, não é respeitado, dentro do governo do Distrito Federal. O art. 153 diz:

"Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: "No art. 153, § 2.º, diz:

"§ 2.º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."

No mesmo artigo, no § 3.º, diz:

"§ 3.º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

De que adianta nos debatermos pelo Brasil afora para que seja feita uma nova Constituição se a que tem hoje não é cumprida? Aqui que temos a possibilidade de nos colocarmos sob as asas protetoras inclusive de um Senado Federal, é de se sentir desencantado e desiludido. No entretanto, mais do que a franqueza que o estômago está-me determinando, e também por saber que sou o último orador inscrito, eu me lembro aqui de um conterrâneo, não tão antigo quanto Montesquieu, mas que justificando a Duque de Caxias porque os gaúchos brigavam tanto na Revolução Farroupilha, e não se entendiam, ele dizia que os gaúchos queriam leis que dirigissem os homens, e não homens dirigindo as leis ao seu bel prazer. Já faz mais de século, e na Capital da República seria bom que hoje reencarnasse esse conterrâneo para dizer a mesma coisa. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em 1977, fez coisa julgada considerando os condomínios rurais ato lícito, perfeito, portanto podendo ser acabado. O próprio Procurador Chefe do Distrito Federal deu parecer favorável a um condomínio em Planaltina alguns anos depois, e é este próprio Procurador, hoje, que ameaça ilegalmente, arbitrariamente, passando por cima de tudo aquilo que um sacerdócio do Direito deveria ter como dogma de fé, ameaçando cidadãos decentes de se tornarem solidários — e que Deus tenha a sua alma em paz — ao falecido Gregorinho, já que o Governador e o Procurador têm nos considerado como facínoras comuns.

Então, Exm.º Sr. Presidente, eu peço, como pai, como um gaúcho perdido aqui entre tantos nordestinos, e principalmente os mineiros, que tiveram a capacidade de expulsar o Sr. José Aparecido do seu Estado, mas cometeram a maldade de nos imporem sua presença aqui em Brasília e que o Senado, por esta sua Comissão, que ainda é a última esperança que temos, entenda que não é possível nós ficarmos esperando para exercermos um direito constitucional por quanto tempo decida o Governo que tenha chegado a melhor decisão. Queremos exercer o direito constitucional da propriedade, é só isso. E o Senado não pode negar, ainda, a Constituição vigente. E, pela sua própria estrutura, cada um dos seus membros, no exato momento V. Ex.º, deve-se colocar como um guardião, armado não de baionetas ou canhões, mas pelo espírito da convicção, do que

a lei deve ser respeitada. O descaso é a pior maneira com que pode um governante conduzir o seu povo. Os tiranos sempre caíram por isso. Mas qual é o tirano agora? O Governo da Nova República, que trouxe tanta esperança, que nos impôs esse Governador? E o povo vai esperar que os seus novos líderes assumam na Câmara ou no Senado, se nós nem sabemos da autenticidade deles? É por isso que nós, com toda a responsabilidade de chefe de família, de trabalhador, imploramos, porque quando se implora pela justiça com dignidade não se humilha, imploramos que a Comissão do Senado, para não dizer intimo, convoque o Governador José ersão e subversão dos princípios da lei (palmas) em que se pretende condenar cidadãos comuns como se vissemos, no momento, na total ilegalidade, sem proteção da lei.

Com respeito ao companheiro que tive o prazer de conhecer apenas agora, quero lembrar uma expressão de Saint-Exupery, em seu livro "O Pequeno Príncipe", em que ele dizia que as pessoas se tornam eternamente responsáveis por aquilo que cativam. O Senhor teve a capacidade de nos cativar. Poderá ser, no momento, o seu brilho, apenas de um palito de fósforo, mas para nós que nos sentimos cegos, nesta noite de tenebrosa escuridão de prepotência do Governo do Distrito Federal, o Senhor ainda tem o brilho de um palito de fósforo. Mas com o Governo o nosso pedido, é que o Sr. continue sendo um D. Quixote, não de La Mancha, mas do Distrito Federal. (Palmas.)

O SR. — Sr. Presidente, permita-me fazer a defesa dos mineiros (Risos).

Meu caro companheiro, não se preocupe com a permanência do Governador José Aparecido em Brasília. Se ele não fizer a maioria do PMDB no Congresso, ele perde a condição de grande cabo eleitoral. Se ele fizer a maioria do PMDB no Congresso, a maioria manda-o embora.

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — Ainda temos dois ou três oradores.

Concedo a palavra ao Sr. Lauro Campos. Professor da UNB.

O SR. LAURO CAMPOS — Eu não me sinto como um intruso no meio dos presentes. Moro em Brasília há 26 anos; fui membro do Conselho da OAB, eleito em 1962. Sou Professor universitário em Brasília e somente me ausentei daqui, quando tive que lecionar na Inglaterra, devido às perseguições e impossibilidade de aqui continuar a exercer a minha vocação.

Gostaria, primeiro, de manifestar a minha profunda estupefação diante do fato de que depois de 26 anos de existência, depois de 26 anos de um fato que a cada dia sabíamos que ocorreria, a deficiência do abastecimento de água em Brasília, a deficiência do sistema de esgoto em Brasília, a deficiência que certamente nos cercaria nestes e noutros campos, agora o problema de água, e de esgoto, o problema de abastecimento nos é apresentado como uma espada de Dâmocles, como algo que justifica a criação de uma obra.

A primeira pergunta que faria às autoridades, que não têm dinheiro para resolver os problemas ocupacionais nem do Distrito Federal, nem do País, pois apenas o Sistema Financeiro de Habitação apresenta um déficit de 500 bilhões de cruzados, de acordo com a declaração do seu Presidente; sabemos como é tratado o problema habitacional de Brasília, com casas de 32 metros quadrados, sem luz e sem água, são inauguradas por esse Governo então perguntamos: "Por que não foi feito um estudo a respeito da solução que agora se apresenta, durante todo esse período? Por que as autoridades dormiram durante todo esse tempo"? Recordo-me que, por volta de 1973, 1974, entre o Governo Médici e o Governo Geisel, a atividade da Marinha na região de Formosa, diziam, inclusive, da possibilidade de se ligar, através de eclusas, o Amazonas com a Bacia do Prata e coisas mirabolantes foram anunciadas naquela ocasião e agora eu gostaria de saber onde andam esses estudos, onde anda esse dinheiro que foi gasto nessa região, onde realmente essas pesquisas que devem ter sido feitas, como levantamento, nessa região? Em segundo lugar, gostaria de saber de onde vêm esses recursos, pois procurei no orçamento do Distrito Federal e lá não encontrei a previsão dos mesmos que seriam

aplicados para as desapropriações e construção dessas obras faraônicas que serão criadas pelo faraonismo líquido que se sucede ao antigo faraonismo de que Brasília foi acusada.

De modo que, também, acho que aqui existe uma preocupação enganosa, uma preocupação eletista a do problema habitacional que é outro problema que permeia esta questão. O problema habitacional de Brasília; como resolveremos o problema habitacional de Brasília no ano 2000? Como resolveremos o problema habitacional de Brasília de ontem e de hoje? Cem mil famílias moram em fundos de quintal na cidade satélite de Taguatinga. E ficamos aqui eletistamente discutindo se pode estabelecer como limite mínimo de terreno 5 mil metros quadrados, ou 20 mil. Isto é estarrecido, porque o que existe são habitações de 32 metros quadrados e outras que não chegam nem a isso nas quais existem família de dez ou mais pessoas. De modo que, diante de tantas contradições vemos, infelizmente, nesses 26 anos, que aqui moro, surgiu uma Brasília Piloto e uma Brasília Satélite e Brasília das Satélites. Ontem não pude vir, estava lá, no meio da Polícia, tentando segurar os policiais, na invasão do Paranoá, tentando socorrer um problema muito mais grave, muito mais premente do que os problemas que podem esperar longo prazo, ou um prazo mais demorado. Lá na invasão estava-se prendendo, violando lares, arrebentaram os barracos passando com tratores por cima. A TERRACAP que antes foi NOVACAP antigamente antes dava os terrenos, quando aqui cheguei. Dava os terrenos aqui em Taguatinga, no centro de Taguatinga, depois se transformou, perverteu-se a sua finalidade social e se transformou numa companhia especuladora que queria manter o monopólio da especulação através de quê? Através da continuidade de um sistema inédito no mundo: o custo é zero, o terreno lhe era dado gratuitamente. As obras feitas as dispensas do Governo de asfaltamento, de melhoria de água e de luz e ela faturava na venda desses terrenos e tinha apenas receita com despesa alguma a não ser para divisão de lucros entre os seus nababos Presidentes e Diretores, desocupando áreas populacionais a fim de reloteá-las para áreas mais nobres sabendo que esses terrenos alcançariam, no mercado imobiliário, um preço muito maior do que de sua desocupação. Isso foi feito aqui, há pouco tempo, no Núcleo Bandeirante e tem se repetido em diversos pontos de Brasília. De modo que não me parece que existem aí diversos problemas que se inter-relacionam: problemas jurídicos, sociais, urbanísticos, ecológicos e que portanto deveriam ter sido estudados; a população tem que necessariamente se reunir.

O que proponho é o seguinte: vou atrás de Montesquieu — que disse isso repetindo os ingleses que tinham feito a revolução burguesa de Crowel — a essência da propriedade não é um título registrado em cartório ou um segundo título que alguém consegue impor através de algum subterfúgio ao cartório; não é esse formalismo. De acordo com esses ingleses, de acordo com os grandes fundadores desse pensamento, o fundamento real da propriedade é o trabalho humano. O trabalho humano que consubstanciado no dinheiro pode adquirir uma propriedade dentro de certos limites e certas condições.

Acho que realmente tem que existir (Palmas) uma ligação, uma união, uma aliança, entre todos aqueles que estão sendo excluídos. Eu pertenco ao Partido dos Trabalhadores, nunca fui invasor, nunca precisei disso porque tenho qualificação profissional, porque tenho privilégios, mas eu me sinto melhor junto aos problemas como ontem no Paranoá, do que nas reuniões privilegiadas em que eu poderia pelo berço e pela minha qualificação estar frequentando, só que eu me sinto bem é lá defendendo os interesses do povo e proponho aqui então, em nome da grande propriedade, da propriedade eterna que é aquela que deriva do trabalho humano e de sua objetivação, que pensemos também naqueles que não têm papéis, que são os ocupantes de áreas como o Paranoá, por exemplo, que são áreas que se tornaram estrategicamente valorizadas entre as duas lagoas, e é por isso que essa população está sendo dizimada, está sendo expulsa, porque habita ali, e eu os vi, com as suas seis primeiras casas ali. O engenheiro da represa do Paranoá foi meu colega do científico,

em Belo Horizonte. Eu o conheci muito, ia sempre lá, quando ali apenas havia seis ou dez casas. E agora tem vinte mil trabalhadores, vinte mil pessoas que morando ali estão ameaçadas de serem desalojadas para que um loteamento seja feito para a burguesia, para os enricados que para lá agora se dirigem. E aquele ponto será estratégico por que se situa no ângulo mais próximo entre os dois lagos.

De modo que acho que nós devemos nos unir. Fazer uma aliança do trabalho em torno do Distrito Federal a fim de que o problema acabe mostrando as suas consequências políticas. É um problema técnico mas é também um problema político e só a unidade política poderá deter essa avalanche de ignomínia, de desgoverno que se instaurou no Distrito Federal e que demonstra uma ignorância total, um desprezo total para com os problemas do Distrito Federal, através do ingovernado José Aparecido que não conhece os nossos problemas, nunca viveu em Brasília, a não ser naqueles sete meses de péssima memória, do Governo do Sr. Jânio Quadros, do qual ele foi um dos auxiliares diretos e mais próximos, compartilhando dos mesmos vícios e do mesmo destino de seu chefe. (Palmas.) Antes, de terminar gostaria de fazer uma pergunta: os técnicos aqui presentes podem-nos garantir que daqui há pouco tempo — quando vim para cá o lago foi feito não apenas para amenizar o clima, mas para fornecer água e resolver os problemas de abastecimento de Brasília — quem poderá garantir que no ano 2000 esse novo lago, se um dia for criado para desdita nossa, não estará com os mesmos problemas devido à sua poluição, à recepção, como disse o nosso amigo, o técnico Guilherme, o problema de estar recebendo esse esgoto líquido, que não se dirige à terra, mas sim à água e se essa poluição, então, não poderá repetir-se em uma escala maior, como o destino do Lago do Paranoá. Esses bilhões de cruzados que estão sendo gastos com o lago Paranoá afirmando que o mesmo será despoluído, onde está essa obra e se essa despoluição, não se pode fazer como em Paris reutilizando-se a água depois que ela for devidamente limpa com esses bilhões de cruzados que estão sendo gastos na limpeza e na higienização do Lago Paranoá. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — Concedo a palavra ao Sr. Clóvis Ferreira de Moraes. (Pausa.)

O SR. CLÓVIS FERREIRA DE MORAIS — Sr. Presidente e demais Membros da Mesa:

Em primeiro lugar, quero dirigir a minha palavra de respeito ao Dr. Benjamin do meio ambiente. Este homem simples parece-me, se não estou equivocado, foi quem suscitou, dentro do Governo do Distrito Federal, o debate sobre esta problemática que estamos examinando. Homem do Governo que não se acovardou como tantos outros por aí que só sabem bater palmas e dizer amém. Conheço-o muito superficialmente, por isso acho que minhas palavras são sinceras de homenagem e respeito a este técnico.

Em segundo lugar, quero repetir aqui, agora, declarações do Dr. Maurício Correia nesta Comissão, ontem:

"A questão do solo rural no Distrito Federal tem que ser tratada à luz do direito agrário, dos interesses rurais e não do direito urbano ou da pura e simples vontade de um Governador autoritário como é José Aparecido."

O problema dos loteamentos ou parcelamentos rurais deve ser examinado sem paixão, como disse o próprio Dr. Benjamin cada caso de per si para que se possa separar o joio de trigo. Sabemos que há dois tipos de parcelamento do solo rural regulado por nossas leis. Um, o condomínio regulado pelo Código Civil Brasileiro e leis locais quando elas existem. Outro é o desmembramento rural, propriamente dito, em glebas de tamanho mínimo do módulo fixado pelo INCRA, no caso de Brasília dois hectares. Misturar as leis, os parcelamentos, os processos, as pessoas, como se fossem todos bandidos, marginais, só mesmo na cabeça de um Secretário de Viação e Obras (Palmas) pseudo-comunista, porque respeito a filosofia comunista, não a admiração, mas a respeito, mas o qualifico como pseudocomunista e pseudogenro do arquiteto Oscar Niemeyer, um aproveitador, iniciou, nos primórdios de Brasília e, depois foi embora, junto com o seu querido sogro, para o Rio de Janeiro e retornou como Secretário pela simples condição de ser ex-genro do Sr. Oscar Nie-

mayer. Amanhã, quando sair do cargo, naturalmente voltará para as delícias do Rio de Janeiro no belo escritório que o Sr. Oscar Niemayer mantém e onde ele lá trabalha. Lá, repito, foi montada a "central de boatinhas" do submundo de todo o Governo ou deste Governo — como há em todo o Governo e como há neste Governo. Lá começou a arbitrariedade, a prepotência, o abuso de poder e o abuso de autoridade. O Sr. Secretário começou por notificar a gregos e troianos, indistintamente, através de editais publicados na imprensa desta Capital, verdadeiro abuso e ilegalidade.

Vou ler apenas o enunciado de um dos editais: "Notifica o Sr. "fulano de tal", pessoa física ou jurídica, para que, num prazo de 30 dias, venha demonstrar a regularidade dos parcelamentos efetuados."

Ora, a regularidade ou irregularidade deve ser demonstrada, cabe ser demonstrada, e provada por quem duvida de sua legalidade ou de sua irregularidade. O ônus da prova cabe a quem alega. Não é dizer que um cidadão está praticando uma desonestidade, cabe provar a quem achar, que assim o é. Recomendou, outrossim, aos adquirentes de lotes, módulos, quintas, frações ideais ou qualquer nome que se tenha emprestado às parcelas resultantes de tais loteamentos, para que, na forma do que dispõem o art. 38 da Lei n.º 6.766, lei que regula o parcelamento do solo urbano e não do solo rural, "suspendem o pagamento das prestações que faltarem para a integralização dos respectivos preços, caso os responsáveis pelos empreendimentos não atendam às exigências do presente edital". Só num regime totalitário isto seria possível e não me consta que no tão atacado regime dos militares, tenha havido semelhante comportamento das autoridades constituídas, a não ser, talvez, em questões políticas. Não estou defendendo o regime militar porque dele não fiz parte, dele não recebi benefício nenhuma, dele não usufruí, como homens e pessoas que, hoje, estão no poder, a dizer cobras e lagartos do Governo passado e que dele desfrutaram em inúmeros cargos públicos do maior relevo. (Palmas.) Não vou citar nomes porque não é o caso.

Além deste edital que foi o início de toda essa arbitrariedade em série e em cadeia que está gerando, inclusive, talvez, esta reunião de hoje, com base neste edital, ele citou o art. 38 da Lei do Solo, que regula o loteamento no solo urbano, como embasamento legal, ele citou este art. 38 da Lei n.º 6.766, de 1979, que regula os loteamentos urbanos. O art. 38 diz: (Verbis)

"Verificado que o loteamento ou desmembramento são coisas juridicamente diferentes, não se acha registrado..."

Entretanto, ele não verificou. Aqui diz: verificado no passado, comprovadamente. Ele quis que cada um fosse lá dizer: sou correto, sou honesto; e mesmo que o fosse — como nós fomos — ele não aceitou, não considerou, não deu a menor atenção. Pior: foi para os jornais dizer que ninguém havia atendido às notificações. Mentira deslavada, porque temos aqui a entrega à Secretaria de Viação das nossas ponderações em atenção ao edital, certificado pelo Cartório de Títulos e Documentos. Então, ele além de fazer uma arbitrariedade, em seguida, foi leviano novamente e faltou à verdade com os jornais e com o povo de Brasília ao dizer que ninguém havia atendido. Muitos atenderam ao edital, mostrando a regularidade do seu procedimento. Regularidade esta que cabia, repito, à Secretaria, ao Governo verificar em cartório. Não somos obrigados a andar com certidão no bolso dizendo que somos honestos, que somos dignos, que estamos com o imposto de Renda pago. Quem quiser que o prove em contrário.

Ao invocar o art. 38 como embasamento legal do famigerado edital, esqueceu-se o ilustre jurista-arquiteto — vejamos aí, não sei se ele é jurista, mas sei que é arquiteto — esqueceu-se do art. 49 da própria Lei n.º 6.766, que diz o seguinte:

"As intimações e notificações previstas nesta lei deverão ser feitas pessoalmente ao intimado ou notificado, que assinará o comprovante do recebimento e poderão ser igualmente promovidas por

meio dos Correios, dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-los. Se o destinatário se recusar a dar recibo, ou se furtar ao recebimento, ou se for desconhecido o seu paradeiro, o funcionário incumbido da diligência, isto é, o oficial de justiça, certificará sob sua responsabilidade. Certificada a ocorrência dos fatos mencionados no parágrafo anterior, a intimação ou notificação será feita por edital na forma desta lei, começando o prazo a correr 10 dias após a última."

Só nesta última hipótese é que pode ser feito por edital.

Faço até uma indagação para melhor situar o problema. Nunca vimos neste País, nem no tempo do famoso regime militar passado, qualquer notificação ou intimação da Secretaria da Receita Federal a qualquer cidadão deste País para ir lá provar que estava quite com o fisco, ou que devia o fisco. Muito pelo contrário, a Receita Federal sempre manda uma notificação, um convite ao cidadão para a sua residência, para o seu domicílio.

Pois bem, o tal Governo democrático que aí está no Governo do Distrito Federal, começou desrespeitando princípios comezinhos do nosso Direito Processual e de todas as nossas leis que regulam o direito de citação ou de intimação do cidadão brasileiro.

Como dissemos, são dois tipos de parcelamento do solo rural: um o condomínio propriamente dito, em glebas pequenas de tamanhos pequenos normalmente, condomínio este, que não foi defender, que existe pelo Brasil a fora em todas as grandes cidades do Brasil: Petrópolis, Teresópolis, à beira-mar etc., regulado por leis e que funcionam muito bem; e o segundo tipo, que é o desmembramento em módulos do tamanho mínimo do estabelecido pelo INCRA, que para o Distrito Federal são dois hectares.

O parcelamento do solo rural é regulado no Brasil na forma do art. 8.º, n.º XVII, letra b, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "compete à União": — e somente a ela — "legislar sobre: ...b) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, ..." etc.

Então, não cabe, não tem poder o Governo Estadual, e muito menos o Governo Municipal, de legislar sobre direito agrário no Brasil, e o Governo Federal o fez através de leis próprias; vou citá-las logo adiante, antes porém prefiro citar os arts. 524 e 527, do Código Civil Brasileiro, que regulam a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — Eu pediria ao nobre orador, que eu sei que está encantando com a sua erudição e oratória, que fosse o mais breve possível, porque existem sinais perceptíveis de fadiga em decorrência da falta de alimentação.

O SR. CLÓVIS MORAIS — Sim, eu vou tentar. Se o Sr. me conceder mais algum tempo, eu vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — O Sr. terá mais 3 ou 4 minutos.

O SR. CLÓVIS MORAIS — Os arts. 524 e 527 dispõem sobre o direito de propriedade, de usar, gozar e dispor dos seus bens. O Estatuto da Terra, isto é, as leis federais a que aqui me referi, o Estatuto da Terra do saudoso Presidente Castello Branco diz, no seu art. 65: "o imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural". E qual é a área inferior mínima no Distrito Federal? Dois hectares. Acima de dois, ou mais, é permitido, independentemente de consulta prévia a quem quer que seja. E eu nunca vi no Brasil, pelo Brasil a fora, o proprietário rural, o dono da terra, submeter ao prefeito local ou ao governo estadual um pedido para vender parte de sua fazenda. Só mesmo na cabeça desses pseudocomunistas de Brasília que dirigem a terra!

Além do Estatuto da Terra, art. 65, a Lei n.º 5.868, de 1972, arts. 6.º a 8.º, proíbem ao oficial de Registro de Imóveis que faça a transcrição de módulo rural de tamanho inferior a dois hectares — logo, admite a venda e o registro de glebas superiores, iguais ou superiores

a dois hectares. O próprio INCRA se pronunciou, e vou deixar com essa Comissão esses elementos, dizendo que não há poder estadual, federal ou municipal ao qual se tenha que submeter o parcelamento da propriedade rural em tamanho igual ou superior a dois hectares. Tenho aqui os ofícios que vou deixar nesta Casa. O próprio Decreto Federal n.º 88.940, de 1983, no art. 8.º reconhece, expressamente — este decreto, o que criou a chamada área APRA, Área de Preservação Ambiental do Distrito Federal — ele reconhece, expressamente, o direito de parcelar o solo em dois hectares desde que — artigo, letra a — as edificações isoladas tenham fossa séptica. E não poderia um decreto revogar leis federais — portanto, o decreto federal está em consonância.

Decisões da Justiça local reconhecem peremptoriamente o de parcelamento do solo rural. Vou deixar também, nesta Casa, uma decisão, uma sentença do meritíssimo Juiz de Direito da 4.ª Vara da Fazenda Pública, especificamente sobre um parcelamento rural de dois hectares, em que o Meritíssimo Juiz conclui a sentença condenando o Distrito Federal:

"Ante o exposto, julgo procedente a ação para, nos termos do pedido, declarar que o parcelamento, em áreas de dois hectares, feito pelos autores de parte de gleba rural de seu domínio, na Fazenda (tal), do Distrito Federal, objeto das transcrições tais, está regular de acordo com a vigente legislação, que rege a matéria e independente de qualquer aprovação junto a órgãos administrativos do Governo do Distrito Federal."

Condena o réu etc..

Temos, também, outros pronunciamentos, outras decisões, do Meritíssimo Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, mandando, determinando, o registro de tais glebas. Nem assim o Governo do Distrito Federal, através da SVO e da própria Procuradoria Geral, têm respeitado tais decisões, como deveriam respeitar.

Ultimamente, o Sr. Procurador-Geral, Dr. Humberto Gomes de Barros, levantou, como que num desespero de última de *jus sperandi* a tese dos vinte hectares, para a zona do Distrito Federal e até trinta quilômetros fora do Distrito Federal, tese esta absolutamente inaceitável e revogada por leis posteriores, porque a fundamentação jurídica desse ponto de vista, *data venia* inaceitável, é o art. 28 da Lei n.º 2.874, de 1958, a lei que criou a NOVACAP. Depois dessa lei, vieram outras, como a Lei n.º 5.868, de 1972; o próprio Estatuto da Terra, Lei n.º 4.564, de 1964, art. 65 etc.

Finalmente, Sr. Presidente, tentando ser o mais breve possível, se nós, proprietários ou loteadores de glebas de dois hectares, estivermos errados, temos pelo menos um consolo, que é a companhia do ex-Senador José Sarney, hoje Presidente da República. Ele adquiriu, conforme escritura pública que vou deixar aqui, em 1980, uma gleba dentro do Distrito Federal, que confina com a sua fazenda, no Estado de Goiás; a maior parte da fazenda fica no Estado de Goiás e a menor parte dentro do Distrito Federal, ao contrário do que disse o Secretário de Viação e Obras, naturalmente tentando bajulação; parte dela está dentro do Distrito Federal. Repito, Sua Excelência, o Senador José Sarney, adquiriu uma gleba de 9,34 hectares, num loteamento denominado Quintas do Sol, na Fazenda Água Quente. Além dessa gleba, que é inferior a 20 hectares, ele adquiriu outras, com mais de 20 hectares, dentro do Distrito Federal.

Tenho absoluta convicção — estou dizendo isso com absoluta convicção jurídica — de que Sua Excelência, o Senador José Sarney, comprou coisa correta, legal e quem o vendeu, vendeu o que era seu, de acordo com as leis federais vigentes até hoje. Não há de ser um decreto do Sr. Governador que há de revogar leis federais. A hierarquia das leis não admite tamanho absurdo. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Por último, quero referir-me, rapidamente, às duas comissões de sindicância nomeadas pelo Sr. Governador, ou no âmbito do Governo do Distrito Federal,

para apurar envolvimento de Procuradores do Distrito Federal em possíveis loteamentos irregulares, fraudulentos, clandestinos; possível envolvimento de Procuradores na sua função de Procurador.

A primeira comissão, composta de três eminentes Procuradores, um ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, o outro, eminente Professor de Direito da Universidade de Brasília e o outro, também, eminente Procurador, esses três Procuradores concluíram que os Procuradores ali citados não tinham praticado qualquer ato lesivo à honra e à dignidade funcional.

O Sr. Governador veio à televisão e disse que não acatava aquele parecer, aquele relatório, porque procurador não pune procurador. É o mesmo que dizer que médico não pune médico e juiz não pune juiz; e convidou membros da sociedade local para participarem de uma segunda comissão. A Ordem dos Advogados recusou-se a participar, dizendo que não compactuava com tamanha afronta, com tamanha ilegalidade. E agora, pior do que convidar membros da sociedade para participarem de uma Comissão, o que é um verdadeiro absurdo, um tribunal exceção, que a nossa Constituição não permite, nem tão pouco juiz especial, ele nomeou homens, pessoas, funcionários públicos, que exercem cargo de comissão no Distrito Federal, portanto, passíveis de demissão *ad nutum*. Esta comissão, pelo que se tem conhecimento no jornal, já está concluindo que esses procuradores praticaram ato indigno no desempenho de sua função. Vejam V. Ex.'s. presentes, que o Sr. Governador não tem respeito às pessoas e aos servidores públicos. Era isso o que tinha a dizer, pedindo desculpas pelo alongamento da minha fala. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho) — Minhas Sr.'s, meus Sr.'s, confesso que tinha conhecimento dos problemas que inquietam a população de Brasília. Eu não imaginava que a dimensão fosse tão grande e que

a polêmica atingisse aos limites que eu facilmente percebi.

Creio que esse problema deve ser muito bem estudado, porque envolve a coisa mais sagrada que o governante tem que preservar dos cidadãos das suas comunidades, que é a paz e a tranquilidade. Este é um dever do governante, talvez o primeiro dever, porque sem paz, nem tranquilidade, não há segurança, e sem segurança nós somos facilmente envolvidos por um clima emocional que nos leva, invariavelmente, à agressão e à violência. Creio que esse problema é um problema nacional que tem que ser decidido acima de coloração partidária, seja ela qual for (palmas) porque o interesse do cidadão não pode estar subordinado a siglas políticas, sejam elas quais forem.

Creio que essas palavras não são palavras vãs. No período de tempo que me encontro no Senado, os pronunciamentos que tenho feito contrariam, inclusive, a decisões do Banco Central e tenho defendido, de uma maneira às vezes áspera demais, o direito do cidadão ter um horário mais amplo e tenho pedido a revogação dessa circular que tanto problema tem trazido a todo o usuário de bancos no Brasil inteiro.

Da nossa parte, como membro desta Comissão, não me omitirei. Costumo aprofundar-me em muitos assuntos antes de discuti-los, para formar um juízo lógico, que tem como finalidade o escopo, a tranquilidade e a paz do cidadão. Este, sim, é o primeiro dever do político, do administrador. O que intranquiliza, o que traz insegurança, é ato patológico, lesivo aos interesses nacionais.

Já solicitei ao Secretário da Mesa, todo o material que foi discutido ontem aqui e, já que sou da Bahia e passarei o fim de semana em Brasília, lerei todas as páginas de todo o material que foi produzido para

formar um juízo para me pronunciar, não na comissão, mas no plenário do Senado (Palmas.), logo que tenha o conhecimento necessário para fazê-lo. Ontem, pedi ao Sr. Secretário todo o material: hoje, solicito aos representantes do Governo, também, todo o material necessário para que possa me debruçar, estudar e fazer um pronunciamento ainda este mês do plenário do Senado. (Palmas.)

Não me omitirei, darei a minha opinião pessoal, independente da vontade ou do interesse partidário. Talvez, não sou economista, sou médico e psiquiatra, tenha vindo aqui tomar este tipo de atitude exatamente por força das circunstâncias da minha orientação vocacional. A primeira condição para vivermos bem é estarmos em paz com a nossa consciência, porque fora da consciência, não existe absolutamente nada que seja saudável.

Agradeço pelo clima, pelo interesse e até pelo controle das emoções que vocês tiveram em alguns momentos, talvez, alguns até tivessem vontade de lançar alguma palavra obscena, mas se contiveram; algum chingamento mais violento, mas se contiveram fazendo com que nós possamos continuar um diálogo entre homens capazes, adultos, sérios que procuram de todas as maneiras buscar a tranquilidade e a paz da família brasileira.

Deste modo, reiterando o agradecimento aos representantes do Governo que aqui estiveram, e serão porta-vozes das aspirações de todos que se pronunciaram, particularmente a todos vocês pela honra que me deram de presidir a esta reunião eu a declaro encerrada. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 10 minutos.)